



Universidade de Aveiro  
Ano 2023

**RAQUEL MARIA  
SANTOS FERREIRA  
FINS**

**O PAPEL DA CULTURA NOS OBJETIVOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE  
CASO DA REDE DE MUSEUS DE VILA NOVA DE  
FAMALICÃO**



Universidade de Aveiro  
Ano 2023

**RAQUEL MARIA  
SANTOS FERREIRA  
FINS**

**O PAPEL DA CULTURA NOS OBJETIVOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE  
CASO DA REDE DE MUSEUS DE VILA NOVA DE  
FAMALICÃO**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública, realizada sob a orientação científica da Doutora Sara Moreno Pires, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Ao Carlos e à Constança

## **o júri**

presidente

Prof. Doutor João Antunes da Silva  
professor associado da Universidade de Aveiro

vogais

Prof. Doutor João Antunes da Silva  
professor associado da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Sara Moreno Pires  
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Ao longo deste estudo contei com o apoio e colaboração ativa de inúmeras pessoas, a quem quero agradecer e, das quais destaco:

À Professora Doutora Sara Moreno Pires, minha mestre, que aceitou orientar esta dissertação, de quem recebi inspiração, conhecimento, apoio e incentivo para o desenvolvimento do estudo.

À Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão por me ter recebido tão bem e disponibilizado informações profícuas que contribuíram para o desenvolvimento do meu estudo.

À Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão quero agradecer a sua colaboração e qualidade das informações imperiosas para a concretização desta investigação, bem como o seu convite à minha participação no debate “Museus e a Agenda 2030 e os desafios da operacionalização do desenvolvimento sustentável” realizado a 30 de outubro de 2023.

Quero agradecer aos meus entrevistados, dos quais recebi os seus notáveis e significativos depoimentos.

E finalmente, o meu agradecimento ao João Martins que me concedeu estímulos preciosos e um apoio incansável.

**palavras-chave**

Cultura, Rede de Museus, ODS; Desenvolvimento Sustentável, Coordenação.

**resumo**

O tema central desta investigação visa ser um contributo para a compreensão do processo da incorporação da cultura nas políticas públicas locais tendo como objetivo analisar de que forma está a ser feita a territorialização da Agenda 2030 das Nações Unidas no contexto municipal de Vila Nova de Famalicão, através da sua Rede de Museus. Para tal, conceptualizou-se a cultura como um fenómeno complexo e multidimensional que atua como uma ferramenta para a transformação individual e social para abordar os problemas relacionados com o desenvolvimento.

Ancorar a cultura em todas as políticas de desenvolvimento do sector económico, social e ambiental, bem como do sector cultural através de indústrias criativas, contribui para reduzir a pobreza ao mesmo tempo que promove a coesão social.

Considerando isso, e de modo a traçar singularidades com a Agenda 2030, das Nações Unidas, a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão desenvolveu um projeto intitulado “Museus de Famalicão. Desenvolvimento Sustentável na prática” que se poderia constituir como uma matriz de natureza político-coordenadora orientadora da descentralização cultural, uma vez que essa vontade política surge transversalmente, como condição basilar, de todos os ODS e pelo facto de Vila Nova de Famalicão ser um dos principais centros culturais de Portugal, dado à sua Rede de Museus, Rede de Bibliotecas Municipais e Bibliotecas escolares que contribuem para um panorama educativo, cultural e social.

O modelo orientador assenta na relação de quatro processos complementares e sinérgicos: sensibilizar, conhecer e definir, implementar e avaliar. Essa dinâmica resultou da simbiose de seis boas práticas para uma coordenação efetivo dos ODS: compromisso político, coerência política, inclusividade, comunicação, prestação de contas às partes interessadas e um orçamento compatível. A trajetória profissional destes agentes locais remete para vários estágios que acompanharam o processo da implementação dos ODS, no campo das políticas culturais locais e que devem ser tomadas como um exemplo a replicar.

**keywords**

Culture, Museum Network, SDG, Sustainable Development, Coordination.

**abstract**

The central theme of this investigation aims to be a contribution to understanding the process of incorporating culture into local public policies with the aim of analyzing how the territorialization of the United Nations 2030 Agenda is being carried out in the municipal context of Vila Nova de Famalicão, through its Museum Network. To this end, culture was conceptualized as a complex and multidimensional phenomenon that acts as a tool for individual and social transformation to address problems related to development. Anchoring culture in all development policies in the economic, social and environmental sectors, as well as in the cultural sector through creative industries, contributes to reducing poverty while promoting social cohesion. Considering this, and in order to outline singularities with the United Nations 2030 Agenda, the Vila Nova de Famalicão Museum Network developed a project entitled "Museus de Famalicão. Sustainable Development in practice" which could be constituted as a matrix of a political-coordinating nature guiding cultural decentralization, since this political will arises transversally, as a basic condition, of all SDGs and due to the fact that Vila Nova de Famalicão is one of the Portugal main cultural centers, given its Network of Museums, Network of Municipal Libraries and School Libraries that contribute to an educational, cultural and social panorama.

The guiding model is based on the relationship of four complementary and synergistic processes: raising awareness, knowing and defining, implementing and evaluating. This dynamic resulted from the symbiosis of six good practices for effective coordination of the SDGs: political commitment, political coherence, inclusivity, communication, accountability to stakeholders, and a compatible budget. The professional trajectory of these local agents refers to several stages that accompanied the process of implementing the SDGs, in the field of local cultural policies and which should be taken as an example to be replicated.

*“A cultura não existe para enfeitar a vida, mas sim para a transformar – para que o homem possa construir e construir-se em consciência, em verdade e liberdade e em justiça. E, se o homem é capaz de criar a revolução, é exatamente porque é capaz de criar a cultura”*

*Sophia de Mello Breyner Andresen, Discurso à Assembleia  
Constituinte (1975)*



## ÍNDICE

<b>Índice de Tabelas</b> .....	iii
<b>Índice de Gráficos</b> .....	iii
<b>Lista de Abreviaturas Siglas e Acrónimos</b> .....	iv
Capítulo 1 .....	1
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Enquadramento .....	1
1.2. Objetivos de investigação .....	3
1.3. Estrutura da dissertação .....	3
1.4. Justificação do tema .....	5
Capítulo 2 .....	6
2. REVISÃO DE LITERATURA .....	6
2.1. Evolução histórica das teorias do desenvolvimento sustentável .....	6
2.2. Alguns contributos para a discussão da Cultura para o Desenvolvimento Sustentável	13
2.3. Algumas considerações sobre a cultura no Desenvolvimento Sustentável .....	16
2.4. Dinâmicas profissionais nas políticas públicas locais .....	18
2.5. A coordenação como prioridade .....	22
2.6. A importância das redes dentro e entre museus .....	25
2.7. O papel dos museus nas políticas culturais .....	27
2.8. Os museus na operacionalização dos desafios do desenvolvimento sustentável .....	30
3. METODOLOGIA .....	34
Capítulo 4 .....	37
4. ESTUDO DE CASO: Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão .....	37
4.1. Caracterização do Município de Vila Nova de Famalicão .....	37
4.2. A Agenda 2030 das Nações Unidas em Famalicão .....	38
4.3. O projeto: “Museus de Famalicão. Desenvolvimento sustentável na prática” .....	43
Capítulo 5 .....	61
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	61
Capítulo 6 .....	75
Conclusões e Recomendações .....	75
Referências Bibliográficas .....	79
ANEXO 1 – Guiões de Entrevistas .....	89
ANEXO 2 – Consentimento Informado .....	90

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Seis boas práticas para uma coordenação efetiva. ....	23
Tabela 2. Seis boas práticas para uma coordenação efetiva no Município de Famalicão. ...	36
Tabela 3. Propostas de visão, missão, objetivos, ações dos onze museus pertencentes à RMVNF. ....	44
Tabela 4. Ranking de fatores de impacto da pegada ecológica individual. ....	52
Tabela 5. Ranking de fatores de impacto da pegada ecológica da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão. ....	52
Tabela 6. Objetivos e metas correspondentes. ....	53
Tabela 7. Resultados das seis boas práticas para uma coordenação eficiente no Município de Famalicão e na Rede de Museus. ....	62

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Número total de visitantes dos Museus pertencentes à RMVNF. ....	61
Gráfico 2 – Número total de pessoas atendidas pelos serviços educativos dos Museus pertencentes à RMVNF. ....	61
Gráfico 3 – Número de empregos criados pela RMVNF nos anos 2019, 2020 e 2021. ....	62
Gráfico 4 – Percentagem dos postos de trabalho ocupados por género. ....	62
Gráfico 5 – Índice de sustentabilidade dos museus da RMVNF. ....	63

## **Lista de Abreviaturas Siglas e Acrónimos**

- APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial
- CESOP - Centro de Estudos e Sondagens de Opinião
- DS – Desenvolvimento Sustentável
- GCNP - Global Compact Network Portugal
- IC - Indicadores da Cultura
- ICLEI – Local Governments for Sustainability
- ICOM - International Council of Museums
- ICOMOS - International Council on Monuments and Sites
- IFLA - Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- OAC – Observatório de Atividades Culturais
- ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
- ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OE – Objetivos específicos
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- RMVNF - Rede Museus Vila Nova Famalicão
- RPM - Rede Portuguesa Museus
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UN-HABITAT – United Nations Human Settlements Programme

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Enquadramento

A crise sistémica a nível global traçada por dimensões políticas, económicas, ambientais e culturais, agravada pela governança socioambiental, é uma realidade cada vez mais concreta, abrindo-se um período de grandes debates no seio das comunidades nacionais e internacionais, nas últimas décadas, do séc. XXI (Pereira *et al.*, 2021). Atendendo a estas inquietações da retórica do discurso de “sustentabilidade”, a Organização das Nações Unidas (ONU), sob o legado dos 50 anos da primeira Conferência em Estocolmo para o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano reforçou o conceito de desenvolvimento sustentável, para alcançar decisões históricas sobre o futuro (Okado & Quinelli, 2016) e equilibrar a preservação ambiental com o desenvolvimento humano. E, em setembro de 2015 todos os seus Estados-Membros aprovam a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Schmidt *et al.*, 2022; Richiedei & Pezzagno, 2022).

Elencada a dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a nova Agenda universal, representa o consenso firmado por parcerias que atuem de forma colaborativa, para transformar o mundo (Rede de Desenvolvimento, 2020). Pretende garantir o desenvolvimento sustentável e bem-estar das gerações presentes e vindouras, definido pelo Relatório da Comissão *Brundtland*, em 1987 (Koroneos & Rokos, 2012), sob a tríade das dimensões económica, social e ambiental, tornando-se uma bússola para lidar com os atuais desafios (Lazar *et al.*, 2022; Eustachio *et al.*, 2019).

Na prática, e porque os países, comunidades e territórios não são uma massa uniforme (Richiedei & Pezzagno, 2022), os objetivos e metas embora sejam considerados valores “universais e indivisíveis” (Pereira *et al.*, 2021, p.3; Aguiar *et al.*, p.3) devem ser alinhados consentaneamente com o contexto em que são aplicados, apesar das diferentes interpretações e ideias (Gaspar & Brito, 2005; Keitsch, 2018).

Por conseguinte, releva-se significativa a pertinência do pensar global e agir localmente na criação de soluções para os problemas socioambientais do mundo (Almeida, 2022) pelo que a Agenda 2030 pretende ser compreendida como uma

estratégia participativa em que os atores dos países respetivos, devem explorar novos *insights* e caminhos para melhorar a sustentabilidade. Para tal, devem integrar não apenas as tecnologias verdes, mas principalmente promover mudanças na cultura, nos comportamentos e atitudes dos seus empreendedores (Lazar *et al*, 2022) tendo em conta as suas necessidades, prioridades e capacidades na operacionalização do desenvolvimento sustentável (Almeida, 2022).

Os ODS consagram hoje uma mudança concetual no pensamento sobre o desenvolvimento, pois não só ressalvam a necessidade de desenvolver as tradicionais abordagens lineares e setoriais, como também requerem novas abordagens criativas e integradas de desenvolvimento sustentável. Nesta perspetiva, enfatiza-se a ideia inequívoca da UNESCO apresentada na Declaração de Hangzhou: *Placing Culture at the Heart of Sustainable Development Policies* aprovada em maio de 2013, em que articula a cultura com a políticas públicas locais para garantir um desenvolvimento centrado no ser humano, inclusivo e equitativo. Aplaudida como inovadora, esta ação confere uma responsabilidade cultural que pretende desenvolver uma responsabilidade social e suas contrapartes para enfrentar os desafios que não foram resolvidos e de outros que surgiram.

A cultura é um fenómeno complexo e multidimensional que atua como motor de desenvolvimento sustentável para o desenvolvimento económico, social, ambiental e cultural, através do seu capital do conhecimento e sector de atividade. Por conseguinte, ancorar a cultura às políticas de desenvolvimento (educação, saúde, ambiente, ciências, cultura) faz com que seja possível acabar com todas as formas de pobreza, combater as desigualdades e enfrentar as alterações climáticas, garantindo que ninguém fique para trás.

Alinhado à profícua discussão passível de relacionar de modo transversal a cultura aos ODS, o Município de Vila Nova de Famalicão paulatinamente tem vindo a territorializar os ODS no seu município através de um Projeto pioneiro – “Museus de Famalicão. Desenvolvimento Sustentável na prática”, - que lhe confere a visibilidade de inúmeras contribuições da cultura no âmbito do desenvolvimento sustentável. De facto, mais do que instrumentos de reforço de memória e identidade, os museus contribuem para a construção de novos caminhos e para o envolvimento de novos atores capazes de promover o desenvolvimento.

## **1.2. Objetivos de investigação**

Verificada a necessidade de se implementar a cultura no coração dos ODS, torna-se pertinente o desenvolvimento de uma investigação que visa analisar qualitativamente o papel da cultura na promoção do desenvolvimento sustentável nos territórios locais, requerido pelas Nações Unidas, dado a cultura desenvolver capacidades humanas inventivas e criativas, imprescindíveis à preservação da vida na terra.

Assim, este trabalho procura dar resposta à seguinte pergunta: qual o papel da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão na territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas?

Para operacionalizar esta questão, são descritos cinco objetivos específicos (OE):

- OE1. Compreender como as políticas locais de cultura contribuem para o Desenvolvimento Sustentável e de que forma se enquadram com os ODS.
- OE2. Perceber como é que o Município de Vila Nova de Famalicão está a “territorializar” a Agenda 2030 e de que forma a política cultural local está a contribuir para esse desafio.
- OE3. Perceber de que forma a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão tem discutido e implementado os ODS na sua missão e atuação.
- OE4. Avaliar de que forma a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão tem contribuído para a territorialização dos ODS no contexto municipal.
- OE5. Elaborar um conjunto de recomendações que possam ser incluídas em políticas locais, regionais ou nacionais com base na aprendizagem sobre o papel da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão.

## **1.3. Estrutura da dissertação**

Caminhar no sentido destes objetivos, impõe-se desenvolver um quadro teórico que sustente a reflexão e a parte empírica – narrativas, documentos oficiais e discursos produzidos pelos investigadores relevantes à problemática do estudo.

Nesta senda, a estrutura da dissertação prevê-se que seja organizada em seis capítulos. Neste capítulo 1, apresentar-se-á um momento introdutório, no qual se

expressa o enquadramento, a pergunta de investigação e os objetivos específicos; a estrutura da dissertação e justificação do tema.

No capítulo 2, apresentar-se-á a Revisão de Literatura e a sua fundamentação teórica, através de uma resenha das principais abordagens científicas ao tema a nível nacional e internacional. O estudo em apreço tomará como referência a sustentabilidade e a participação enfatizada na Agenda 2030 das Nações Unidas através dos Museus. Por conseguinte, torna-se relevante uma reflexão teórica sobre a evolução histórica das teorias do Desenvolvimento Sustentável para perceber a necessidade deste novo marco histórico na discussão da sustentabilidade: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Introduzir a cultura como se de um veículo se tratasse para impulsionar o desenvolvimento sustentável foi talvez a solução mais hábil elegida por Brundtland. Nessa lógica, propõe-se indagar a correlação entre a cultura e os ODS, analisando a importância que a cultura tem para o desenvolvimento sustentável; a cultura nas políticas públicas locais; a coordenação das redes para a implementação dos ODS a nível local; e compreender de que forma os museus podem colaborar para a sustentabilidade.

No capítulo 3, intitulado de Metodologia considera-se que, como a finalidade é compreender de que forma é feita a territorialização dos ODS no contexto municipal de Famalicão, através da sua Rede de Museus e conhecer os seus projetos culturais, recorrer-se-á ao método qualitativo que, segundo Creswell (2013) é um método de pesquisa que orienta procedimentos de pesquisa sobre objetos de estudo que requerem análises e descrições de determinado fenómeno.

No capítulo 4, far-se-á a análise do Estudo de Caso específico desta investigação, iniciando com um enquadramento e análise às estratégias, mecanismos e ferramentas de avaliação e planeamento sustentável da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão. Para esse propósito, dividir-se-á esse trecho em duas partes: na primeira parte, apresentar-se-á o Município de Vila Nova de Famalicão - as suas características e a forma como iniciou e está a “territorializar” as boas práticas internacionais de Desenvolvimento Sustentável no seu Município; na segunda parte, propõe-se conhecer de que forma a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão tem discutido os ODS na sua missão e atuação.

No capítulo 5, intitulado de Resultados e Discussão serão discutidos os dados recolhidos, através da análise de conteúdo das entrevistas.

E no final, o capítulo 6, procura dar resposta à questão de investigação e sugerir algumas recomendações que possam ser incluídas nas políticas locais, regionais ou nacionais para promover o desenvolvimento sustentável.

#### **1.4. Justificação do tema**

Pese embora exista uma diversidade de estudos relativos a este novo marco de ação dos ODS, a literatura sobre a sua territorialização no contexto local português é ainda muito escassa e mais quando associada à componente cultural. Nesse sentido, torna-se relevante a análise de um projeto local, enquanto estudo de caso único, que se encontra em fase de expansão no seio da comunidade de Vila Nova de Famalicão, com foco em duas linhas de ação estratégica para os ODS: cultura e participação pública.

A cultura por promover a identidade dos indivíduos e estimular a coesão social. A participação pública por incentivar o envolvimento local em iniciativas e projetos que dependem das populações locais para o seu sucesso.

A seleção do município de Vila Nova de Famalicão foi efetuada por conveniência, visto o município ser considerado um dos principais centros culturais de Portugal, dada à sua Rede de Museus, Rede de Bibliotecas Municipais e Bibliotecas escolares que contribuem para um panorama educativo, cultural e social.

Ao problematizar os museus como propulsores de desenvolvimento sustentável através da sua Rede de Museus, Vila Nova de Famalicão assume-se como um município sensibilizador, educador e promotor de boas práticas sustentáveis no seu contexto local.

Na verdade, enquanto parte do meio em que se inserem, os museus desempenham um papel significativo nos contextos socioculturais, promovem um senso coletivo de lugar, atuam como instrumentos no processo de revitalização das cidades, melhoram a qualidade de vida dos residentes; captam novos visitantes, incentivam a coesão entre os vários sectores da sociedade, a tolerância e democracia e promovem o crescimento económico e o desenvolvimento local.



### 2. REVISÃO DE LITERATURA

#### 2.1. Evolução histórica das teorias do desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável testemunhou desde sempre interpretações díspares, que nos fazem curiosamente mergulhar na sua história. Tais interpretações marcam uma luta de trilhos fortes e fracos e um conflito de justiça intrageracional e intergeracional. O Relatório Brundtland, também conhecido como - Nosso Futuro Comum - publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1987, é indubitavelmente um acontecimento marcante e foi o mote que levou a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland a engendrar uma estratégia global que permitisse virtuosamente conquistar o desenvolvimento sustentável, definido como “o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (Gaspar & Brito, 2005; Mori & Christodoulou, 2011; Soini & Birkeland, 2013; Di Pietro *et al.*, 2014; Cardeira *et al.*, 2017; Nocca, 2017; Liu, 2019; Kwatraa *et al.*, 2020; Shi *et al.*, 2021; Folorunso, 2021; Parameswara *et al.*, 2021; Ferran Vila; *et al.*, 2022), através de: um sistema político que incentive a participação pública na tomada de decisões; um sistema económico capaz de gerar excedentes e conhecimento técnico sustentável; um sistema social, que ofereça soluções para os conflitos provocados por um desenvolvimento desigual e injusto; um sistema de produção, que cumpra os princípios de preservação ecológica; um sistema de tecnologia que forneça novas soluções; um sistema internacional, que fomente padrões de comércio e finanças sustentáveis; e um sistema administrativo flexível que seja capaz de se corrigir (Calixto & Prados, 2008).

A ideia deste projeto foi talvez a forma mais hábil que Brundtland usou para compensar as dificuldades e impossibilidades sentidas e, desde logo, inúmeros investigadores e políticos se debruçaram sobre o conceito Desenvolvimento Sustentável em todas as dimensões, associando-o a políticas públicas relevantes (Lazar *et al.*, 2022). E é a partir desta base que nos é possível perspectivá-lo enquanto solução para os problemas atuais globais, apesar das díspares interpretações do que deve ser sustentado, o que deve ser desenvolvido, como vincular o ambiente e o desenvolvimento e por quanto tempo (Mori & Christodoulou, 2011).

Recuando aos anos 50 do séc. XX, predominavam as teorias de crescimento demográfico e o foco central das políticas públicas era o crescimento do PIB, visto considerarem a chave para suplantar a fome e a pobreza. O crescimento económico era, portanto, à época, o propulsor para solucionar as dificuldades da sociedade.

Subsequentemente, nos anos 1970, as preocupações com o crescimento populacional, industrialização, poluição, produção de alimentos, conservação dos solos, proteção dos recursos naturais, fauna e flora e a desertificação ganharam notoriedade no seio da comunidade académica, alertando para a possibilidade de um colapso do sistema, caso as políticas e os padrões de crescimento permanecessem *num continuum* (Meadows, 2004; Calixto & Prados, 2008).

Neste hiato, Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo, infletindo sobre a problemática do meio ambiente, defendia a incorporação das questões económicas, sociais e éticas como partes integrantes do problema e, desde logo, propôs o conceito de ecodesenvolvimento (Barata *et al.*, 2021). Porém, a sua definição aclamava algum temor visto os aspetos económicos não estarem dissociados da problemática ambiental/social, conduzindo a uma secessão ética na gestão corporativa. De um lado os desenvolvimentistas, entendiam que o quadro da desigualdade mundial era um problema de estágios no processo de crescimento económico, resultante de causas endógenas. Do outro, os defensores do crescimento zero, entendiam que as desigualdades eram a consequência da articulação perversa entre os países ricos e pobres, resultante de causas exógenas (Dorninger *et al.*, 2020; Barata *et al.*, 2021).

Ramos *et al.*, (2018) e Parameswara *et al.*, (2021) confirmam que as abordagens desenvolvimentistas (economicismo, produtivismo, industrialismo, consumismo, racionalismo, antropocentrismo, etnocentrismo e uniformismo), contribuíram para a criação de propostas de reabilitação do conceito e práticas do desenvolvimento sustentável, intimamente relacionadas com a preocupação gerada pelos impactos da intervenção do Homem na Natureza e pelos movimentos sociais que articulavam essa preocupação. No entanto, acreditam que foi, principalmente a partir da publicação de *Limits to Growth* (Meadows, 1972) que a problemática adquiriu novos contornos científicos e políticos. Porém, outros acreditavam que apesar da deliberação final de Estocolmo manifestar a necessidade de garantir a qualidade ambiental e um desenvolvimento próspero, julga-se pelas soluções apresentadas pela industrialização do Sul e desindustrialização do Norte, que se reduziu apenas à aposta do crescimento económico dos países do Sul, fazendo despoletar crises económicas, sociais e

ecológicas (Gaspar & Brito, 2005; Horlings, 2015; Ferreira & Raposo, 2017; Dorninger *et al.*, 2020). Aqui, vale um reparo à ideia central do ecologista Hardin (1968) que, quando os recursos comuns (água, ar, terra) são explorados por indivíduos ou grupos de forma não regulada, acabam sendo danificados e destruídos, causando prejuízos para todos. Hardin (1968) postulou a crença de que um ator racional age tanto em seu próprio interesse quanto no interesse da sociedade como um todo, ou seja, numa área de pastagem comum, se cada pastor aumentar a sua manada pretendendo o aumento do seu lucro, a área de pastagem acabará por ficar degradada, prejudicando todos os pastores e a própria área. Por essa razão, para impedir a “tragédia dos comuns”, entendia que seria profícuo estabelecer regras que limitassem o uso dos recursos comuns, por meio de regulamentações governamentais, para fixar os limites e condições do uso dos recursos comuns. Desta forma, o uso dos recursos seria mais equilibrado e sustentável, favorecendo a todos e num futuro distante (Hardin, 1968).

Promover a equidade continuava por focar a sustentabilidade como um quadro utilitarista, apostando no desenvolvimento económico e tecnológico para promover uma gestão ambiental eficiente, mas incúria os processos que provocam a pobreza e que ameaçam a justiça social. Nesta lógica, o economista Ignacy Sachs entendia que o Relatório invertia o teor da conservação da natureza que se vinha construindo para uma de conservação do crescimento (Sachs, 1980). Por conseguinte, e numa tentativa de conciliar o crescimento económico com a proteção ambiental, Sachs, em 1980, propôs não uma teoria, mas uma filosofia – ou ethos - do crescimento económico verde, baseada na promoção do uso eficiente dos recursos naturais e na transição para fontes de energia renováveis, por meio da inovação tecnológica e digital, para ajudar a reduzir a dependência de combustíveis fósseis e diminuir as emissões de gases de efeito de estufa (Sachs, 1980). Este modelo verde propunha medidas como incentivos fiscais para as empresas implementarem tecnologias e práticas sustentáveis para reduzirem a sua pegada de carbono; investimentos em transportes públicos; e políticas de uso do solo como medida de proteção dos ecossistemas (Gaspar & Brito 2005; Berr, 2015; Silva *et al.*, 2018; Barata *et al.*, 2021). Para esse desafio, Ostrom (1990) admitia que a participação pública seria a melhor forma de gerir os recursos comuns, já que a participação efetiva, em particular na tomada de decisões das comunidades locais poderia ajudá-las a articular e fazer valer o seu interesse comum. Nesta orientação, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a permear toda e qualquer atividade numa perspetiva multidimensional; consubstanciando as dimensões de domínios

económico (eficiência), social (equidade), ambiental (sustentabilidade) e político (participação, parcerias e cooperação) que, sendo trabalhadas em conjunto, rompem os ligamentos com um modelo capitalista de desenvolvimento - promotor de pobreza, deterioração ambiental, exclusão social, injustiça e dominação económica e cultural (Gomes & Ferreira, 2018).

E foi a partir desta base que a hermenêutica da teoria do desenvolvimento humano sustentável passou a fazer sentido e a ganhar força; substanciando-se após a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Agenda 21. E foi também nesta fase que se reconheceu a importância da participação das comunidades locais e da sociedade civil no processo de desenvolvimento, através da democracia participativa na tomada de decisões que afetassem o desenvolvimento. Duas das referências que contribuíram para o desenvolvimento desta teoria foi Amartya Sen e Martha Nussbaum, dois teóricos que abordaram a questão da justiça intergeracional e da sustentabilidade, enfatizando que o desenvolvimento não poderia ser baseado apenas no crescimento económico, mas também na ampliação das capacidades humanas, na equidade e na sustentabilidade ambiental. A ampliação das capacidades humanas refere-se à expansão das oportunidades e capacidades das pessoas, permitindo que elas tivessem acesso a serviços básicos como educação, saúde, bem-estar, oportunidades de emprego e participação na vida política e social. Equidade refere-se à distribuição justa de recursos e oportunidades para todas as pessoas, incluindo grupos mais vulneráveis. E a sustentabilidade ambiental refere-se à promoção de práticas sustentáveis de produção e consumo, redução de poluição e conservação da biodiversidade. Nesta lógica, Sen postulava que a palavra “necessidades” deveria ser substituída por “capacidades” na formulação original da definição de Brundtland, já que as capacidades são definidas como a métrica da justiça intergeracional (Gutwald *et al.*, 2014; Szekely & Mason, 2018; Shi *et al.*, 2019). E com base neste avanço teórico, o desenvolvimento sustentável passou a edificar-se sobre três pilares: económico, social e ambiental (Shi *et al.*, 2019).

Entretanto, continuava por se determinar de que forma poderiam alcançar essa conjuntura. Uma das apostas seria a teoria da economia verde, como alternativa à abordagem tradicional do desenvolvimento. Esta teoria preconizada após a Declaração da Conferência Rio +20, propunha uma gestão mais eficiente dos recursos naturais, por meio da redução do consumo, reutilização, reciclagem e utilização das tecnologias limpas (Shi *et al.*, 2019). Note-se, porém, que esta corrente para fazer face aos limites da sustentabilidade ecológica, assumia como ponto central a suficiência em detrimento

da eficiência, já que pressuponha o efeito positivo da poupança dos recursos por via da maior eficiência energética, mas isso seria rapidamente interrompido pelo aumento dos recursos dos consumidores, caso os ritmos de crescimento não abrandassem (Ferreira & Raposo, 2017).

À luz da essência do decrescimento, é possível viver bem com menos, ou o que Serge Latouche designou de “abundância frugal” (Latouche, 2012) – formas de compartilhamento e distribuição que permite que as sociedades cresçam com pouco, dado que a Terra é um sistema finito. E, invocando astutamente a “visão do astronauta” (Ferreira & Raposo, 2017, ponto 69) que consegue ter uma visão única e convincente da necessidade de se preservar e proteger o planeta, a partir de uma responsabilidade partilhada, é possível diminuir o consumo e a produção, de modo a tonar a sociedade mais equilibrada (Moreno Pires *in* Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022).

Aqui traçamos vínculos com a teoria do decrescimento de Latouche (2012), segundo o qual, reiterava que ter um modelo económico ilimitado seria insustentável, por isso, alertava para os perigos da acumulação de riqueza dos países do Norte, mais ricos e desenvolvidos, em detrimento do bem-estar dos países do Sul, que são os países mais pobres e em desenvolvimento, encorajando, desde logo, as instituições a adotarem o princípio da seletividade, conectando recompensas e punições para que, em larga medida fossem retificadas ações dissemelhantes e corrigir os investimentos do capital humano e natural. Nesta ideologia do decrescimento, as perspetivas sociais e ecológicas ganharam prioridade sobre os valores económicos e a sua ênfase foi colocada na conexão e dependência da economia com o mundo social e ecológico (Schuly & Bailey, 2016; Kallis *et al.*, 2022).

Curiosamente, do ponto de vista institucional, a dicotomia entre defensores e opositores do crescimento nasceu por uma contradição entre reformistas e radicais, cuja doutrina dos primeiros, reputava às reformas estruturais que, dependendo do contexto ou dos objetivos aspirados a alcançar, o crescimento económico tanto poderia ser um meio para reduzir a pobreza, criar empregos e melhorar as condições de vida das populações, como poderia ser um fim em si mesmo. E o objetivo central seria aumentar a produção e o rendimento, sem considerar necessariamente os efeitos que causavam ao ambiente ou sociedade. Enquanto os segundos, reclamavam uma reorganização radical dos ecossistemas socioeconómicos para garantir as condições de sobrevivência da espécie humana, firmando-se um equilíbrio ambiental (Haapanen & Tapio, 2015).

Mas o decrescimento não era apenas uma teoria que se cingisse ao sistema socioeconómico e ambiental. Enquadrava-se também nos valores de participação democrática. Internamente, havia quem aspire-se alianças com outros movimentos sociais que defendessem a justiça social quer dentro das próprias sociedades, quer entre nações, sendo que, a qualidade de vida de uns não fosse sustentada pela miséria de outros. Deste modo, a transição teria que partir, forçosamente, pela limitação do consumo daqueles que mais explorassem o planeta. A redução da produção e do consumo exigia garantir o acesso às necessidades básicas de cada um, num espírito participativo e de solidariedade, compartilhando esforços e responsabilidades na construção de um projeto ubíquo, baseado na suficiência e no reconhecimento dos limites da natureza (Pogge, 2014).

Aqueles que desejam transformar o mundo devem associar o “otimismo da vontade” ao “pessimismo da razão” (Gramsci, 2006b, p.267), porque não chega ter vontade em promover a mudança, sem ter o conhecimento dos fatores subjacentes que contribuem para a impedir.

Nesta perspetiva, eleva-se a teoria da sustentabilidade sistémica (Zang *et al.*, 2023), pautada pela “vontade” de compreender o desenvolvimento humano numa perspetiva abrangente, doutrinando políticas e ações propícias que fortalecem o envolvimento das sociedades com os ecossistemas locais, sedimentando laços por uma sustentabilidade una (Morin, 2005; Szekelt & Mason, 2018; Zang *et al.*, 2023).

Esta abordagem sistémica de contingências complexas entre sistemas económicos, sociais e ambientais (Schttler *et al.*, 2019) impõe uma nova visão sobre o mundo e uma nova postura aos indivíduos. Postura essa que exige uma coexistência harmoniosa entre os seres humanos, a natureza e o desenvolvimento sinérgico do conhecimento cultural (Zang *et al.*, 2023).

A Agenda 2030 é, indubitavelmente, uma nova visão do mundo; é uma abordagem complexa e multifacetada que parte da compreensão das suas partes para um todo (Fioriu *et al.*, 2019). Para compreendê-la, o pensamento sistémico, primeiro, olha os indivíduos isoladamente, depois considera o seu contexto e suas relações aí existentes para reconhecer os componentes determináveis, as relações entre esses componentes (causalidades diretas e indiretas; interações que se cruzam; mecanismos de controle) e o seu conjunto (Morin, 2005; Szekelt & Mason, 2018). Ou seja, como os objetivos e metas são sectorizados(as), devem ser observados(as) e analisados(as) à luz de redes conceituais abertas, já que cada ODS contém vínculos com os restantes e o

nível de relações que existe entre eles divergirem consoante a sua categorização (Throsby, 2017; Eustachio *et al.*, 2019). Desta forma, tratar as questões de desenvolvimento sustentável como um comportamento que afeta e é afetado pelo outro, prioriza soluções eficientes e efetivas. A título de exemplo, tratar as questões de desigualdade de género melhora o acesso e os benefícios dos serviços de saúde e contribui para evitar altas taxas de mortalidade em homens e mulheres ao longo da vida.

“O todo está na parte que está no todo” (Morin, 2005, p.75). O todo é maior porque engloba algo que as partes não têm: as relações entre elas (Morin, 2005; Szekelt & Mason, 2018). Morin (2005) desafia repensar a realidade, as questões socioambientais e a relação sociedade/natureza a partir de um equilíbrio dinâmico e crítica o que ele considera os três pilares da ciência moderna: a ordem, a separabilidade e as lógicas indutiva e dedutiva. O pensamento moderno é reducionista e determinista, que separa o sujeito do objeto – paradigma simplificador. Porém, a teoria da complexidade contrapõe à simplificação e procura um conhecimento transdisciplinar, não fragmentado, não reducionista, aberto, capaz de unir conhecimentos separados e fazer aflorar a responsabilidade que daí advém (Morin, 2005; Szekelt & Mason, 2018).

Por conseguinte, assoma-se abordar a complexidade da Agenda 2030 numa lógica de interconectividade, sustida num discurso sustentável, economicamente e socialmente justo, ambientalmente equilibrado, culturalmente plural e politicamente democrático. A interconectividade invocada neste princípio relaciona-se, portanto, de forma transversal com as interdependências económicas, sociais, ambientais e culturais, sendo o traço distintivo a inclusão da cultura como parte integrante do sistema (Throsby, 2017). Cultura essa que impregna compreensão e respeito pela vida em toda a sua complexidade, além de capacitar as pessoas a reinventar uma vida mais saudável. Isso enfatiza certos valores éticos que permitem que os grupos humanos se orientem para as quatro dimensões da sustentabilidade (Dessein *et al.*, 2015; Kagan *et al.*, 2017b).

Posto isto, apesar das frentes discursivas aqui apresentadas estarem associadas à forma como a relação entre o ser humano e a natureza é concebida e projetada, a materialização da Agenda 2030 depende de uma abordagem eficaz, assente num diálogo contínuo entre todas as entidades diretas e indiretas envolvidas. O desenvolvimento sustentável depende do comprometimento e da coerência das políticas de desenvolvimento dos destinatários e dos provedores de assistência ao desenvolvimento, mas alcançar a coerência é difícil e requer a muita colaboração de todas as partes



interessadas (Firoiu *et al.*, 2019). Por fim, cabe a cada um de nós manter e continuar a preservar o planeta, de forma a assegurar às gerações futuras as mesmas oportunidades e qualidade de vida que as atuais gerações (ainda) gozam porque, e citando Sara Moreno Pires, mais do que “...tentar definir, compreender e medir o conceito de desenvolvimento sustentável, o mais importante é que descobrimos uma utopia elementar: a necessidade de se criar uma sociedade planetária, unida, interligada, renovada na ligação entre homem e natureza” (Moreno Pires *in* Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022, p.31).

## **2.2. Alguns contributos para a discussão da Cultura para o Desenvolvimento Sustentável**

O subcapítulo anterior permitiu-nos perceber a evolução das teorias de investigação no âmbito do desenvolvimento sustentável desde os anos 50 do séc. XX (altura em que começaram a surgir as primeiras preocupações sobre as dimensões económica, social e ambiental) até à atualidade. Importa, agora analisar os conceitos subjacentes à fixação da cultura como uma nova dimensão para a sustentabilidade, compreendendo o seu posicionamento no cerne das políticas de desenvolvimento.

Tendo em conta que esta investigação se centra na intervenção da cultura para produzir desenvolvimento sustentável, parece-nos importante começar pelo conceito de cultura. Assim, a cultura pode ser considerada como um conjunto de características distintivas, espirituais, materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, tal como evidencia a Declaração do México sobre as Políticas Culturais de 1982 (MONDIACULT, 1982).

Para Streimikiene *et al.*, (2019), a sua integração no conceito de desenvolvimento sustentável deve-se às circunstâncias e objetivos a cumprir, podendo assumir três papéis distintos: 1) o papel de apoio e autopromoção para expandir de forma simples o discurso convencional do desenvolvimento sustentável, adicionando a cultura como uma quarta dimensão mais ou menos autossuficiente; 2) o papel orientador no processo de desenvolvimento sustentável para fazer face às pressões económicas, sociais e ambientais; 3) o papel de fundamento e estrutura essencial para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável.



Esta visão lata é ilustrada em vários documentos oficiais como nos diz Gama, Manuel *in* Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão (2022), entre eles: a Declaração de *Hangzhou* (UNESCO, 2013) em que mostra o papel da cultura para o desenvolvimento sustentável como forma de reduzir a pobreza, impulsionar o desenvolvimento económico e combater as alteações climáticas; o manual metodológico da UNESCO onde apresenta um conjunto de indicadores da cultura para o desenvolvimento (UNESCO, 2014); o relatório das conclusões de uma ação COST, onde mostra uma visão complementar do papel da cultura no, para e como desenvolvimento sustentável; e no relatório global da Convenção de 2005, onde ilustra políticas de desenvolvimento sustentável e programas de assistência internacional que integram a cultura como dimensão estratégica.

Por outro lado, ao analisar a Agenda 2030, inequivocamente verifica-se a ausência explícita da cultura neste documento, pese embora reconheça o seu papel transversal como amplificador de políticas sociais, económicas e ambientais. É notável, de forma residual, nas metas 11.4 “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo” (UNESCO, 2015a, p.22); na meta 4.7. “valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2015a, p.9). A cultura também é explícita nas metas 8.9 e 12b para o “turismo sustentável, que cria emprego, promove a cultura e os produtos locais” (UNESCO, 2015a, p.17, 25; Streimikiene *et al.*, 2019).

Implicitamente, a cultura é premiada noutros ODS, tais como: na meta 8.3 para expandir empregos e empreendedorismo, criatividade e inovação; na meta 14.7 para promover o uso sustentável da aquicultura e turismo e as metas 16.3, 16.8 e 16b na promoção do estado de direito e para fortalecer a governação global (Petti *et al.*, 2020).

Não obstante, olhar para a Agenda 2030 requer uma certa sensibilidade, uma vez que a cultura constitui a base para a criação e a inovação, bem como um poderoso vetor de conhecimento. Exemplo disso demarca-se a Estratégia Ibero-americana de cultura e Desenvolvimento Sustentável, realizada pela SEGIB (Secretaria-Geral Ibero-Americana) em coordenação com a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) na qual, reivindica o valor da cultura como elemento transversal. Aqui, parece-nos razoável admitir que a criação desta estratégia se deve, sobretudo, para a mitigação de problemas adversos à diversidade cultural, indústrias culturais e criativas, património cultural e igualdade de género. Além disso, cria propostas tangíveis para a cidadania cultural, para a institucionalidade cultural, para

a dimensão económica da cultura, para a dimensão social da cultura e para a dimensão meio ambiental da cultura (Secretaria-Geral Ibero-Americana, 2022).

A isto juntar-se-á a Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – MONDIACULT 2022 na Cidade do México, de 28 a 30 de setembro de 2022, Cidade do México, 40 anos após Conferência MONDIACULT de 1982 e 24 anos após a Conferência de Estocolmo de 1998 (ambas convocadas pela UNESCO), onde o papel da cultura é reafirmado para o desenvolvimento sustentável como uma força de resiliência, inclusão social e coesão, proteção ambiental e crescimento sustentável inclusivo, apoiado nos fundamentos das sociedades humanas multiculturais, ao mesmo tempo que reafirma o poder da cultura para renovar e ampliar a cooperação bilateral e multilateral, promover o multilinguismo e uma cultura de paz, diálogo e solidariedade dentro e entre os países (MONDIACULT, 2022).

Um outro ponto importante assinalado nesta conferência é a luta contra o tráfico ilícito de bens culturais, garantindo mecanismos de cooperação internacional com todos os parceiros relevantes, nomeadamente, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) para garantir o reforço na codificação do certificado de origem dos bens culturais, a preservação da aquisição de objetos sem proveniência por parte dos museus e colecionadores privados (MONDIACULT, 2022, ponto 16).

Reconhecido o amplo espectro documental, que alargam progressivamente a incorporação a cultura nas políticas públicas, através da adaptação de estratégias e quadros de desenvolvimento a nível internacional, nacional, regional e local para fazer face aos desafios contemporâneos associados à paisagem global – ligadas, em particular, às consequências dramáticas das alterações climáticas, perda da biodiversidade, conflitos armados, riscos naturais, pandemias, urbanização descontrolada e dos padrões de desenvolvimento insustentáveis – que conduzem ao aumento da pobreza, ao retrocesso dos direitos fundamentais, às migrações e mobilidade aceleradas, bem como a desigualdades estruturantes exacerbadas, nomeadamente no que diz respeito à transformação digital, percebe-se que o movimento está em curso (MONDIACULT, 2022).

### **2.3. Algumas considerações sobre a cultura no Desenvolvimento Sustentável**

No contexto português, a simplicidade desta aproximação também é visível no documento Estratégia Portugal 2030. Documento de Enquadramento, onde ratifica a cultura como um promotor de “cidadania e de valorização da informação e do conhecimento, da aprendizagem, da qualificação e da formação contínua, da criatividade e a inovação como fatores-chave de competitividade” (República Portuguesa, (s/d) p.31). Nesta matéria o documento versa que as intervenções das organizações devem abraçar a promoção da sustentabilidade com foco na cultura, cuja intervenção dinamiza o seu potencial económico através da sua oferta turística de base histórico-cultural. Concomitantemente, devem estimular o potencial económico dos espaços comerciais dos equipamentos culturais, através da oferta de artigos sustentados na qualidade dos acervos museológicos, a criação de projetos no âmbito das indústrias culturais e criativas que engenham novas oportunidades de emprego e autoemprego nos territórios a partir do património cultural (material e imaterial). As intervenções devem ainda, promover a cooperação e o intercâmbio entre instituições e empresas; devem ampliar o conhecimento e potencializar a cultura de inovação voltada para novos produtos digitais e plataformas tecnológicas, fazendo criar instrumentos que apoiem a competitividade do sector cultural e do património cultural. As intervenções devem fomentar a divulgação da cultura portuguesa, explorando novos mercados para disseminar as obras de autores portugueses e em língua portuguesa junto do público estrangeiro. E por fim, devem reforçar a qualificação no sector cultural e criativo, de modo a ampliar o seu dinamismo, a sua capacidade de inovação e competitividade com o desenvolvimento das artes por via da educação e capacitação.

Nesta lógica, a cultura é considerada um meio e uma condição de desenvolvimento (Streimikiene *et al.*, 2019). Sob este aspeto, Carranca (2004) enumera vários benefícios entre eles: a capacidade de inovação, criatividade e investigação; ajuda nos processos de participação; incentiva a identidade das comunidades; a capacidade de promover inclusão social; desenvolver territórios; aprimorar a gestão urbana; potenciar a formação de parcerias entre cidades no encontro de soluções para os desafios atuais que lhes são análogos; e facilita a elaboração de estratégias culturais às escalas local, regional e nacional.

Porém, a ideia de incorporar a cultura para o desenvolvimento sustentável não é nova. A importância que Throsby (2011) atribuía à cultura é tal que o levou a considerar como uma ferramenta para: o crescimento inteligente associado ao papel das indústrias culturais na economia criativa; o crescimento sustentável associando na sustentabilidade económica, ambiental e cultural); o crescimento inclusivo associado a ramificações da política cultural em educação, diversidade e coesão social; o crescimento mensurável associado à monitorização e avaliação do progresso.

Ademais, enquanto recurso de desenvolvimento, surgem outros estudos que explicam que a cultura e o património cultural ajudam na criação de soluções culturalmente apropriadas e socialmente aceitáveis. Nisto inclui, a preservação e valorização do património cultural e artefactos culturais, uso de materiais e técnicas tradicionais, valorização do artesanato, práticas indígenas, inclusão de conhecimento e outras formas de expressão cultural. Além disso, também reconhece e valoriza as diferenças culturais e linguísticas e alavanca a colaboração entre elas, o que leva a uma maior compreensão, respeito e ajuda na prevenção de conflitos culturais. De igual modo, ajuda a desenvolver práticas mais conscientes e responsáveis em relação aos recursos naturais, cria oportunidades económicas sustentáveis regionais e incentiva o desenvolvimento de uma democracia cultural (Gustafsson & Ijla, 2016; Pop *et al.*, 2019; Huhmarniemi & Jokela, 2019; Wróblewski & Kasperk, 2019; Gravagnulo *et al.*, 2021).

Em termos socioculturais, a cultura e o património cultural reabilita as cidades e serve para melhorar a vida da população local, como por exemplo, proporcionar melhores equipamentos culturais e atividades de lazer. Além disso, a cultura tem sido evidenciada na revitalização económica e social das cidades por meio da inovação, da criação de vínculos intersectoriais de atividades contíguas ao longo da cadeia de valor, da produção de efeitos de aglomeração e do surgimento de novas oportunidades de investimento e emprego (Montalto *et al.*, 2019; Liu, 2019; Escaloma-Orca *et al.*, 202; Ferran Vila *et al.*, 2022).

No que diz respeito aos ODS, Grilli *et al.*, (2021) afirmam que o turismo sustentável faz parte de uma estratégia nacional para conservar os habitats marinhos e terrestres e a biodiversidade, particularmente os icónicos recifes de corais (ODS 14 e 15); promove um planeamento urbano mais resiliente (ODS 11); ajuda a criação de novos empregos (ODS 8) e reduz desigualdades (ODS 10). Por outro lado, Anelli & Tajani, (2022) e Tyllianaki *et al.*, (2019) argumentam que o turismo sustentável favorece o crescimento económico e o envolvimento das comunidades locais nas

atividades turísticas, protege a biodiversidade e promove e conserva a cultura local, nomeadamente, através das despesas dos visitantes, o tempo de permanência e a retenção de rendimento na região.

Posto isto, compreende-se que a cultura é tida como uma ferramenta fulcral na construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática. É um direito humano fundamental para todos, inclusive na tomada de decisão das políticas culturais (Stylianou-Lambert *et al.*, 2014); é uma forma de expressão e de liberdade, de resistência e luta contra a opressão, discriminação e desigualdades sociais e é protegida por leis e políticas públicas em muitas nações (Portolés *et al.*, 2017; Kagan, 2019). Neste sentido, torna-se significativo a sua articulação nas políticas públicas locais.

## **2.4. Dinâmicas profissionais nas políticas públicas locais**

À semelhança do que aconteceu com outros pilares de sustentabilidade, dos quais o ambiente é exemplo vibrante, também a cultura deve ser considerada e avaliada à luz das políticas públicas. Todavia, um dos desafios atuais é formular políticas culturais que atendam as necessidades individuais e locais de uma sociedade. Ora, sendo a generalidade das políticas públicas decisões governamentais destinadas à resolução de problemas que afetam a coletividade, a sua implementação influencia diametralmente a vida das pessoas e instituições pelo que se torna significativo entender o seu propósito. Na bibliografia o conceito de política pública tradicionalmente não era muito explícito: “política pública é tudo aquilo que constitui matéria de opção do governo, seja ato ou omissão, tudo aquilo que ele optou por fazer ou não fazer” (Bilhim, 2016, p.4). Mas o ressurgimento do conceito na década de 2000 tornou-o mais específico e restrito ao nível das ações, como apresenta Bucci:

“Política pública é um programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados (...) visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinantes. (Bucci, 2006, p.39).

Partindo desta definição, é consensual que uma política é um processo dinâmico através do qual, um grupo de pessoas tomam decisões coletivas que de alguma forma se

associam a esse mesmo grupo e, no decorrer deste processo negocial, a política (*politics*) converte-se, noutra política (*policy*) – conjunto de decisões tomadas numa (e para uma) determinada área do campo social (Albuquerque, 2011). Nesta linha de pensamento, os políticos são tidos como os atores principais na tomada de decisões sobre o desenvolvimento do futuro de uma cidade. Melhorar a qualidade de vida de uma cidade inclui fornecer políticas aos eleitorados para revitalizar a área urbana e tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis (Domingues *et al.*, 2015).

Ao escrutinar o quadro das políticas públicas locais é relevante referir, ainda que de forma subtil, o paradigma da Governança em Rede dado a sua ligação com a reforma da administração local. O Modelo de Governança em rede convoca, por isso, novas formas de decisão e implementação coletiva, originando múltiplas e diferentes relações entre agentes, públicos e privados, e cidadãos (Stoker, 2017). Sublinha-se que esta interação dúctil entre governos, mercado e sociedade civil convoca uma responsabilidade social a todos os níveis, em especial, ao nível de governo. Nas últimas décadas, o governo local tem vindo a ser considerado um dos agentes mais importantes em matéria de governança para o desenvolvimento sustentável, fruto da sua aproximação ao território e população, antevendo com maior facilidade soluções para os respetivos problemas (Fidélis & Moreno Pires, 2009; Carvalho & Bruckmann, 2014; Moreno Pires *et al.*, 2020; Teles, 2021; Richiedi & Pezzagno, 2022). Tavares *et al.*, (2018) e Calderón-Vargas *et al.*, 2021) corroboram e afirmam que a coordenação dos vários agentes implicados no desenho, adoção, implementação e avaliação de políticas públicas e prestação de serviços públicos orientados para as necessidades das comunidades locais tem sido bastante positivo.

Portanto, o trabalho de campo desenvolvido permite, desde logo, desenhar e implementar planos de ação à escala e dimensão local tendo em conta as suas especificidades, necessidades e competências locais. Daí que, ao localizar os ODS é possível reformular as políticas públicas, melhorar a coordenação temática e multisectorial, impulsionar novas dinâmicas de governança e garantir o desenvolvimento de modelos participativos com vários atores (Schmidt *et al.*, 2022). Mas o que é a localização? “A localização é como um processo pelo qual decisões políticas em nível global são adotadas por instituições políticas de níveis inferiores e integradas às ambições políticas dessas instituições” (Jönsson & Bexell, 2019, p.4). E segundo a *United Cities and Local Governments*,

“A localização é descrita como o processo de definição, implementação e estratégias de monitoramento a nível local para alcançar objetivos globais, nacionais e subnacionais de desenvolvimento sustentável. Mais especificamente, leva em conta os contextos subnacionais para a consecução da Agenda 2030, desde o estabelecimento de metas para determinar os meios de implementação e utilização de indicadores para medir e monitorizar o progresso” (UCLG, 2019, p.21; UCLG, 2020, p.16).

Isto significa que, por um lado, os governos locais e regionais podem prestar apoio na materialização dos ODS por meio das suas políticas e ações, numa perspetiva “de baixo para cima”; por outro, os ODS servem de base para as políticas de desenvolvimento local, numa perspetiva “de cima para baixo” (Rede de Desenvolvimento, 2020, p.18).

Numa expressa vontade de apoiar os territórios no processo de localização dos ODS, levou a *United Nations Development Programme*, a *UN – Habitat* e a *Global Taskforce of Local and Regional Governments* a publicarem um relatório que serve de guia de formação, cuja metodologia compõe-se por quatro etapas. Sendo a primeira a sensibilização que visa despertar o interesse nas partes interessadas para as atividades dos ODS; a segunda, a *advocacy* exorta o alinhamento de ação local e nacional, viabilizando a descentralização do poder e a coerência política em todos os níveis do governo; a terceira, a implementação aborda a implementação prática dos ODS nas estruturas das partes interessadas; e a quarta, a monitorização compreende a avaliação dos resultados das estratégias implementadas localmente (Fox & Macleod, 2021; Richiedei & Pezzagno, 2022).

Outro mecanismo de coordenação e consulta que interliga as redes internacionais de governos locais e regionais é o *Global Taskforce of Local and Regional Governments*, o qual prioriza estudos de ações a serem adotados nos ambientes institucionais, executa trabalhos de defesa sobre processos de políticas globais e propaga os ODS na agenda climática e na NAU (*Global Taskforce*, 2022).

Como exemplo de localização dos ODS, aponta-se para o estudo de Schmidt *et al.*, (2022) onde reportam que o rio Lahn na Alemanha é uma importante fonte de água para a região, e como parte dos esforços para alcançar os ODS foram criadas várias iniciativas para melhorar a qualidade da água, entre elas, a criação de uma parceria com



as autoridades locais, empresas, organizações ambientais e grupos da sociedade civil, para desenvolverem em conjunto soluções baseadas na natureza tendo em vista o alcance das metas estabelecidas. Para a sua feitura, foram desenvolvidas algumas medidas, tais como: melhorar as infraestruturas do tratamento de água e dos esgotos para reduzir a quantidade de poluentes que são lançados no rio; reduzir a quantidade de produtos químicos usados nas terras e desenvolver práticas agrícolas mais sustentáveis; melhorar a gestão da água, através da criação de áreas de recarga para garantir que o fluxo seja mantido nos períodos de seca; e a realização de campanhas de conscientização, alertando a população local sobre a importância da qualidade da água e a forma de como todos podem contribuir para melhorar a situação. Como resultado destas iniciativas, a água do rio Lahn melhorou significativamente, revelando a eficácia do trabalho das parcerias no alcance dos ODS em relação à água e ao saneamento.

Um outro exemplo de verdadeiro sucesso na implementação da Agenda 2030 no território, foi identificado em Bristol, no Reino Unido. Fox e Macleod (2021) referem que a cidade Bristol, foi eleita a Capital Verde da Europa em 2015 pelas suas inúmeras ações sustentáveis, bastando para isso invocar a *Bristol SGD Alliance*, uma rede informal, criada para promover o diálogo entre as várias partes interessadas e monitorizar os progressos da implementação dos ODS. Neste alinhamento, foram realizadas outras ações, especificamente, a criação de uma parceria entre a *Bristol SGD Alliance* com a *Bristol Green Capital Partnership* (BGCP), que, em conjunto, elaboraram um relatório de localização dos ODS a nível local, intitulado *Bristol and the Sustainable Development Goals*, em 2017. Dois anos depois, publicaram o *Bristol One City Plan*, uma iniciativa municipal que visa transmitir as boas práticas da cidade na concretização dos ODS, servindo de modelo para outras cidades. E atualmente, este plano municipal conta já com outras edições, a *One City Environment Board* (2020a, 2020b) e a *One City Economy Board* (2020a, 2020b).

Feita a análise a estes estudos, conclui-se que o sucesso destes projetos colaborativos se deve, sobretudo, ao aumento da vontade dos cidadãos participarem na resolução de problemas sociais; à necessidade de responderem a lacunas nas respostas das entidades governamentais; e por estarem envolvidos, garantem a probabilidade de serem levados em consideração na tomada de decisão final.

Por conseguinte, assumindo que as políticas de maior proximidade geram maior interação entre governantes e governados, quer na identificação, quer na resolução de problemas, impera compreender de que forma é feita a operacionalização colaborativa



no cerne da discussão dos ODS, explorando as estratégias de coordenação na construção de modelos de desenvolvimento sustentável baseados na cultura, visto ser a base do desenvolvimento de uma sociedade.

## **2.5. A coordenação como prioridade**

Souza (2018) apesar de considerar uma tarefa difícil, também considera a coordenação como a organização de atividades, cujo propósito é atingir objetivos em comum dentro de organizações. Também refere que o conceito de coordenação está associado ao conceito de cooperação. Contudo, coordenar e cooperar são conceitos distintos.

Atenta-se por isso quando se verifica que a coordenação dentro de uma organização não ocorre de forma natural, mas construída. E essa construção implica incentivos para que os participantes possam aderir nas suas agências (Souza, 2018).

Na perspectiva da política pública, a coordenação processa-se por dois momentos: no da formulação da política e na sua implementação. Do primeiro participam os diversos atores e instituições com interesse na política que é formulada. A segunda, requer mecanismos de coordenação mais complexos. Nesta fase, mais restrita à esfera dos governos existem dois tipos de coordenação: a vertical, quando os díspares níveis de governo participam da política; e a horizontal, entre organizações que constitui o mesmo nível de governo.

Porque passou a ser tão relevante o tema da coordenação na agenda dos governos?

Souza (2018) argumenta que a coordenação passou a ser vista como uma forma de economizar recursos e de suprir serviços de forma eficiente. Por conseguinte, passou a ser tratada como uma questão política e como uma questão administrativa.

De forma mais abrangente, a coordenação passou a assumir três especificidades: mercado, hierarquia e redes. Na primeira, o mercado é por si só um instrumento de coordenação; na segunda, envolve obediência a uma instância superior; a terceira, as redes caracterizam-se pela não hierarquia e por relações horizontais entre os participantes.

Moreno Pires *et al.*, (2020) corroboram e afirmam que a ideia da criação de uma rede de coordenação compreende a articulação entre as várias partes interessadas em torno de objetivos em comuns.

Formular políticas públicas constitui um estágio em que os governos democráticos traduzem objetivos em planos para produzir mudanças no mundo global, tal como intenta a Agenda 2030, das Nações Unidas. Se as definições de política pública podem ser consideradas como ação do governo em ação, então, a implementação é a política pública em ação (Souza, 2018).

Todavia, coordenar a fase da implementação carece de dois polos: decisão centralizada e autonomia local. Souza (2018) diz-nos que não se pode analisar a implementação como uma fase isolada do processo da política pública. Fatores externos como definição de objetivos claros, alocação de recursos, participação pública, legislação e regulamentação, avaliação de impacto, comunicação e sensibilização, monitorização, cooperação multidepartamental, prazos e cronogramas, avaliação de riscos, transparência e *accountability* e sustentabilidade devem ser tidos em conta.

No caso da implementação dos ODS da Agenda 2030, coordenar na fase da implementação requer seis boas práticas que favorecem a coordenação dos ODS que se encontram apresentados na Tabela 1.

**Tabela 1. Seis boas práticas para uma coordenação efetiva.**

<b>Boas práticas</b>	<b>Descrição</b>
<b>Compromisso político</b>	A adesão e o compromisso político por parte dos chefes de estado e de outros titulares políticos são vistas como o primeiro requisito para a realização efetiva dos ODS.
<b>Coerência política</b>	A realização nacional efetiva dos ODS depende da medida em que o planeamento nacional da implementação dos ODS promove a coerência política entre os ODS e as prioridades nacionais de desenvolvimento, utilizando as prioridades nacionais como ponto de referência. Desta forma, os mecanismos baseiam-se no impulso localizador da Agenda 2030, nos termos da qual procura ter em conta as diferentes realidades e capacidades.
<b>Inclusividade</b>	Criação de mecanismos de coordenação inclusivos para os vários atores são vistos como uma boa prática para a implementação dos ODS.
<b>Capacidade de comunicação efetiva</b>	A comunicação eficaz dos ODS é a comunicação eficaz com as suas partes interessadas é fundamental para garantir o fluxo regular e transparente de informações relevantes para os intervenientes governamentais e não governamentais. A

	comunicação deve ser feita de forma horizontal e vertical.
<b>Prestação de contas às partes interessadas</b>	Estabelecimento de mecanismos de comunicação para garantir a responsabilização perante as partes interessadas. Estes mecanismos devem incluir dados de avaliação qualitativos sobre progressos e desafios.
<b>Orçamento compatível</b>	Para materializar as boas práticas acima mencionadas é necessário considerar o financiamento das iniciativas.

Fonte: (Fourie, 2018).

Tomando esta abordagem *bottom-up* na prática é notório o seu benefício para os grandes centros populacionais. O envolvimento das populações e a sociedade civil nos projetos que dizem respeito ao equilíbrio social e ao ecossistema global aumenta a aceitação de normas e perceções estabelecidas como verificado no município de Palmela, um dos primeiros municípios portugueses a implementar um sistema de monitorização para avaliar as tendências territoriais nas várias dimensões. Neste estudo – *A proposal to explore the role of sustainability indicators in local governance contexts: The case of Palmela, Portugal* -, Moreno Pires e Fidélis (2012) constataram que as pessoas envolvidas na seleção e desenvolvimento dos indicadores foram as que mais os empregaram no seu quotidiano, tendo, por isso, alterado eficazmente os procedimentos, as decisões e as ações operacionais dentro do concelho.

Todavia, o mesmo não se pode dizer dos territórios menos desenvolvidos, menos populosos e com um PIB municipal baixo como acontece nas regiões em que os projetos *bottom-up* propostos pelos cidadãos são muito menores (Jönsson & Bexell 2019; Dorninger *et al.*, 2020).

Para estes cenários, Almeida (2022) propõe complementar as abordagens *bottom-up* com *top-down*, por intermédio de outros atores locais como centros de pesquisa, universidades e outras esferas do governo e instituições de apoio e fomento. A título de exemplo, em Portugal existem cidades que têm vindo a trabalhar com as universidades locais em projetos europeus para a construção de cidades inteligentes, o que lhes tem permitido criarem iniciativa piloto e *spin-offs* tecnológicos. Esta nova abordagem contempla a adoção de tecnologias para melhorar a qualidade de vida dos habitantes das cidades e fomentar o crescimento económico sem abrir mãos do meio ambiente (Almeida, 2022).

## 2.6. A importância das redes dentro e entre museus

Castells (2002) pontua o sistema de redes como meio utilizado para a disseminação do conhecimento dentro de uma sociedade, e reconhece que, sem o sistema de redes essa troca não sucede. No entanto, o termo rede é mais amplo, complexo e abrangente. Atenta-se, por isso, quando Luc Van Campehoudt nos diz que a “noção de rede é ambivalente nas Ciências Sociais” (Campehoudt, 2003, p.223), justamente por se adaptar a vários campos de análise como elemento explicativo dos fenómenos que ocorrem na sociedade, como por exemplo a *Internet*, uma rede de interação global, que conecta as pessoas por meio das novas tecnologias de informação (Castells, 2002). Aqui, a ideia de rede é representada como “um sistema comunicativo e informacional capaz de dinamizar as ações e interações entre indivíduos, grupos, instituições, cidades e países” (Junior & Lima, 2019, p.293).

Moreno Pires *et al.*, (2020) corroboram e afirmam que a criação de redes permite o funcionamento integrado de várias atividades que decorrem na prática comum quotidiana dos indivíduos, ao longo da vida e nas mais diversas circunstâncias – profissional ou pessoal. Fazem-se pela troca de contactos, e-mails ou outras formas de relacionamento, possibilitando a troca de comunicação e experiências individuais ou coletivas (Castells, 2002).

Nota-se, desde logo, como as tecnologias de informação e comunicação fizeram evoluir significativamente as organizações de redes institucionais, comumente, de índole cultural que, por sua vez, trouxe inúmeros benefícios como: a troca de informações disponíveis e atualizadas; produtos de valor acrescentado; partilha de experiências e saberes; e o aumento de serviços prestados à comunidade envolvente (Castells, 2002; Santos, 2009; Giannini & Bowen, 2023). A título exemplificativo, as redes digitais permitiram que as organizações culturais redesenhassem as suas práticas culturais para se candidatarem a linhas de financiamento (Junior & Lima, 2019), como se sucede com o Programa de Apoio de Museus da Rede Portuguesa de Museus – ProMuseus – um programa de apoio financeiro aos museus que visa a correção de assimetrias e a utilização de recursos no âmbito da política cultural.

Não obstante, as práticas de trabalho em rede não são uma novidade para a cultura. No contexto museológico, desde muito cedo se começou a formar as redes de museus numa postura vertical (emitindo-se normas *de cima para baixo*). Mas a partir de 1946, com a criação da ICOM, a postura altera-se para horizontal, passando a ser

feita uma articulação entre as instituições museológicas e um intercâmbio de dados e materiais. Por consequência, os sistemas organizados em rede passaram a ser abertos, policentrados e desenvolvidos por relações recíprocas e biunívocas. Isto implica um conhecimento aprofundado de cada entidade que constitui o sistema, uma circulação contínua de informação, uma articulação de recursos e a existência de finalidades em comuns (Camacho, 2007; Silva, 2004).

Sucedem, porém, que este tipo de abertura pode tornar a ação cooperativa desprotegida. Nesta condição, Bienzle (2007), Camacho e Eccles *et al.*, (2014) reconhecem que a criação de laços de confiança entre os parceiros é profícua, na medida em que, reduz a complexidade das redes e garante que os objetivos previstos sejam cumpridos. Além disso, ao trabalharem com mais qualidade conseguem reduzir o número de recursos, ao mesmo tempo que desenvolvem sinergias nas atividades, nas instituições e com os membros envolvidos, através da inovação, conhecimento estratégico de outras iniciativas decorrentes do seu campo temático. Por fim, conseguem ainda atuar em plataformas de *benchmarking* e promover boas práticas. Contudo, esta realidade requer pontos culturais convergentes para superar os limites históricos e divergências administrativas, elementos fundamentais num trabalho que é compartilhado, colaborativo e cooperativo.

Por outro lado, Ferreira *et al.*, (2016) reiteram que a organização do trabalho em rede<sup>1</sup> é um processo delicado porque é construído sobre uma constante negociação de interesses, na procura de estratégias e conhecimentos que facilite a articulação das metas comuns da rede, nomeadamente, as missões de cada um dos parceiros. Ou seja, desde o conhecimento e incorporação das metas comuns até à solidificação da rede como organização estável e eficaz de trabalho cooperativo o seu processo é, efetivamente, feito por ensinamentos recíprocos, partilhas e negociações. Mas também por alguns dilemas e litígios no processo de definição da programação em rede; na liderança administrativa e artística; na coordenação e cooperação dos desempenhos administrativos, financeiros e técnicos; e nos processos de aprendizagem mútua e partilha de recursos, conhecimentos e competências a nível administrativo e técnico.

No que diz respeito à gestão partilhada de recursos técnicos e profissionais no contexto cultural, tema atual e inquietante, Graça Filipe (2021) reconhece que as redes

---

<sup>1</sup> 5 sentidos: estudo sobre a rede de programação cultural. (2016). Este relatório versa um estudo realizado no âmbito do trabalho cooperativo em rede, em que os autores fazem a análise das vantagens e desvantagens da organização do trabalho cultural em cooperação estruturada. (pp. 86-95).

de museus, valorizam e preservam o património cultural, os elementos identitários, alargam os serviços prestados à comunidade envolvente, criam futuros sustentáveis por meio de exposições ou programas educacionais e reduzem custos operacionais. A utilização dos recursos culturais locais, regionais ou nacionais ao serem maximizados, passaram a viabilizar soluções mais eficazes no âmbito da valorização, salvaguarda e difusão do património cultural, bem como na gestão dos bens culturais, investigação e inventariação dos mesmos e criação de respostas para o turismo. Tudo isto fez com que os museus se tornassem mais atrativos quer pela sua identidade, quer pela sua heterogeneidade<sup>2</sup> (Filipe, 2011; 2021).

## 2.7. O papel dos museus nas políticas culturais

Em que medida os museus hoje exercem influência e poder transformador na sociedade contemporânea?

O museu é uma realidade ancestral que precede até mesmo a sua caracterização ou definição. Historicamente, era tido como um espaço de singularidades onde se guardava tesouros. Na época atual, assume-se como um espaço de educação, cultura, informação, um lugar de referência, ponto de encontro e convívio, lazer, um instrumento de sustentabilidade cultural, um polo dinamizador de práticas culturais e um espaço de intervenção social ativo junto da comunidade (Stylianou-Lambert *et al.*, 2014, Hansson & Öhman, 2021).

---

<sup>2</sup> As redes têm diferentes tipologias. De acordo com Augusto Santos Silva, *as cited in* Santos (2009, p.9) as redes desempenham sete funções fundamentais. Sendo elas: “instrumentos de ordenamento, uma vez que para as entidades fazerem parte da rede necessitam de cumprir um conjunto de requisitos previamente estabelecidos ou respeitar regras gerais de funcionamento; instrumentos de qualificação, pois constituem-se como elementos básicos que produzem efeitos diretos e indiretos na atividade, não garantindo só por si uma dinâmica cultural, mas sendo condição necessária no desenvolvimento dessa dinâmica; instrumentos de coesão, quer territoriais, dando sentido ao objetivo da descentralização de bens e serviços culturais por todo o território, quer sociais, no que diz respeito à igualdade de oportunidades no acesso àqueles bens e serviços, como elemento de desenvolvimento local ou regional; instrumentos de concertação e parceria, deve existir entre as várias entidades envolvidas – Administração central, local, terceiro sector e sociedade civil – uma concertação com o objetivo de reunir diversos recursos para o bom funcionamento da rede; ambientes de cooperação, que ao integrar elementos de natureza, dimensão ou recursos diversos vai permitir, através da sua regular ligação, o estabelecimento da comunicação, a partilha de informações e de experiências; plataformas de difusão, ao constituírem, ainda que relacionado com a função anterior, nos meios privilegiados de divulgação, através da sua malha, de eventos, atividades, etc.; e contextos de formação de públicos, uma vez que podem assumir-se como as bases para o desenvolvimento e programação coerente de ações educativas dirigidas aos vários segmentos de públicos, sejam crianças, idosos, grupos escolares, famílias, carenciados, profissionais, entre outros “ (Silva, 2004:250-255).

Atenta-se, por isso, quando se verifica a definição de museu ilustrada pelo *International Council of Museums (ICOM)*<sup>3</sup>, uma definição que tem sido a referência das demais definições, pese varie em alguns países, e que, ao longo dos tempos tem evoluído e adaptado ao universo da sua causa. Desta forma, em conformidade com a sua vigente definição<sup>4</sup> reconhece-se que:

“Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que investiga, recolhe, coleciona, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Funcionam e comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, proporcionando experiências diversas para a educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos” (ICOM, 2022).

A partir desta definição, reconhece-se que a ICOM exorta uma Nova Museologia ao conceder ao museu novas funções museológicas – estudo, aquisição, conservação, comunicação, exposição e educação - às quais, deve cumprir de modo a ser reputado como tal.

Neste quadro, a ICOM reposiciona o museu em duas de linhas ação que, apesar de divergentes, se sobrepõe e complementam: a primeira, inspirada na vertente francófona criada por Hugues de Varine e Georges-Henri, direciona os museus para o desenvolvimento sustentável através de técnicas museológicas inovadoras; a segunda, inspirada na vertente anglo-saxónica direciona o museu para um espaço de crítica, tornando-o um *locus* particular, no qual são debatidas questões teóricas e epistemológicas contemporâneas, num diálogo multidisciplinar, ampliando o espaço representacional do museu (Pessoa, 2001).

Lançando agora um olhar à Recomendação Relativa à Proteção e Promoção dos Museus e das coleções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade, vislumbra-se que a UNESCO considera o “valor intrínseco dos museus como zeladores do

---

<sup>3</sup> ICOM, é a maior organização internacional de museus e profissionais de museus, fundada em 1946, destinada à preservação e divulgação do património natural e cultural, tangível e intangível, por meio de boas práticas.

<sup>4</sup> Esta definição foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária do ICOM, em Praga, no dia 24 de agosto de 2022, com o intuito de dar uma maior abertura dos museus à sociedade e incrementar o envolvimento ativo das comunidades na atividade dos museus.

património, e o seu papel crescente no estímulo à criatividade, na geração de oportunidades para indústrias criativas e culturais, e no entretenimento, contribuindo, portanto, ao bem-estar material e espiritual de cidadãos” (UNESCO, 2015b, p.2).

Quer isto dizer que os museus são verdadeiros guardiões de conhecimento e dos bens relacionados com a história natural e humana, a arte e a ciência; são elementos fundamentais para as atividades económicas dos territórios; são dinamizadores de projetos na cooperação da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e dos locais em que se inserem; são fomentadores de inclusão e a coesão social, de participação na comunidade e de sustentabilidade. A Recomendação reconhece ainda a relevância da articulação destas entidades em redes de níveis de configuração distintos, favorecendo outras áreas de atuação. Neste sentido, os “Estados-membros devem encorajar a cooperação e as parcerias entre museus e instituições culturais e científicas em todos os níveis, incluindo a sua participação em redes profissionais e associações que promovem tal cooperação (UNESCO, 2015b, p.9, ponto 31).

No contexto nacional, a relevância dos museus afigura-se na aprovação da Lei-Quadro<sup>5</sup> dos Museus Portugueses (Lei nº47/2004 de 19 de agosto) aprovada por unanimidade na Assembleia da República. O presente diploma também apresenta, além do conceito de museu, o conceito de coleção visitável<sup>6</sup>; o regime geral dos museus; os princípios que servem de base de orientação; as funções museológicas; o inventário e documentação, conservação; segurança; interpretação e exposição; recursos humanos, financeiros e instalações; estrutura orgânica; propriedade de bens culturais, direito de preferência e regime de expropriação; depósito e cedência de bens culturais; criação e fusão de museus; e parcerias. Outro ponto importante são as matérias relativas com a RPM e os seus procedimentos de credenciação.

De acordo com Camacho (2014), a credenciação dos museus apresentados nesta lei é um componente fundamental para o reconhecimento da qualidade técnica dos museus, por forma a facilitar a sua integração na RPM, a qual, ao ser institucionalizada pela Lei-Quadro passa a ser considerada como um “sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus” (artigo 102º, Lei nº47/2004 de 19 de agosto).

---

<sup>5</sup> Artigo 3º, ponto 1, da Lei nº 47/2004, de 19 de agosto (Lei Quadro dos Museus Portugueses). Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/47-2004-480516>

<sup>6</sup> Artigo 10º da Lei nº 47/2004, de 19 de agosto.



Posteriormente, em 2006, foram apresentados dois novos diplomas legislativos para o sector museológico: a regulamentação das candidaturas ao sistema de credenciação de museus<sup>7</sup> e o Regulamento do Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus – o ProMuseus<sup>8</sup> (Camacho, 2014, p.6).

Feita a análise à produção legislativa cabe argumentar que o funcionamento dos museus em rede requer: 1) um conhecimento minucioso de cada instituição que compõe o sistema; 2) uma constante circulação de informação; 3) articulação de recursos; 4) e objetivos comuns com as demais instituições envolvidas (Camacho, 2014).

No caso da RPM, o Instituto dos Museus e da Conservação, através da Estrutura de Projeto Rede Portuguesa de Museus em cooperação com o Observatório de atividades culturais (OAC), mantém um conhecimento atualizado sobre cada museu, através da sua ficha de candidatura e uma comunicação assídua para conhecer as necessidades de cada museu; a constante circulação de informação é assegurada pelo Boletim RPM e pelo website; a articulação de recursos é prestada pelo apoio financeiro de projetos em parceria com o ProMuseus-2007; e os objetivos comuns são baseados e organizados pela vontade expressa na candidatura de cada um dos museus (Camacho, 2014).

Balizando os museus ao tecido das políticas culturais locais Guimarães (2018) reconhece-lhes um papel fundamental no desenvolvimento cultural do país, visto não estarem imunes às alterações da sociedade. Enquanto parte do meio onde se inserem, os museus sofrem os efeitos das transformações neles sentido, devendo, por isso, conhecê-las e adaptarem-se de modo a conseguir cumprir a sua missão, objetivos e funções. Por conseguinte, é tempo de refletir sobre o seu potencial e contributo no desenvolvimento sustentável, em contraste à visão simplista de um local de identidade.

## **2.8. Os museus na operacionalização dos desafios do desenvolvimento sustentável**

É comumente aceite que os museus podem operacionalizar os desafios de desenvolvimento sustentável por várias estratégias e práticas. Pop *et al.*, (2019) acreditam que os museus, dada a sua missão em preservar artefactos culturais e utilizar

---

<sup>7</sup> Despacho Normativo n° 3/2006, de 25 de janeiro.

<sup>8</sup> Despacho Normativo n°3/2006, de 13 de julho.

o património para fins educativos, estudo e fruição, são a chave de um futuro sustentável, já que potenciam a participação pública local em iniciativas e projetos que dependem das populações locais para o seu sucesso.

Em consonância, Hansson & Öhman (2021) reforçam que os museus, sendo repositórios da cultura salvaguardam a nossa história, a arte e as tradições, permitindo-nos aprender com o passado para enfrentar os desafios do futuro. São a ponte que une gerações, permitindo-nos transmitir a sabedoria dos nossos antepassados e inspirar as gerações vindouras. Eles educam, iluminam e consciencializam questões como conservação ambiental, justiça social e a igualdade, através de programas educativos, exposições e experiências interativas (Hansson & Öhman, 2021).

Ademais, Gustafsson & Ijla, (2016) reiteram que os museus incitam o diálogo e a ação sobre a eficiência energética, planeamento urbano verde e educação ambiental, atuam como agentes da evolução, contribuindo para a sustentabilidade ambiental. Como ajudam a criar comunidades coesas e refletem a cultura, a história e a identidade de todos os cidadãos vizinhos, contribuem para a sustentabilidade social. Ao reconhecer o valor do seu potencial, os museus envolvem-se com o seu público, interagindo criativamente. O seu valor social é maior quando cultivam um ambiente que fomente a aprendizagem ao longo da vida e a criação de novos conhecimentos, criatividade e inovação (Gustafsson & Ijla, 2016).

Por outro lado, Guimarães (2013) faz uma análise mais voltada para a sustentabilidade económica, mostrando como os museus sempre foram elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente no que diz respeito à economia criativa, impulsionada pelos agentes culturais que gera empregos - guias, vigilantes, bibliotecários, especialistas científicos, técnicos especializados, técnicos de museologia, profissionais de serviços educativos, contabilístico, secretariado, *marketing*, pessoal de limpeza, segurança e jardineiros. Além disso, promovem serviços que beneficiam economicamente o local, como exemplifica com o caso do Museu Guggenheim de Bilbao, no ano de 2000, revelando que este registou quase um milhão de visitantes nesse ano, configurando para o local 139 milhões de euros em impactos indiretos.

Neste contexto parece adequado acreditar nas palavras de Guimarães (2013), quando afirma que ter um museu a tomar a dianteira económica pode ser uma aposta positiva nos desafios económicos globais. As razões apontadas prendem-se, sobretudo, pela própria condição dos museus já que lhes é permitido adotar estratégias

convenientes como passar pelo multinucleamento ou pela promoção da região nos seus roteiros levando em conta a sua realidade geográfica e sociocultural. Curiosamente, são ainda vendedores de bens e serviços, através de bilhetes, aluguer de espaços para exposições particulares e serviços de caráter técnico. Nas suas lojas, vendem como recordação local: vinho; mel; doçaria artesanal; postais; e artesanato. Além disso, também eles são contribuintes fiscais de impostos ao Estado e aos territórios, pese nalguns países, como é o caso de Portugal, estejam isentos desse encargo. Toda a sua atividade direta acarreta resultados favoráveis que se repercutem indiretamente nos fluxos da economia local, mormente, o turismo cultural. Tomando como exemplo Vila Nova de Foz Côa, região que ficou conhecida pelas pinturas rupestres, situação que levou a região criar o Museu do Côa, uma estrutura do Parque Arqueológico do Vale do Côa, que dispõe serviços de visitas guiadas ao território, particularmente a três sítios de arte paleolítica, com recurso a guias especializados em viaturas Todo o Terreno. Sendo que, os visitantes que aqui se deslocam, além de visitarem o museu também eles consomem no comércio local e no alojamento local (Guimarães, 2013).

Concomitantemente, como instituições ativas que são necessitam de bens e serviços que obrigam à circulação de capital, que podem ser adquiridos localmente ou no meio regional, consoante os custos. Especificamente, água potável, eletricidade, materiais de apoio ao serviço administrativo, ao restauro das coleções, aos visitantes, para divulgação da sua atividade, materiais de exposições, atividades sazonais, *merchandising* e de renovação das instalações e equipamentos. Também recorrem a empresas especializadas serviços de animação, contratação de artistas, dança, música e teatro, para intervenções de manutenção, montagem de estruturas e equipamentos de apoio ao seu funcionamento (Guimarães, 2013).

A presença de um museu faz, portanto, a diferença na seleção do destino pelo que muitas vezes investidores investem nessas regiões incentivados por clientes ofertados. Estes investimentos empresariais significam mais postos de trabalho para absorver mão-de-obra disponível, mais bens e serviços de outras empresas fornecedoras e, atração de população de fora para suprir necessidades de recursos humanos especializados. A fixação desta população leva ao aumento das receitas fiscais locais, estabelecimento de escolas públicas e privadas, hospitais públicos e privados, centros de saúde, repartições públicas, bancos e empresas de serviços de consumo doméstico

(televisão por cabo, gás-natural, eletricidade, fibra) relevantes para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes (Guimarães, 2018).

E de que forma uma rede de museus pode articular o processo do Desenvolvimento Sustentável? Uma rede de museus pode articular o processo do Desenvolvimento Sustentável de várias maneiras: através da coordenação e colaboração de diferentes museus instituições culturais; pela troca de boas práticas, por meio do compartilhamento de experiências e práticas relacionadas à sustentabilidade. E isso ajuda a promover a aprendizagem mútua e a implementar abordagens mais eficazes através de Projetos educacionais conjuntos, desenvolvendo programas em que abordam as questões de sustentabilidade. Isso pode incluir workshops e recursos educacionais compartilhados; exposições interativas, sobre tópicos do Desenvolvimento Sustentável, podendo viajar entre os diferentes museus da rede, fazendo ampliar o alcance e o impacto das mensagens de sustentabilidade; através de eventos, e conferências sobre temas sustentáveis, atraindo especialistas e partes interessadas para compartilhar conhecimentos e experiências; intercâmbio cultural e artístico, enriquecendo a experiência dos visitantes e fortalecendo relações entre comunidades e regiões; o desenvolvimento de Redes de Apoio para artistas, artesãos e empreendedores locais; coordenando esforços para a conservação e preservação do Património Cultural e Ambiental, garantindo que os recursos sejam usados de forma eficaz; capacitação e formação contígua para as suas equipas, promovendo práticas sustentáveis e inovadoras. A Rede pode ainda unir esforços em nome do Desenvolvimento Sustentável, influenciando políticas locais e regionais que apoiem a cultura, a educação e a conservação (Hansson e Öhman, 2021; Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022; Espel Oliveira, 2022; Giannini e Bowen, 2023).

Por tudo isto, infere-nos pensar que uma rede bem organizada e comprometida com a Agenda 2030 pode ser, amiúde, um recurso poderoso para uma comunidade ou território, promovendo uma abordagem abrangente e colaborativa para tratar questões sociais, culturais, ambientais e económicas. Uma rede de museus tem, portanto, um impacto positivo na promoção de um futuro melhor.

### 3.METODOLOGIA

Atendendo a que existem vários tipos de estudos científicos para compreender de forma explícita um determinado fenómeno ou encontrar relações entre fenómenos, foi necessário ter em atenção o objetivo, o tempo disponível e a amplitude do trabalho como fatores determinantes para que a investigação fosse rigorosa, realista e exequível (Haro *et al.*, 2018; Coutinho, 2014; Quivy & Campenhoudt, 2013; Fortin, 2009). Neste sentido, e tomando as orientações da “cebola da investigação” (Saunders *et al.*, 2019), para analisar e explicar como é que a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão contribui para os ODS, foi utilizado o Estudo de Caso que segundo Yin (2009), permite dar resposta a questões de pesquisa, do tipo, “como” e “porquê” esses fenómenos estão presentes neste local.

Em termos metodológicos, a dissertação encabeçou uma filosofia interpretativista, visto os indivíduos e os fenómenos sociais não poderem ser estudados da mesma forma que os físicos. Na verdade, a intenção pura foi a de compreender o fenómeno através de um modelo teórico para avaliar as premissas relacionadas com a teoria, numa lógica indutiva (partindo do particular para o geral) (Saunders *et al.*, 2019).

*O papel da Cultura nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Estudo de Caso a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão* foi desenvolvida segundo a metodologia qualitativa num modelo não-experimental descritivo (Creswell, 2013; Saunders *et al.*; 2019). A recolha de dados foi feita a análise de documentos por meio de bola de neve, usando livros publicados e artigos de revistas científicas revistos por pares, escritos em inglês, na fase de publicação final, anexados nas bases de dados *Scopus* e *ResearchGate*. Foi realizada uma triagem de artigos, selecionado as palavras-chave: “*Sustainable development theories*”; “*locate*” AND “*SDGs*”; “*sustainability*” e “*SDGs*”; “*indicators*” e “*region*”; “*counties*” e “*SDGs*”, “*culture*” e “*SDGs*”; “*cultural policies*” AND “*SDGs*”; “*cultural policies*” AND “*sustainable*

*development*”; “*museums*” AND “*sustainability*”. A pesquisa na Web compreendeu o período de 1972 até 2023.

A triagem foi feita por meio de leitura do título e do resumo para verificar a conformidade com o assunto em questão e quando surgiram dúvidas, foi feita a leitura do artigo completo. No que diz respeito aos livros publicados, a leitura foi feita na íntegra, numa fase anterior e durante a investigação em apreço.

Interessa ainda realçar que as considerações aqui traçadas resultam, sobretudo, da interpretação de investigações feitas numa perspetiva muito sectorializada onde a cultura era tida como um elemento central na procura de soluções para a concretização do desenvolvimento sustentável.

Refere-se ainda que foram analisados documentos oficiais e conteúdos presentes no *website* de Famalicão; no Índice de Sustentabilidade Municipal 2022 de Vila Nova de Famalicão; no Guia sobre o Desenvolvimento Sustentável; e no Plano Estratégico, Famalicão.30 de 2022-2023.

A par da análise documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, aplicando-se um guião temático, executado de forma flexível (Haro *et al.*, 2018). Em Anexo I encontram-se os guiões utilizados. A técnica de amostragem utilizada para a escolha dos entrevistados foi a não probabilística, por conveniência, uma vez que foram escolhidos tendo em conta o estudo de caso, a área de investigação e sua relevância para o estudo. De referir ainda que, os entrevistados selecionados foram: o Diretor Executivo Municipal; a autora e coordenadora científica do Projeto “Museus de Famalicão. Desenvolvimento sustentável na prática”; a coordenadora das várias instituições da Rede de Museus; a responsável pelo levantamento de práticas e objetivos a implementar nos museus; e a responsável pela implementação das ações e atividades realizadas pelos Museus no âmbito do desenvolvimento sustentável. A todos os envolvidos foi enviado via e-mail informação sobre os objetivos do estudo, e na discussão dos resultados foi salvaguardado o anonimato dos entrevistados.

As entrevistas decorreram entre 14 de maio a 4 outubro de 2023, presencial e on-line. Em média tiveram a duração de 45 minutos. A todos os participantes foi entregue previamente um consentimento informado, seguindo as regras do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) (Anexo II). Todos os participantes autorizaram a gravação áudio da entrevista pelo que foi posteriormente transcrita para Word.

Sobre as entrevistas é de salientar que os guiões foram criados tendo em conta as orientações que Fourie (2018) apresenta para a fase da implementação dos ODS a nível local. A Tabela 2 suporta a construção teórica sintetizada na Tabela 1, de acordo com Fourie (2018), e adaptada para a análise de caso desta investigação. Mais à frente, os resultados serão analisados com suporte destas categorias e conceitos.

**Tabela 2. Seis boas práticas para uma coordenação efetiva no caso de estudo**

<b>Boas práticas</b>	<b>Descrição das atividades</b>
<b>Compromisso político</b>	Nível de compromisso do Município de Famalicão e da Rede de Museus com os ODS (Agenda 2030), por várias ordens de grandeza .
<b>Coerência política</b>	Definição de prioridades, objetivos, estratégias e ações para cada projeto de acordo com a Agenda 2030, com os Objetivos da Política Europeia 2021-2027 e com os Objetivos do Portugal 2030 em torno do desenvolvimento sustentável.
<b>Inclusividade</b>	Instrumentos e ferramentas de implementação dos ODS; Plataformas, Redes e parcerias.
<b>Capacidade de comunicação</b>	Existência de fluxos direcionais de informação, através de conferências, workshops, eventos e ações de sensibilização, alianças entre o governo local e entidades do território, e entre a Rede e os atores chave que com ela interagem.
<b>Prestação de contas às partes interessadas</b>	Mecanismos de avaliação e monitorização das ações implementadas em cada instituição e do cumprimento dos ODS pela Rede e Município.
<b>Orçamento compatível</b>	Recursos financeiros a serem mobilizados para viabilizar a implementação da Agenda 2030 a nível local, pelo Município e pela Rede de Museus.

Fonte: Elaboração própria.

As 48 perguntas que integram os guiões eram perguntas abertas, dando a oportunidade ao entrevistado a completa liberdade de expressar o seu pensamento sobre o que lhe era perguntado.

Para a recolha de dados relativos à análise de conteúdo do Projeto “Museus de Famalicão. Desenvolvimento Sustentável na prática” foram analisados documentos oficiais que ilustram a descrição do projeto que, foram complementadas com informações dadas por alguns entrevistados. Um dos problemas levantados foi a ausência de respostas e atraso por parte de alguns entrevistados notificados.

Na discussão e resultados optou-se por dar especial atenção aos dados obtidos pela análise das entrevistas, uma vez que as informações iam de encontro à construção teórica de Fourie (2018). Com os resultados obtidos foi possível dar resposta à questão de investigação e ainda sugerir algumas recomendações passíveis a serem implantadas nas políticas locais, regionais ou nacionais tendo em conta a recolha de dados privilegiado nesta investigação.

## Capítulo 4

### 4. ESTUDO DE CASO: Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão

#### 4.1. Caracterização do Município de Vila Nova de Famalicão

Conforme o *website* de Famalicão, a emblemática cidade de Famalicão nasceu a 1 de julho de 1205 com o Foral de D. Sancho I. E privilegia, desde tempos ancestrais, o estatuto de charneira pela interseção de caminhos, criado pela passagem e presença de povos e civilizações que deixaram marcas das suas riquezas e culturas até aos nossos dias. A identidade famalicense é o testemunho vivo de uma comunidade que constrói o futuro a cada instante. Através das suas tradições, o município é bastante atrativo pela sua herança cultural como as pontes que abraçam as margens dos rios, os castros no cimo dos montes, a nobreza das casas solarengas, as igrejas que espelham espiritualidade, os usos e os costumes do granjeio da terra, a gastronomia, a riqueza do artesanato, a força da indústria diversificada (Câmara Municipal Famalicão, 2020).

Famalicão caracteriza-se por ser um dos principais centros culturais de Portugal dado à sua Rede de Museus, Rede de Bibliotecas Municipais e Bibliotecas escolares que contribuem para um panorama educativo, cultural e social.

Geograficamente, o Município de Vila Nova de Famalicão - localiza-se na Região do Norte (NUT II) e pertence à sub-região do Ave (NUT III), do Distrito de Braga. Encontra-se limitado a norte pelo município de Braga, a leste por Guimarães, a sul por Santo Tirso e Trofa, a oeste por Vila do Conde e Póvoa de Varzim e a Noroeste por Barcelos. Famalicão é um concelho servido por um dos mais importantes cruzamentos de autoestradas A3 (Porto-Vigo) e A7 (Guimarães- Póvoa de Varzim) e de um serviço de transportes ferroviários com ligações diretas a Vigo, Braga, Guimarães, Porto, Coimbra, Lisboa e Algarve. A cidade fica ainda a cerca de uma hora da Galiza e do aeroporto de Vigo e a 20 minutos do aeroporto internacional Francisco Sá Carneiro e do Porto de Mar de Leixões (Câmara Municipal Famalicão, 2020).

Tendo em conta os Censos 2021, o Município de Vila Nova de Famalicão conta com 134 084 habitantes, ocupando numa área total de cerca de 201,59 Km<sup>2</sup>, subdividida em 34 freguesias: Antas e Abade de Vermoim; Arnoso; Ávidos e Lagoa; Bairro; Brufe; Carreira e Bente; Castelões; Cruz; Delães; Esmeriz e Cabeçudos; Fradelos; Gavião; Gondifelos, Mouquim e Jesufrei; Louro; Lousado; Mogege; Nine; Oliveira; Pousada de



Saramagos; Pedome; Requião; Riba de Ave; Ribeirão; Ruivães e Novais; Seide; Vale Telhado e Portela; Vale S. Martinho; Vermoim; Vila Nova de Famalicão e Calendário e Vilarinho das Cambas (Câmara Municipal Famalicão, 2020).

Famalicão apresenta várias responsabilidades sociais e culturais relacionadas com a reputação da Agenda 2030, revelando a sua importância do reporte no seu Índice de Sustentabilidade Municipal.

## **4.2. A Agenda 2030 das Nações Unidas em Famalicão**

No que diz respeito a Vila Nova de Famalicão, a territorialização dos ODS no município iniciou-se com a Adesão ao projeto ODS Portugal, uma iniciativa *non-business*, fundada em 2016 pela *Global Compact Network Portugal* (GCNP) e pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) com o objetivo de criar parcerias para a implementação dos dezassete ODS aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta adesão foi oficializada a 21 de janeiro de 2020 no decorrer da conferência comemorativa do 4º aniversário desta plataforma nacional, que atualmente, congrega mais de 130 organizações entre autarquias, organismos públicos, universidades, ONG'S, empresas e associações empresariais (Câmara Municipal Famalicão, 2020).

Desvendando um pouco o seu firmamento, esta carta de compromisso assinada, na altura, pelo presidente da Câmara Municipal de Famalicão Paulo Cunha, assume a vontade da autarquia famalicense em “evangelizar” os ODS e continuar a trabalhar ativamente para a sua concretização. Para a sua feitura, são vários os atores que trabalham em cooperação em vários projetos, colaborando ativamente nas políticas públicas e nos serviços direcionados para a comunidade entre eles: investigadores nas áreas da cultura, artes e museologia; investigadores na área da governação local; coordenadores na área científica, coordenadores na área técnica, profissionais da educação, funcionários do município e dos Museus e outros interessados.

Nesta senda, considerando que a sustentabilidade é um sistema dinâmico entre atores, relações e recursos que se interligam, a Câmara Municipal de Famalicão, em parceria com mais de vinte entidades aderiu ao programa *B-Smart* Famalicão para tornar o seu território mais inteligente, sustentável e voltado para o bem-estar das pessoas. Esta rede – intitulada *B-Smart Alliance* – integra instituições ligadas à tecnologia e à cultura, centros tecnológicos, empresas e universidades, para unirem esforços e sinergias, na

materialização de projetos em áreas da sustentabilidade ambiental, mobilidade, *smart cities*, eficiência energética, habitação e ordenamento do território e, num sentido mais amplo, ODS a nível local, recorrendo à tecnologia (Câmara Municipal Famalicão, 2020).

Assente em seis pilares - pessoas, ambiente, energia, governança, mobilidade, modos de vida e economia – visa incentivar a investigação nas áreas de atuação do programa, potenciar o estudo de logísticas mais eficientes, incrementar a transição de tecnologias e potenciar a inovação de programas aplicáveis às cidades a fim de melhorar a qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos (Câmara Municipal Famalicão, 2020).

Ademais, em parceria com a Universidade Católica, através do CESOP (Centro de Estudos e Sondagens de Opinião) participaram no cálculo do Índice de Sustentabilidade Municipal criado pela CESOP. Este índice tem como objetivo evidenciar o grau de cumprimento dos ODS no município. De acordo com os dados recolhidos e apresentados pela CESOP-Local, globalmente, o Município de Vila Nova de Famalicão manteve, entre 2019 e 2021, resultados muito positivos face ao cumprimento dos ODS propostos pela ONU. Com 16 Objetivos, 66 metas e 130 indicadores, Vila Nova de Famalicão teve em 2019 um grau de cumprimento de 67.8%; em 2020 de 69.1% e em 2021 de 69.5%. Este resultado supera o valor nacional que foi de 65.7% (Abreu *et al.*, 2022).

Outra forma de territorializar os ODS em Famalicão, foi através dos “Embaixadores ODS”, uma prática pioneira em Portugal que promove a Cultura Local para a Sustentabilidade em prol do 17 ODS, dos quais se focalizam os ODS 4, 11, 15, 16 e 17. Para esta prática interna, a autarquia nomeia um “embaixador/evangelizador” para disseminar e trabalhar cada um dos ODS, elevando o discurso sobre as políticas públicas ao nível local (Câmara Municipal Famalicão, 2020).

De acordo com Reis *et al.*; (2022), o estabelecimento destes embaixadores, na prática, são pontes de diálogo e projetores das políticas públicas assentes nos ODS são muito pertinentes quer internamente, quer externamente porque tocam num ponto desafiador ao mobilizarem os quadros técnicos com os quadros políticos, fazendo transformar o *politiques* no *policies* assentes na paleta das 17 cores dos ODS. A título de exemplo, aponta-se para os embaixadores das bibliotecas municipais, assumindo-se como parceiros ideais na divulgação dos ODS. A importância das bibliotecas municipais para a difusão do desenvolvimento sustentável é sublinhada há décadas,

bastando para isso invocar o Manifesto<sup>9</sup> da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 1994 onde se vislumbra alguns pensamentos no texto que se cruzam com as ideias base na definição dos ODS.

No contexto nacional, Reis *et al.*; (2022) afirmam que a rede de bibliotecas públicas e a associação profissional dos bibliotecários arquivistas e documentalistas também chamaram a si esta missão de promover as bibliotecas públicas e seus profissionais no alcance dos ODS, produzindo literatura desta temática, fóruns de partilha e de reflexão e criaram uma página da *Web* para registo de projetos e iniciativas desenvolvidos. Neste contexto, o município de Famalicão, concretamente na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco em parceria com a Rede Municipal de Leitura Concelhia, desenvolveu atividades junto da comunidade escolar infantil, através do Projeto “ODS: Juntos mudámos o mundo”. Foi criado um concurso de escrita criativa, intitulado “todos por um mundo melhor” no propósito de criar uma coleção de contos interativos digitais dedicados a cada um dos ODS, o qual, foi distinguido pelas bibliotecas públicas com um prémio nacional de boas práticas em bibliotecas públicas. Ainda dentro da comunidade escolar, o Centro Social de Bairro, uma Instituição de Solidariedade Social sem fins lucrativos Social, em parceria com a Eco escolas – Programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável – criaram uma quinta pedagógica para desenvolver um trabalho de sensibilização/educação ambiental, promovendo a adoção de comportamentos sustentáveis, hábitos de participação e cidadania, de modo a obter soluções que lhes permitam melhorar a qualidade de vida na escola e na comunidade. Mais concretamente, alunos, pais e professores, desenvolveram sementeiras de árvores autóctones, reutilizando materiais e promoveram ações como a separação de resíduos, ações de limpeza e exploração da biodiversidade (Reis *et al.*, 2022).

Relativamente ao universo empresarial, diretamente não contribuem com a Câmara para o cumprimento dos ODS. Podem eventualmente contribuir indiretamente por fruto da sua atividade, ajudando em determinados indicadores, como por exemplo, no ODS da Água. Se as empresas consumirem/desperdiçarem pouco, esse indicador aparece no INE (Instituto Nacional de Estatística) que é uma base/fonte que a Rede CESOP- Local utiliza para medir esse indicador (Reis *et al.*, 2022).

---

<sup>9</sup> IFLA. (1994). Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>

No Município de Famalicão, consta ainda de outros planos. O Plano Diretor Municipal (PDM), assumindo-se como instrumento de territorialização da Visão, contribuindo para um território verde multifuncional. Em coerência com Agenda para a sustentabilidade. O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2015-2020 tomou como referencial a agenda para o crescimento inclusivo, transversal a todos os indivíduos e grupos, envolvendo o cidadão e o reforço do seu *networking*, contribuindo para melhorar a qualidade de vida, o bem-estar pessoal e social. O Plano e Orçamento Municipal e o Relatório de Gestão do Município (2016), alinhado à visão estratégica Visão 25, organizado para o Desenvolvimento Inclusivo, para o Desenvolvimento Sustentável, para o Desenvolvimento Inteligente e para a Governança. O Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM) 2017-2025, centrado na aquisição de competências e Aprendizagens ao Longo da Vida, evidenciando medidas de intervenção para a aprendizagem. A Estratégia Concelhia de Desenvolvimento Integrado, Plano 20 (ECDI), implementada em 2017 que visa um novo modelo de gestão do território. O Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (RSRS). Projetos Estruturantes para ações integradas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável, rede de ciclovias e percursos pedonais, reabilitação de parques e jardins. Programas de proteção e requalificação de margens dos rios (de 2016 a 2019). Planos de ação para a eficiência energética.

Consta ainda o Plano Estratégico do Município para 2022-2030 que se encontra perfeitamente alinhado às estratégias dos ODS e com o Índice de Sustentabilidade Municipal 2022 de Famalicão. Este documento, intitulado de Famalicão.30 é um instrumento orientador de sustentabilidade do ponto de vista económico, social, ambiental, cultural e democrática para o território. O seu modelo de operacionalização é alinhado a um princípio transversal, suportado por dois Programas-Farol, um Evento-Mobilizador e cinco Desafios Estratégicos.

### **Princípio transversal**

Os ODS oferecem-se como princípio transversal orientador de atuação até 2030.

### **Programas-farol**

Água, energia e pessoas sumariza as principais preocupações estratégicas que justificam o posicionamento de em dois programas farol, transversais a todas as áreas. Um que afeta a questão climática, presente em todas as ações, desde logo, a educação; e o outro, que afeta a questão demográfica, visto que sem pessoas não há futuro.

### **Evento-Mobilizador**

“Famalicão – Cidade Europeia do Desporto”, evento que desafiará a comunidade famalicense para novos níveis de modernidade e urbanismo, reforçando o posicionamento de Famalicão no quadro europeu.

Alicerçados na Agenda 2030, tem para cada um destes desafios estratégicos um campo de atuação integrado, coerente e eficiente em prol do desenvolvimento do território, focalizado nas seguintes ambições:

- Ser uma comunidade aberta e de forte identidade;
- Ser promotor do potencial de sucesso das pessoas;
- Ser parceiro em soluções globais de futuro;
- Ser um habitat multifuncional e biodiversificado;
- Ser agente de governança integrada em cocriação com os cidadãos.

Todos estes desafios estratégicos encontram-se ajustados aos Objetivos da Política Europeia para o período 2021-2027 e aos Objetivos do Portugal 2030. Para a sua feitura definiram ambições e metas com base nos referenciais externos; identificaram os principais instrumentos de financiamento e planos e instrumentos locais; reconheceram as parcerias; desenvolveram projetos estruturantes e áreas com potencial de intervenção.

A sua operacionalização conta com três vetores-chave:

- A articulação entre os instrumentos de planificação setoriais para potenciar sinergias e economias de escala;
- Mobilização de novas alianças e missões interorganizacionais;
- Capacitação dos atores institucionais, organizacionais, técnicos e empresariais.

Por último, com o auxílio de um instrumento simplificativo de regular atualização, precisão, motivação e dinamização, propõe-se avaliar e monitorizar toda a ação da Estratégia Famalicão.<sup>30</sup>, levando em consideração a opinião dos próprios cidadãos (Município de Vila Nova de Famalicão, 2022).

No âmbito da política cultural local, o Município de Vila Nova de Famalicão frui da sua Rede de Museus para “territorializar” a Agenda 2030. Atendendo ser o caso de estudo central desta investigação, cabe analisá-lo de uma forma mais profunda no subcapítulo que se segue.

### **4.3. O projeto: “Museus de Famalicão. Desenvolvimento sustentável na prática”**

Alinhado ao papel da cultura na consecução dos ODS, a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão traz à realidade um projeto, intitulado “Museus de Famalicão. Desenvolvimento sustentável na prática” (Espel Oliveira *in* Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão). Este projeto é um do vasto leque de projetos desenvolvidos em Famalicão e que reflete o comprometimento do Município para com os ODS da Agenda 2030.

Não surge de forma isolada. Ele surge alicerçado a um outro projeto desenvolvido em 2019, intitulado “Ser Museu” (Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2019), no qual os Museus do município procuraram saber quem eram para refletir sobre o que queriam no futuro, culminando na (re)definição da missão da Rede de Museu e de cada um dos seus museus-membros, tal com se verifica na Tabela 3.

**Tabela 3. Propostas de visão, missão, objetivos, ações dos onze museus pertencentes à RMVNF.**

<b>Museu</b>	<b>Visão</b>	<b>Missão</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Ações</b>	<b>Palavras inspiradoras</b>
<b>RMVNF</b>	- Ser o pilar de atuação dos museus, promovendo ações e partilhas, e agilizar sinergias entre o museu, as pessoas e o território.	- Criar uma estrutura de cooperação, comunicação e apoio aos museus, para promover o desenvolvimento sustentado do território.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar a cooperação do uso integrado e descentralizado dos recursos humanos, financeiros e materiais;</li> <li>- Promover a utilização de padrões de rigor, qualidade e ética no desempenho de práticas museológicas;</li> <li>- Incentivar a troca de conhecimentos e habilidades entre os profissionais dos museus;</li> <li>- Difundir junto da comunidade as ofertas culturais dos museus;</li> <li>- Valorizar o diálogo e conhecer as ligações entre as coleções de cada museu e o território.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impulsionar a colaboração entre os museus e o município, públicos e privados, através da criação e concretização de instrumentos de gestão e de consultoria para o desenvolvimento e desempenho das funções museológicas;</li> <li>- Incentivar a formulação de candidatura e programas de apoio técnico e financeiro, e aplicação de medidas de qualificação dos museus de acordo com as políticas locais, nacionais e internacionais;</li> <li>- Possibilitar oportunidades de formação interna e incentivar a formação externa, de modo a desenvolver competências e capacidades adequadas ao desempenho profissional e à valorização profissional e pessoal;</li> <li>- Conceber, realizar e avaliar uma estratégia de comunicação entre os museus e a comunidade;</li> <li>- Planear e motivar programas museológicos transversais, privilegiando relações e parcerias com os vários agentes do território.</li> </ul>	<p>Identidade;</p> <p>Cooperação;</p> <p>Diálogo;</p> <p>Mediação;</p> <p>Diversidade.</p>
<b>Casa de Camilo</b>	- Estruturar-se como uma referência nacional e internacional, na investigação-ação sobre o património de Camilo Castelo Branco e no universo das casas-museus de escritores.	- Valorizar e promover o património Camilo Castelo Branco, a literacia e o conhecimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investigação: aprofundar a identificação, preservação e divulgação do património de Camilo Castelo Branco em cooperação com outras entidades;</li> <li>2- Museologia: continuar com uma política de gestão e coleção efetiva;</li> <li>3- Documentação E informação: aperfeiçoamento contínuo do tratamento biblioteconómico das suas coleções e promover sugestões de pesquisa associadas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1- Realização de encontros científicos com centros de investigação e investigadores académicos para promover o estudo da vida e obra do escritor;</li> <li>2- Aplicar boas práticas de incorporação e conservação preventiva para disponibilizar as suas coleções ao público;</li> <li>3- Desenvolver e disponibilizar publicamente uma base de dados bibliográficos, documentais e iconográficos de Camilo Castelo Branco;</li> <li>4- Planificar, implementar e avaliar um plano de atividades anual para o público em geral,</li> </ul>	<p>Compromisso;</p> <p>Eficiência;</p> <p>Qualidade.</p>

			<p>4- Ação cultural: promover atividades inclusivas e diversificadas de forma regular e sistemática, orientadas para diferentes públicos e comunidades;</p> <p>5- Promoção: oferecer serviços e condições de acolhimento turístico, cultural e educativo.</p>	<p>que inclua exposições, edições, visitas orientadas, leituras encenadas e outras ações de caráter lúdico, pedagógico, turístico e cultural;</p> <p>5- Promover e participar ativamente nos fóruns de discussão em matérias de sua missão e seus objetivos; publicar edições e colocar no mercado produtos promocionais associados ao escritor.</p>	
<p><b>Casa-Museu Soledade Malvar</b></p>	<p>- Ser um lugar de encontro entre gerações e de educação, que viabilize o desenvolvimento de cada pessoa na sua relação com a comunidade local.</p>	<p>- Criar oportunidades de encontro, diálogo e partilha de experiências baseadas na relação de amor que Maria da Soledade Ramos Malvar Osório tinha com a comunidade local.</p>	<p>1-Dar a conhecer os feitos de Soledade Malvar;</p> <p>2- Proporcionar o acesso da coleção da Casa-Museu Soledade Malvar ao público em geral;</p> <p>3- Salvar o futuro do legado material e imaterial de Soledade Malvar;</p> <p>4- Difundir o legado de Soledade Malvar;</p> <p>5-Garantir o acesso – físico, social e intelectual – à coleção e à programação do museu.</p>	<p>1-Desenvolver um plano de estudo e de investigação sistemática da coleção, recorrendo a protocolos de cooperação com centros de investigação nas áreas de museologia e noutras áreas disciplinares;</p> <p>2- Criar um plano de exposições sobre o legado de Soledade Malvar;</p> <p>3 – Formular políticas, procedimentos, instruções e formulários de gestão da coleção, garantindo as condições necessárias para a conservação dos bens que a constituem;</p> <p>4 – Criar espaços e programas de mediação cultural e atividades educativas de carácter educativo, construtivo e inclusivo;</p> <p>5 – Propiciar espaços de conhecimento sobre o legado de Soledade Malvar para o público em geral.</p>	<p>Altruísmo;</p> <p>Encontro;</p> <p>Partilha;</p> <p>Conhecimento;</p> <p>Dedicação.</p>
<p><b>Museu da Fundação Cupertino de Miranda</b></p>	<p>- Ser uma referência na promoção da liberdade de expressão, incentivando o diálogo e o espírito crítico de novos olhares.</p>	<p>- Construir conhecimento sobre a Arte Surrealista portuguesa, integrando múltiplas vozes para estimular a criatividade e o pensamento crítico.</p>	<p>1- Ser uma referência na produção de conhecimento de Arte Surrealista;</p> <p>2- Redefinir a política de incorporações;</p> <p>3- Garantir a conservação e o restauro da coleção;</p> <p>4- Divulgar a coleção junto do público em geral e fomentar a sua</p>	<p>1- Estabelecer parcerias com outros museus e outras entidades vocacionados para o Surrealismo;</p> <p>2- Integrar na coleção obras de artistas surrealistas nacionais de períodos temporais divergentes;</p> <p>3- Monitorização e controlo ambiental dos espaços expositivos e de reserva para a melhor conservação do estado das obras;</p>	<p>Criatividade;</p> <p>Diversidade;</p> <p>Reflexão;</p> <p>Liberdade;</p>



			fruição;  5- Diversificar e fidelizar o público.	4-Criar programas de exposições itinerantes a apresentar em instituições;  5-Elaborar programa educativo e inclusivo, estabelecer protocolos de transporte com as câmaras municipais e outras entidades público e privadas.	Empatia.
<b>Museu Bernardino Machado</b>	- Ser um fórum modelador de pensamento e ação de índole demopédico (arte de instruir o povo) e prospetivo, inspirando os visitantes a desempenharem um papel ativo na formação do futuro.	- Manter a história e a memória como agente de conhecimento, bem como encorajar o diálogo e a ação comunicacional e promover a cidadania	1- Promover o conhecimento da obra do pedagogo, cientista e político Bernardino Machado;  2- Fomentar o conhecimento do contexto histórico (último quartel da Monarquia do séc. XIX, I República e 1º década do Estado Novo;  3- Estimular o debate crítico dos ideosofemas do pensamento de Bernardino Machado como liberdade, religião, patriotismo, entre outros;  4- Conhecer os factos, conhecimentos e estruturas associadas a estes ideosofemas;  5- Compreender os conceitos neles envolvidos.	1- Realizar conferências temáticas e regulares por especialistas de reconhecido prestígio nacional decorrente dos ideosofemas do pensamento de Bernardino Machado;  2- Publicação das obras de Bernardino Machado;  3- Realização de exposições regulares e visitas guiadas ao museu;  4- Promover junto das escolas do Município visitas, palestras e atividades multidisciplinares;  5- Fazer parcerias com instituições nacionais e/ou internacionais para a consecução de projetos que visem o enriquecimento dos objetivos apresentados.	Liberdade;  Solidariedade;  Autonomia;  Cidadania;  Demopedia.
<b>Museu de Cerâmica Artística da Fundação Castro Alves</b>	- Ser um museu de projeção nacional e internacional no âmbito do design cerâmico e um espaço de inspiração para a promoção de conhecimento e, vocacionado para o estudo de cerâmica artística.	Promover e divulgar a cerâmica artística da Escola de Cerâmica, enquanto espaço de criatividade humana, aberto à partilha e promoção do conhecimento para a valorização artística.	1-Aprofundar e disseminar o conhecimento, processo e técnicas de cerâmica artística, representativa da Escola de Cerâmica;  2- Implementar e avaliar continuamente as políticas e procedimentos de gestão das coleções;  3-Despertar no público o gosto pela arte cerâmica de modo a contribuir para a economia criativa cultural;	1-Criar parcerias estratégicas de investigação, motivando exposições, workshops e fóruns participativos que enfatizem a sua coleção;  2- Fazer uma gestão adequada da sua coleção;  3 – Oferecer uma programação diversificada e centrada no visitante, através de projetos transversais para aumentar e fidelizar um público heterogéneo;  4 – Fomentar os valores socioculturais na formação humana, através do ensino artístico;	Inclusão;  Expressão;  Inspiração;  Criatividade;  Valorização.

			<p>4- Promover o Museu de Cerâmica Artística enquanto rosto da comunidade local de artistas;</p> <p>5 – Facilitar o acesso do museu e suas coleções aos visitantes, usando estratégias digitais.</p>	<p>5- Elaborar estratégias para a atratividade turística da arte cerâmica, associando a tecnologia digital na disseminação de informação e da programação.</p>	
<p><b>Museu da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe</b></p>	<p>- Ser um lugar de reflexão e promotor de respeito pela diversidade social e local.</p>	<p>- Promover a inclusão social através de uma coleção feita com objetos oferecidos por irmãos regressados do Brasil.</p>	<p>1-Dignificar a coleção do museu;</p> <p>2- Disseminar a cultura da inclusão;</p> <p>3- Consciencializar o impacto da ação social da Confraria da Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe na história local e nacional;</p> <p>4- Promover o turismo no museu;</p> <p>5- Fomentar a fruição da coleção.</p>	<p>1- Formular políticas e procedimentos para a gestão da coleção;</p> <p>2- Criar projetos vocacionadas para a participação da comunidade nos mais variados aspetos do quotidiano;</p> <p>3- Divulgar a dimensão social do trabalho da Confraria junto dos mias necessitados;</p> <p>4- Incluir o museu nas rotas religiosas de dimensão turística, cultural e ambiental;</p> <p>5- Criar programas de mediação cultural e atividades educativas que contribuam para o acesso inclusivo.</p>	<p>Auxílio;</p> <p>Comunidade;</p> <p>Inclusão;</p> <p>Diálogo;</p> <p>Diversidade.</p>
<p><b>Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave</b></p>	<p>- Consciencializar os cidadãos sobre os impactos da produção têxtil e dos seus consumos individuais.</p>	<p>- Contribuir para a identidade “Famalicão Cidade Têxtil”, promovendo novos paradigmas relacionados com as questões económicas, sociais e ambientais causadas pela indústria têxtil.</p>	<p>1-Revigorar a posição do museu como destino turístico;</p> <p>2- Produzir conhecimento sobre arqueologia, património e museologia industrial, nacional e internacional;</p> <p>3- Valorizar e qualificar o museu através da credenciação pela Rede Portuguesa de Museus;</p> <p>4- Disseminar conhecimento e incentivar a reflexão sobre o passado e o presente da indústria têxtil;</p> <p>5- Gerir, potenciar o</p>	<p>1-Integrar o museu nas rotas de turismo industrial;</p> <p>2- Desenvolver um plano de investigação sobre temas ligados ao museu em colaboração com outras entidades;</p> <p>3- Criar um programa cultural e educativo centrado em pedagogias transdisciplinares, apoiado nas novas tecnologias;</p> <p>4- Fomentar o rigor técnico das práticas museológicas para um bom funcionamento do museu;</p> <p>5- Criar, implementar e avaliar políticas e procedimentos que permitam exercer de forma efetiva e ética todas as funções museológicas.</p>	<p>Identidade;</p> <p>Memória;</p> <p>Criatividade;</p> <p>Inovação;</p> <p>Empreendedorismo.</p>

			enriquecimento da coleção do museu.		
<b>Museu da Guerra Colonial</b>	- Ser um espaço de reflexão sobre as razões de guerra e o sofrimento que provoca, inspirando ações de paz.	- Promover a compreensão da história e do impacto da guerra colonial nas suas dimensões (pessoal, nacional e internacional) com ênfase na experiência humana.	<p>1-Incentivar junto da comunidade os valores de paz e da não violência;</p> <p>2-Sublimar a guerra colonial ao coletivo;</p> <p>3 – Incrementar e coleção do museu;</p> <p>4 – Difundir o conhecimento sobre a coleção;</p> <p>5 – Promover o museu como uma instituição eficaz, responsável e transparente na transmissão da temática “guerra colonial”.</p>	<p>1-Viabilizar junto da comunidade, testemunhos dos combatentes da guerra colonial para potenciar a tolerância, o respeito, a aceitação e a cooperação;</p> <p>2-Reconstituir a experiência de guerra colonial, a partir das vivências dos combatentes e das pessoas, as quais, a guerra deixou marcas profundas;</p> <p>3-Elaborar políticas e procedimentos que facilitem a identificação e a aquisição de objetos e outros materiais;</p> <p>4- Promover ações públicas que permitam a divulgação dos testemunhos materiais e imateriais sobre a guerra colonial;</p> <p>5-Criar um programa cultural e educativo para conhecer a história da guerra colonial e conhecer as suas consequências.</p>	<p>Memória;</p> <p>História;</p> <p>Justiça;</p> <p>Encontro;</p> <p>Paz.</p>
<b>Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa</b>	- Ser um lugar de evangelização e de descoberta para o bem da casa comum, que é o mundo.	- Criar espaços de encontro e reflexão que promovam a consciência antropológica do mundo e do sentido da vida, através das dimensões da Arte Sacra.	<p>1- Facilitar o acesso regular ao público;</p> <p>2 – Desenvolver o estudo, a inventariação e a documentação da coleção do museu;</p> <p>3- Criar condições de conservação preventiva, de restauro e segurança;</p> <p>4 – Mostrar a coleção do museu e desenvolver programas de medição e atividades educativas;</p>	<p>1-Incentivar o voluntariado no museu, estabelecendo acordos com outras instituições públicas e privadas;</p> <p>2- Criar protocolos com outras instituições para ampliar o inventário da coleção;</p> <p>3- Formular uma política de gestão de coleções de acordo com as normas e diretrizes da Direção Geral do Património Cultural;</p> <p>4- Divulgar conteúdos do museu nas plataformas paroquias, de ensino e turismo;</p> <p>5 – Criar protocolos com universidades para o estudo dos públicos e desenvolver métodos de avaliação de satisfação.</p>	<p>Escuta;</p> <p>Evangelho;</p> <p>Espiritualidade;</p> <p>Fé;</p> <p>Humanidade.</p>

<b>Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado</b>	<p>- Perenizar a revolução dos transportes, elemento chave na aproximação de pessoas no passado, no presente e no futuro.</p>	<p>-Selecionar, recuperar, preservar, investigar, interpretar, promover e divulgar o património ferroviário português.</p>	<p>1-Estimular o envolvimento ativo do público em geral;</p> <p>2- Promover o valor do transporte ferroviário como uma alternativa sustentável de mobilidade;</p> <p>3 – Valorizar a coleção por via <i>online</i>;</p> <p>4 – Adotar boas práticas de acessibilidade física, intelectual e social;</p> <p>5 – Contribuir para o desenvolvimento económico e cultural do lugar em que se insere.</p>	<p>1-Elaborar, implementar e avaliar uma programação proactiva sobre coleções museológicas;</p> <p>2- Criar oportunidades - culturais, educativas e científicas – de reflexão sobre o impacto do transporte ferroviário na vida das pessoas e no mundo;</p> <p>3- Produzir um inventário da coleção em parceria com outras entidades de ensino e investigação;</p> <p>4- Capacitar a equipa com ações de formação interna e promover o acolhimento inclusivo ao público em geral;</p> <p>5- Funcionar como agregador e mediador nas relações entre a comunidade e parceiros locais, através de ações que possibilitem a transformação da sua envolvente.</p>	<p>Inovação;</p> <p>Excelência;</p> <p>Qualidade;</p> <p>Cooperação;</p> <p>Sustentabilidade.</p>
<b>Museu do automóvel</b>	<p>- Desenvolver uma cidadania mais consciente e responsável em relação ao uso do automóvel e à sustentabilidade.</p>	<p>- Fomentar o conhecimento sobre a evolução histórica do automóvel e o seu impacto nas sociedades.</p>	<p>1-Documentar colecionadores, coleções e objetos, bem como criar estratégias interpretativas dos objetos em exposição;</p> <p>2-Converter a Escola de Restauro Automóvel numa referência de sustentabilidade;</p> <p>3- Participar na educação da cidadania rodoviária;</p> <p>4- Entender, analisar e propor a otimização e eliminação de pontos de conflito de trânsito no concelho de VNF, explorando modelos de gestão de tráfego em prol da preservação ambiental;</p> <p>5- Estimular o aumento de visitantes oriundos de outros países.</p>	<p>1-Criar estratégias de inventário e interpretação dos objetos em exposição, através apresentações, encontros e debates;</p> <p>2-Abriir à comunidade a Escola de Restauro e apoiar os técnicos especializados na preservação e restauro dos automóveis;</p> <p>3 – Utilizarem em parceria com a Escola de Educação Rodoviária programas de educação rodoviária para a cidadania;</p> <p>4- Criar um Observatório de Tráfego;</p> <p>5 – Ampliar a participação dos museus em rotas internacionais, com dimensão turística.</p>	<p>Cidadania;</p> <p>Educação;</p> <p>Formação;</p> <p>Informação;</p> <p>Conhecimento.</p>

---

**Museu Cívico e Religioso de Mouquim**

- Incentivar a participação dos cidadãos nos assuntos da comunidade, consciencializando-os da responsabilidade individual na construção da vida em sociedade.

- Construir espaços de encontro, debate e união entre as pessoas e a comunidade.

1- Transformar o museu para uma coleção visitável;

2- Reconhecer a memória individual e coletiva das vivências em comunidade;

3- Sublimar a coleção do museu pelo seu rigor técnico e profissional das práticas museológicas;

4- Destruir barreiras físicas, intelectuais e sociais;

5- Transmitir conhecimentos que integram o acervo museológico.

1-Abrir a instituição à sociedade;

2-Desenvolver uma estratégia de interpretação coerente com os objetos doados pela comunidade;

3- Conceber e implementar políticas e procedimentos para o exercício das funções museológicas;

4-Desenvolver ações que promovam a participação da comunidade, em parceria outras entidades locais;

5- Criar programas de mediação cultural e atividades educativas e coerentes com a missão.

Comunidade;

Memória;

Encontro;

Diálogo;

União.

---

Fonte: (Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2019, p.14-56).

Assumindo a sua recente missão que é a de ser uma estrutura de cooperação, comunicação e apoio aos museus no propósito de promover ligações e partilhas para potenciar sinergias entre museus, pessoas e território, a Rede de Museus deu início ao seu novo caminho, levando em mãos o projeto do Desenvolvimento Sustentável para transformar os Museus de Famalicão em agentes facilitadores e impulsionadores de desenvolvimento sustentável no território.

É um projeto coordenado cientificamente por Mariana Espel de Oliveira, autora do Projeto Usina de Eureka (Modelo de Negócio, cujo objetivo é funcionar como uma interface colaborativa nos Museus) que se desenvolve em quatro fases distintas, das quais segue um resumo de cada etapa:

#### FASE 1 | COMPREENDER CONCEITOS E SENSIBILIZAR | 2021

Com a Fase 1, pretendiam que as equipas dos Museus compreendessem o conceito de Desenvolvimento Sustentável e que ficassem sensibilizadas para o tema. Para o efeito realizaram, durante o ano de 2021, duas conferências e um workshop. Na conferência “Juntos fazemos museu. Pensar o desenvolvimento sustentável”, realizado a 21 de maio, Dia Internacional dos Museus, exploraram o conceito e as suas relações com as políticas, nomeadamente, locais, numa simbiose perfeita entre profissionais de educação, estudantes da área do Património Cultural e Museologia, funcionários dos museus e outros interessados. Na conferência “Juntos fazemos museu. Caminhar para o desenvolvimento sustentável”, realizada a 21 de novembro, exploraram os diferentes pilares do desenvolvimento sustentável e reconhecer, em especial, o Pilar Cultural nas diretrizes da Agenda 2030. E no workshop “Pegada Ecológica; um caminho a trilhar” as equipas apresentaram os resultados da medição da pegada ecológica individual e da pegada ecológica do Museu onde trabalhavam.

Visto não existirem parâmetros direcionados para os museus, foi feito um estudo denominado Aplicação da Metodologia Pegada Ecológica na Associação Educacional Dom Bosco. Este estudo apresentou critérios de mensuração da Pegada de Carbono de uma Rede de Escolas passíveis de serem aplicadas aos museus de Famalicão. Com os resultados obtidos das medições da Pegada Ecológica Individual e da Pegada de Carbono Institucional foi possível observar quais os fatores de maior impacto a serem aplicados nos

onze museus de Vila Nova de Famalicão, tanto a nível individual como na Rede de Museus, que serão apresentados nas tabelas 4 e 5 (Espel de Oliveira *in* Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022).

**Tabela 4. Ranking de fatores de impacto da pegada ecológica individual.**

<b>Fator de Impacto</b>	<b>Frequência das medições</b>	<b>Ordem de grandeza</b>
<b>Habilitação</b>	52%	1º maior fator de impacto
<b>Mobilidade</b>	39%	2º maior fator de impacto
<b>Alimentação</b>	34%	3º maior fator de impacto
<b>Serviços</b>	63%	4º maior fator de impacto
<b>Bens</b>	54%	5º maior fator de impacto

Fonte: (Espel de Oliveira *in* Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022, p53).





**Tabela 5. Ranking de fatores de impacto da pegada ecológica da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão.**

<b>Fator de Impacto</b>	<b>Frequência</b>
<b>Energia elétrica</b>	No resultado global, dos cinco fatores, a energia elétrica foi a que mais gera impacto na pegada ecológica.
<b>Área construída</b>	No resultado global, dos cinco fatores, a área construída obteve a 2º posição de maior impacto na pegada de carbono dos museus.
<b>Mobilidade</b>	No resultado global, dos cinco fatores, a mobilidade obteve a 3º posição de maior impacto na pegada de carbono dos museus.
<b>Consumo de água</b>	No resultado global, dos cinco fatores, o consumo de água obteve a 4º posição de maior impacto na pegada de carbono dos museus.
<b>Papel Virgem</b>	No resultado global, dos cinco fatores, o papel virgem obteve a 5º posição de maior impacto na pegada de carbono dos museus.
<b>Papel Reciclado</b>	No resultado global, dos cinco fatores, o papel reciclado obteve a 6º posição de maior impacto na pegada de carbono dos museus.

Fonte: (Espel de Oliveira *in* Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022, p.53,54).





Nesta fase, procuraram medir o índice de sustentabilidade dos Museus e da própria Rede para saberem onde e em que estado se encontravam, para definirem os planos e as ações baseados nos objetivos delineados pelo Poder Local, Regional e Central. Para o efeito, a autora do projeto, utilizou o referencial de critérios estabelecidos no *Global Indicator Framework after 2021 re-nement da Agenda 2030* da ONU (Eurostat, 2021) identificando, segundo a natureza organizacional dos Museus, em que metas as instituições poderiam colaborar de forma assertiva nos programas de desenvolvimento sustentável no território, apresentados na Tabela 6 (Espel de Oliveira *in* Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022).

**Tabela 6. Objetivos e metas correspondentes.**

ODS	Metas	Pilar
 <p><b>1</b> ERRADICAR A POBREZA</p>	<p><b>1.5</b> – Até 2030, aumentar a resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade, e reduzir a sua exposição aos fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais.</p>	<b>Ambiental</b>
 <p><b>2</b> ACABAR COM A FOME</p>	<p><b>2.4</b> – Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.</p>	<b>Económico</b>
 <p><b>3</b> VIDA SAUDÁVEL</p>	<p><b>3.4</b> – Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.</p>	<b>Social</b>
 <p><b>4</b> EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p>	<p><b>4.7</b> – Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e de não violência, cidadania global, valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.</p>	<b>Cultural</b>



	<p><b>5.5</b> – Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança, em todos os níveis de tomada de decisão, na vida política, económica e social.</p>	<p><b>Social</b></p>
	<p><b>6.4</b> – Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência no uso da água em todos os setores, assegurar extrações sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez da água, e reduzir substancialmente o número de pessoas afetadas pela escassez de água.</p>	<p><b>Económico</b></p>
	<p><b>7.2</b> – Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.</p>	<p><b>Ambiental</b></p>
	<p><b>8.9</b> – Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais.</p>	<p><b>Cultural</b></p>
	<p><b>9.1</b> – Desenvolver infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando-se no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.</p>	<p><b>Económico</b></p>
	<p><b>10.2</b> – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra.</p>	<p><b>Social</b></p>
	<p><b>11.4</b> – Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo.</p>	<p><b>Cultural</b></p>
	<p><b>12 b</b> – Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais.</p>	<p><b>Cultural</b></p>
	<p><b>13.3</b> – Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas.</p>	<p><b>Ambiental</b></p>

	<p><b>14.1</b> – Até 2030, prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos, especialmente a que resultam de atividades terrestres, incluindo detritos e a poluição por nutrientes.</p>	<b>Ambiental</b>
	<p><b>15 c</b> – Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive através do aumento da capacidade das comunidades locais para encontrar outras oportunidades de subsistência sustentável.</p>	<b>Ambiental</b>
	<p><b>16.7</b> – Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa a todos os níveis.</p>	<b>Social</b>
	<p><b>17.16</b> – Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e partilhem conhecimento, perícia, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos ODS em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.</p>	<b>Económico</b>

Fonte: (Espel de Oliveira in Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022, p.67-70).

De seguida, através da Pesquisa Descritiva<sup>10</sup> foram delineados 201 indicadores temáticos aos 17 ODS e 7 indicadores primários relativos a características de cada instituição para reconhecer se as ações e atividades realizadas pelos Museus já replicavam as metas definidas na Agenda 2030. Ressalta-se ainda que, entre cada indicador definido, era ilustrado a sinergia existente de um indicador nos distintos pilares com por exemplo, observar se um museu participa com outra instituição em programas de consciencialização de redução de riscos de desastres relacionados com o clima, ou de outros desastres com repercussão económica, social e ambiental. No caso de a resposta ser positiva, significa que o Pilar Social tem impacto positivo num dos seus indicadores, visto a parceria empreender programas de capacitação junto da comunidade, favorecendo o cumprimento da meta 1.5. (Espel de Oliveira *in* Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022).

Com a recolha dos dados foi elaborado um conjunto de questões num questionário submetido aos funcionários dos dez museus de Famalicão em estudo. Salienta-se que este questionário utilizou parâmetros qualitativos, perguntas abertas e de múltipla escolha como

<sup>10</sup> Método de análise que permite categorizar dados qualitativos, quantificá-los e medir os elementos de toda a população.

por exemplo, saber se nos anos 2019, 2020 e 2021 o Museu praticou a política de redução do uso de papel para imprimir documentos que, por sua vez, faz reduzir o número de tinteiros gastos por ano (pergunta referente à meta 12.5). Caso a resposta fosse negativa, era subordinada outra questão, questionando a quantidade de papel utilizado por ano. Recolhidos os dados, foram organizados numa tabela por categorias; cada resposta obtida foi categorizada e pontuada. Feita a categorização, os dados foram analisados com base numa tabela de contingência, em que as respostas negativas recebiam a pontuação -1; as positivas 1; e as nulas 0. De seguida, para a operacionalização dos resultados, acima mencionados, foi utilizado a ferramenta Excel para proceder à representação numérica dos dados qualitativos e calcular o número de respostas positivas, negativas e nulas em cada um dos Pilares.

Finalizada esta tarefa, e reconhecido em qual dos pilares do desenvolvimento sustentável estaria o museu mais deficitário e aonde poderia inovar, foram delineadas as ações<sup>11</sup> a serem implementadas em cada Museu.

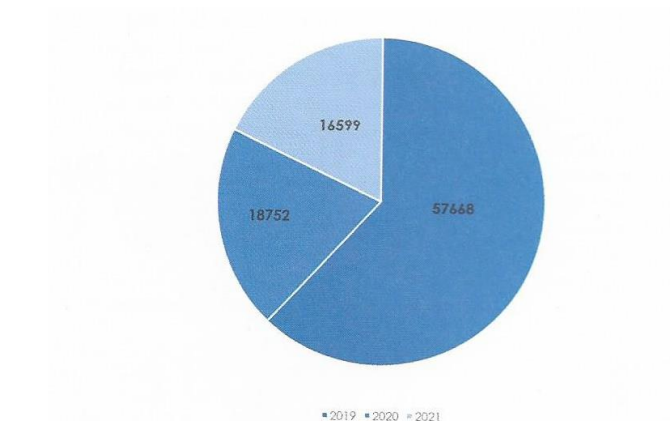
De seguida, são apresentados alguns exemplos que retratam a execução desta fase do projeto.

Entre os anos 2019 e 2021, os museus pertencentes à RMVNF, receberam 93 019 visitantes, revelando o seu esforço e empenho em atender a população e disponibilizar mesmo durante ao período pandémico da COVID-19, como apresenta o gráfico 1. E 79 420 pessoas foram acolhidas pelos serviços educativos concedidos pelos Museus da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, conforme verificado no gráfico 2. Refira-se que a relevância destes dados ao serem englobados neste estudo, prendem-se com o facto de serem considerados uma das matérias-primas do Museu.

---

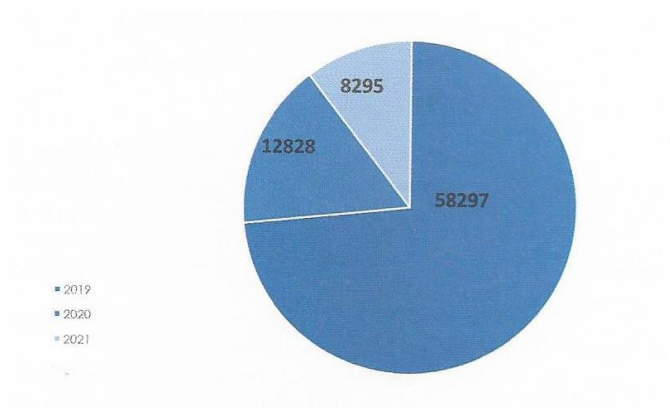
<sup>11</sup> Espel Oliveira, (2023). Museu de Famalicão. O nosso compromisso com o território. Rede Museus Vila Nova Famalicão.

Gráfico 1 – Número total de visitantes dos Museus pertencentes à RMVNF.



Fonte: (Espel de Oliveira *in* Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022, p.73).

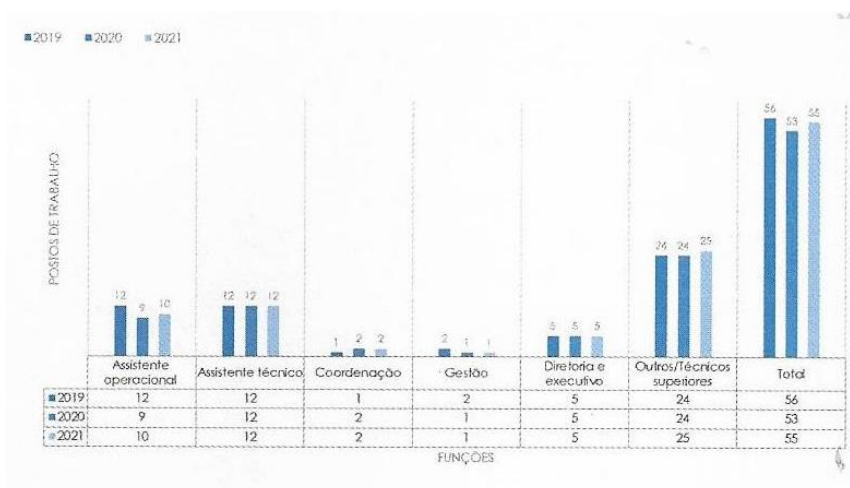
Gráfico 2 – Número total de pessoas atendidas pelos serviços educativos dos Museus pertencentes à RMVNF.



Fonte: (Espel de Oliveira *in* Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022, p.73).

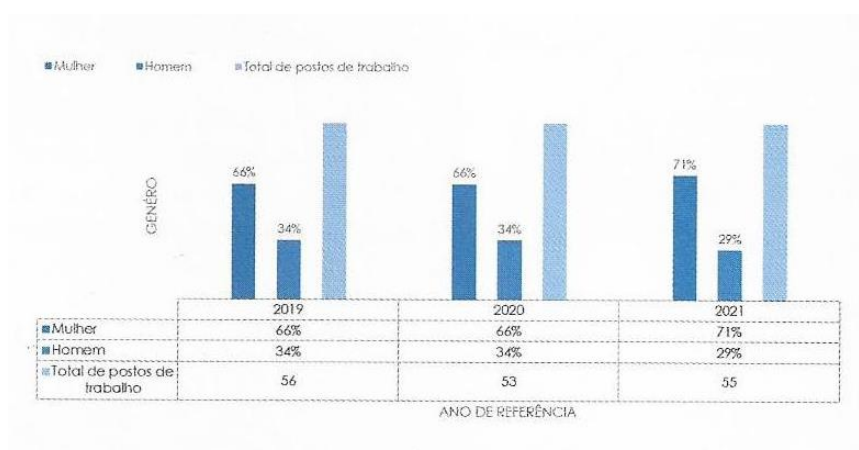
No que diz respeito ao emprego, também os Museus da Rede pontuam um impacto positivo, tal como se verifica no gráfico 3. E no gráfico 4 mostra a percentagem de homens e mulheres que ocupam os postos de trabalho, tendo em conta a sua função. É de ressaltar que estas ações são repercutidas nos ODS 5, 8, 10 e 16.

Gráfico 3 – Número de empregos existentes pela RMVNF nos anos 2019, 2020 e 2021.



Fonte: (Espel de Oliveira *in* Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022, p.74).

Gráfico 4 – Percentagem dos postos de trabalho ocupados por género.



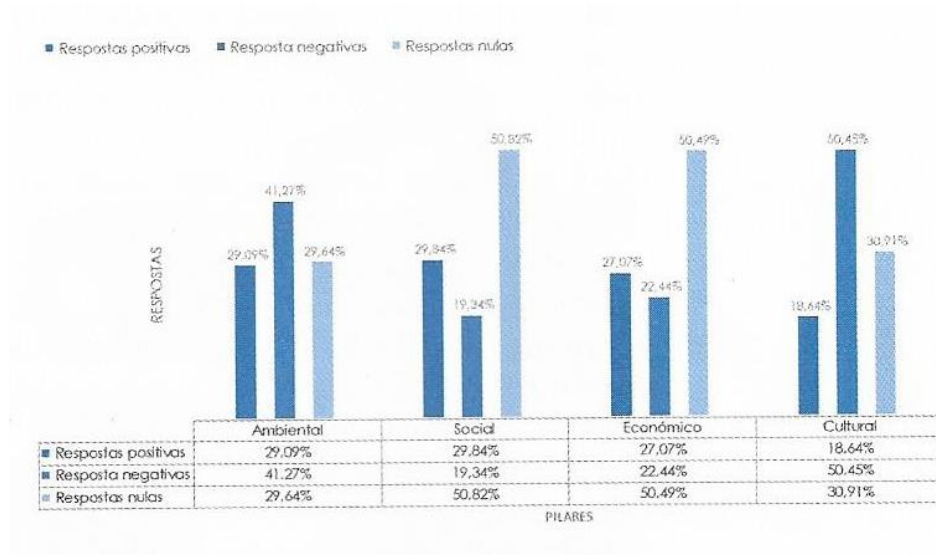
Fonte: (Espel de Oliveira *in* Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022, p.74).

Por fim, para mensurar o índice de sustentabilidade dos museus, atribuíram um peso para cada indicador, de acordo com o conjunto definido para cada Pilar temático.

Deste modo, foi então avaliado o número de repostas negativas, positivas e nulas de todos os Museus. Com esta soma, calcularam a média de respostas negativas, positivas e nulas de cada pilar no quadro global; atribuindo pontuações negativas aos indicadores que não demonstravam qualquer parâmetro passível de contributo para os ODS; e atribuídas pontuações positivas aos indicadores que respondiam de forma afirmativa aos parâmetros passíveis de contributo para os ODS (Espel de Oliveira in Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022).

Finda a análise, ponderam constatar que não havia grande disparidade quando comparado às respostas positivas entre os diferentes pilares. No entanto, verificaram que o Pilar Cultural demonstrava uma menor percentagem de respostas positivas face aos outros pilares. Por outro lado, verificaram que o Pilar Cultural e o Pilar Ambiental era quem apresentava o maior número de respostas negativas, como apresentado no Gráfico 5 (Espel de Oliveira in Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022).

Gráfico 5 – Índice de sustentabilidade dos museus da RMVNF.



Fonte: (Espel de Oliveira in Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022, p.75).

Chegados a este ponto, ponderam concluir que, num futuro, o Pilar Cultural deveria criar mais parcerias voltadas para ações que visem o desenvolvimento sustentável; e o Pilar Ambiental deveria introduzir um sistema de controle sistematizado que disponibilize aos Museus dados avaliados para que estes possam inserir no seu quotidiano

estratégias e ações mais assertivas e efetivas, tendo em conta a redução do consumo de bens naturais e a prevenção do meio ambiente (Espel de Oliveira in Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2022).

### FASE 3 | IMPLEMENTAR | 2023

Nesta fase, que se encontra a decorrer, atualmente, estão a ser implantadas as ações e atividades a serem realizadas pelos Museus que foram definidas na fase anterior, bem como a monitorização das mesmas para perceber o seu ajuste ao museu e eventuais necessidades de alteração ou mesmo exclusão de determinada ação.

### FASE 4 | AVALIAR | 2024

Com esta fase, prevista para 2024, pretendem avaliar o impacto da implementação das ações. Esta avaliação prevê-se conjunta entre a Rede de Museus e a equipa *B-Smart* Famalicão, responsável pela implementação das Diretrizes do Desenvolvimento Sustentável do município, devido à necessidade de mediação de dados externos, referentes aos impactos causados pelas ações dos Museus no âmbito Económico, Social e Ambiental.

### **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A apresentação e discussão dos resultados das entrevistas realizadas no âmbito da investigação *O papel da cultura nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: estudo de caso da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão* vai ser produzida em dois andamentos. O primeiro é dedicado à construção teórica de Fourie (2018) e o segundo ao papel da Rede de Museus na territorialização dos ODS.

#### **Avaliação das seis boas práticas para a boa coordenação dos ODS**



**Tabela 7. Resultados das seis boas práticas para uma coordenação efetiva no Município de Famalicão e na Rede de Museus.**

Boas Práticas	Descrição das atividades	Município	Rede de Museus
		Pontos Fortes/ Pontos Fracos	Pontos Fortes/ Pontos Fracos
<b>Compromisso político</b>	Grau elevado de Comprometimento político local em matéria da implementação da Agenda 2030 no Município e na Rede de Museus.	<p>- <b>Pontos Fortes:</b> Vários Planos Estratégicos orientados para a sustentabilidade; grupos internos para disseminação da cultura ODS; Parceria Universidade.</p> <p>- <b>Pontos Fracos:</b> baixa participação política dos cidadãos.</p>	<p>- <b>Pontos Fortes:</b> Projeto “ser Museu” com a redefinição da sua missão tendo em conta as Diretrizes da Agenda 2030; e o Projeto:” Museus de Famalicão. Desenvolvimento Sustentável na prática.</p> <p>- <b>Pontos Fracos:</b> alguma resistência à participação por parte da comunidade local.</p>
<b>Coerência política</b>	Os planos, projetos, estratégias, iniciativas e ações do Município e da Rede de Museus encontram-se perfeitamente alinhados às Diretrizes da Agenda 2030.	<p>- <b>Pontos Fortes:</b> as prioridades foram alinhadas com os Objetivos da Política Europeia e com os Objetivos do Portugal 2030; implementa práticas sustentáveis no território.</p> <p>- <b>Pontos Fracos:</b> incoerência por parte de alguns cidadãos em colaborar com os ODS.</p>	<p>- <b>Pontos Fortes:</b> Foram definidas as prioridades, estratégias e ações para cada uma das fases do projeto da Rede de Museus, de acordo com as diretrizes do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, das Nações Unidas.</p> <p>- <b>Pontos Fracos:</b> Dificuldade em empreender o ODS 14.</p>
<b>Inclusividade</b>	O Município e a Rede de Museus empreendem mecanismos de coordenação inclusivos para os atores envolvidos.	<p>- <b>Pontos Fortes:</b> Plataforma ODS; plataforma de crescimento sustentável; rede quadrilátero; rede <i>smart cities</i> e pactos de autarcas.</p> <p>- <b>Pontos Fracos:</b> a plataforma ODS ainda não está acessível ao público em geral.</p>	<p>- <b>Pontos Fortes:</b> Foram criadas ferramentas de trabalho e de organização dos serviços que permitem trabalhar em rede e de forma colaborativa (cronogramas internos e fichas de avaliação) e um sistema de avaliação interno.</p> <p>A distribuição de tarefas e responsabilidades de cada elemento da equipa da Rede é clara, de acordo com o descritivo de funções e o guia de polivalências existente para cada serviço e conforme competências de cada um. Como têm um bom sistema corporativo, os atores envolvidos no projeto sentem-se empenhados em participar em todas as ações e mostram interesse.</p> <p>- <b>Pontos Fracos:</b> diversidade da Rede de Museus. Por outro lado, como existe uma falha de recursos humanos e têm excesso de trabalho por vezes sentem-se vencidos pelo cansaço.</p>

<b>Capacidade de comunicação efetiva</b>	O Município e a Rede têm boa comunicação interna intersectorial e interdepartamental.	<p>- <b>Pontos Fortes:</b> E-mail, reuniões periódicas.</p> <p>- <b>Pontos Fracos:</b> Algumas dificuldades de comunicação com a comunidade do município.</p>	<p>- <b>Pontos Fortes:</b> E-mail, reuniões periódicas. Sensibilização interna sobre o conceito do Desenvolvimento Sustentável. Conhecer e definir um caminho baseado nos ODS. Realização de eventos e workshops.</p> <p>- <b>Pontos Fracos:</b> Algumas dificuldades de comunicação com a comunidade local.</p>
<b>Prestação de contas às partes interessadas</b>	O Município e a Rede de Museus apresentam relatórios transparentes sobre o planeamento e gestão do desempenho social.	<p>- <b>Pontos Fortes:</b> Índice de Sustentabilidade Municipal (2022); Plano Estratégico 2022-2030.</p> <p>A monitorização dessas ações para calcular o índice de sustentabilidade da Plano Estratégico tem sido divulgada.</p> <p>- <b>Pontos Fracos:</b> Ainda não apresenta os resultados da materialização do Plano Estratégico.</p>	<p>- <b>Pontos Fortes:</b> apresenta um resumo do projeto; apresenta as ações que estão a ser implementadas no “Museus de Famalicão. O nosso compromisso com o território”; “Definir a missão... da necessidade ao desafio”; “Definir um caminho... onde estamos, para onde vamos”.</p> <p>A monitorização dessas ações para calcular o índice de sustentabilidade da Rede tem sido divulgada.</p> <p>- <b>Pontos Fracos:</b> Ainda não apresenta a avaliação e monitorização das ações implementadas por cada instituição.</p>
<b>Orçamento compatível</b>	Recursos financeiros a serem mobilizados para viabilizar a implementação da Agenda 2030 a nível local, pela Rede e pelo Município.	<p>- <b>Pontos Fortes:</b> vários orçamentos espalhados.</p> <p>- <b>Pontos Fracos:</b> não tem orçamento específico dos ODS.</p>	<p>- <b>Pontos Fortes:</b> Orçamento espalhado.</p> <p>- <b>Pontos Fracos:</b> não tem orçamento específico dos ODS. Dificuldade de executar algumas atividades (por exemplo, transições técnicas) por falta de recursos financeiros e recursos humanos.</p>

Fonte: Elaboração própria.

A implementação dos ODS, ao nível local, depende de vários fatores como compromisso político, coerência política, inclusividade, capacidade de comunicação, prestação de contas às partes interessadas e orçamento compatível conforme elenca Fourie (2018) e apresentados na Tabela 1 e adaptados para o caso de estudo na Tabela 2.

A integração destes fatores é crucial para alcançar o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Os resultados (sintetizados na Tabela 7) demonstram, face ao número de projetos - a adesão ao projeto ODS Portugal, o Índice de Sustentabilidade Municipal de Famalicão, o programa *B-Smart* Famalicão, os “Embaixadores ODS”, o Plano Estratégico do Município para 2022-2030, o Plano Diretor Municipal, o Plano de Desenvolvimento Social, o Plano e Orçamento Municipal e o Relatório de Gestão do Município, o Plano Estratégico Educativo Municipal, a Estratégia Concelhia de Desenvolvimento Integrado, o Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social e o Projeto “Museus de Famalicão. Desenvolvimento sustentável na prática” - que o Município de Vila Nova de Famalicão se encontra a empreender, um elevado **comprometimento político** do município para com a Agenda 2030 da ONU.

A coordenação destes projetos é feita sob o terceiro eixo de atuação que é de forma inclusiva, em rede. Uma estrutura em rede implica um conjunto de relações estáveis de natureza não hierárquica e interdependente. E este funcionamento em rede potencia a envolvimento de vários atores com interesses em comum, processos intensos de comunicação e um intercâmbio de recursos para a concretização desses interesses, com base na cooperação, tal como foi elencado por Moreno Pires *et al.*, (2020). No caso do município de Vila Nova de Famalicão, a constituição de redes potenciou a envolvimento de interações entre os responsáveis pela organização do sistema (gestores da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão), os responsáveis pela organização e produção dos serviços (Academia CESOP Local, investigadores nas áreas da cultura, artes e museologia, coordenadores científicos e técnicos, coordenadores municipais, profissionais da educação, profissionais do município e da Rede de Museus) e os cidadãos.

Criar vínculos entre atores para um bem comum é desafiador, mas ao mesmo tempo enriquecedor porque torna o município mais sustentável, tal como argumenta Moreno Pires *et al.*, (2020) e Tavares *et al.*, (2018).

Acreditados na possibilidade de terem e oferecerem um mundo melhor às gerações presentes e futuras, numa interconetividade como sugere Throsby (2008), conceberam um projeto nascido da vontade de criar condições para mudar a forma como as pessoas olhavam para a questão da sustentabilidade. Aqui, de forma não muito explícita, reconhece-se o célebre aforismo de Gramsci, que nos mostra que a capacidade de compreender os obstáculos leva à superação da dominação. E não havendo resignação não há acomodação. Nessa lógica, o Projeto “Museus de Famalicão. Desenvolvimento sustentável na prática” mostra que não há soluções fáceis e a tarefa de se transformar uma sociedade não pode permanecer pelos desejos ou pelos sonhos. E foi nesta premissa, que o “pessimismo da razão” passou a ser a base de uma ação política transformadora.

A ideia de se promover sustentabilidade através dos museus está presente no pensamento de Guimarães (2013) quando reflete sobre o potencial papel do museu no desenvolvimento local, evidenciando como a sua dinâmica pode contribuir para um desenvolvimento integrado e sustentável.

Mas em que medida uma **rede de museus** pode impactar positivamente o desenvolvimento sustentável num território? Na verdade, tal como foi dito por Filipe (2011; 2022), os museus são recursos muito atrativos pela sua identidade e diversidade, desde logo, conseguem viabilizar soluções para os quatro quadrantes (económico, social, ambiental e cultural). E, tendo como missão servir a sociedade como nos dizem Pop *et al.*, (2019), os doze museus pertencentes ao município resolveram unificarem-se na Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão para criar um impacto positivo no desenvolvimento sustentável. Para materializar esta missão, percebe-se que tiveram que ter um conhecimento minucioso de cada instituição e de estabelecer mecanismos de partilha de informação através de reuniões periódicas. Estas reuniões suportam a troca de informações necessárias para o procedimento do projeto, articulando recursos e objetivos comuns a serem trabalhados. Estas são características fundamentais para o funcionamento dos museus em rede, tal como especifica Camacho (2014). Desde logo, ao valerem-se desta abordagem, as probabilidades de os museus conquistarem os seus objetivos culturais são muito maiores, tal como referem Bienzle (2007), Camacho e Eccles *et al.*, (2014).

Assim, tendo isto em consideração reconhece-se que ao desenvolverem tarefas em rede, os museus conseguem trabalhar com maior qualidade, diminuir o número de recursos e desenvolver sinergias quer nas atividades que praticam, quer entre os membros

envolvidos, por meio da transmissão do conhecimento estratégico de cada um. E, embora Ferreira *et al.*, (2016) defendam que a organização do trabalho em rede provoque alguns litígios na forma de atuação, isso não se verificou nesta Rede de acordo com a percepção dos atores entrevistados. Na verdade, a Rede de Museus dispõe através das suas reuniões periódicas, ajustam respostas para determinados problemas que surjam em cada instituição, conforme refere um dos entrevistados: “Qualquer apoio que eu preciso na hora, fazem e ajudam-me e só não fazem mais porque não podem. Quando reunimos há uma dinâmica e uma interajuda extraordinária, por isso, acho que existe um bom sistema corporativo”.

Há, portanto, um acentuado grau de confiança e comprometimento entre os atores que tende a gerar homogeneização, conformidade com princípios e padrões de discurso, tal como preconizam Bowen *et al.*, (2017) na sua análise sobre o novo modelo de governança. A ação coletiva gera compensações, maximiza resultados e garante que as responsabilidades assumidas sejam cumpridas.

Sem negar os aspetos positivos da estruturação do projeto, momento correspondente à definição dos indicadores e suas sinergias para reconhecerem se os Museus já replicavam as metas definidas na Agenda 2030, observa-se que se adotou o Método Holístico. Este método consiste na análise global dos acontecimentos observados através da medição do Índice de Sustentabilidade dos Museus, permitindo observar os impactos negativos ou positivos de cada ocorrência nos quatro diferentes pilares identificados, tal como refere Espel Oliveira em Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão (2022). Este fenómeno induz a conclusões que talvez vá de encontro ao pensamento sistémico de Edgar Morin, visto interligar o conhecimento das partes ao conhecimento do todo, ou seja, liga o conhecimento dos indicadores e suas metas e o conhecimento das sinergias - partes - ao conhecimento do resultado do impacto – todo - para, posteriormente, definir as ações a serem implementadas nos museus. Assim, ao associar o conhecimento das partes ao conhecimento do todo, percebe-se melhor a relação de interdependência entre eles.

Relativamente à construção teórica de Fourie (2018) - as seis boas práticas para uma coordenação efetiva, apresentados na Tabela 1 e sintetizadas na Tabela 7 – é possível observar nos documentos oficiais que o município de Vila Nova de Famalicão tem um elevado comprometimento político para com a Agenda 2030 das Nações Unidas.

A categoria “**comprometimento/compromisso político**” merece algumas considerações, pois este princípio refere que os representantes políticos têm de se capacitar da necessidade de redistribuição do poder decisório pelos vários atores e pelas redes que pertencem, exigindo e impulsionando a participação de todos na definição dos problemas e na procura de soluções adequadas, potenciando a cidadania ativa e as ações de promoção do desenvolvimento sustentável nos territórios através de uma boa governança colaborativa. Manter um nível elevado de comprometimento político é, então fundamental para garantir um desenvolvimento consistente e sustentável.

Os testemunhos referentes a esta categoria referem que quer o município, quer a Rede de Museus “têm um comprometimento político muito forte”. A produção de um Plano Estratégico do Município de Famalicão orientado para os ODS; a criação de uma área específica para trabalhar os ODS; a criação de um grupo interno para incutir a cultura dos ODS; a criação de vários planos que visam a sustentabilidade no seu território; a parceria com uma Universidade para proceder ao cálculo do Índice de Sustentabilidade Municipal de Famalicão são exemplos de pontos fortes para o desenvolvimento sustentável no município. Porém, o município apresenta como ponto fraco a baixa participação dos cidadãos em matéria de sustentabilidade pela resistência à mudança.

Quanto à Rede de Museus, verifica-se que os seus pontos fortes são: a redefinição da missão da Rede de Museus através do Projeto: “Ser Museu” tendo em conta as diretrizes da Agenda 2030, das Nações Unidas; e a elaboração e execução do Projeto: “Museus de Famalicão. Desenvolvimento na prática”. Como pontos fracos aponta-se que a Rede de Museus apresenta dificuldades no que toca ao fomento da participação da comunidade em questões relativas à dimensão económica e social da Agenda 2030. A título de exemplo, a Rede de Museus tem dificuldade em trabalhar o ODS2 (erradicar todas as formas de pobreza), em razão da dificuldade de comunicação com o público local, como reputado por um dos entrevistados: “É muito difícil as pessoas pedirem ajuda por questões de vergonha. Atualmente, com esta questão dos juros as pessoas ficaram mais endividadas e, nós só percebemos que realmente estão a passar necessidades quando nos vêm pedir apoio jurídico nas juntas de freguesia porque sabem que é gratuito.” Por outro lado, os próprios funcionários da Rede de Museus não se sentem confortáveis a tratar a questão da vulnerabilidade social por ser uma questão muito sensível, como especificado por alguns entrevistados: “existem pessoas que não se sentem confortáveis quer para perguntar, quer

para responder a essa questão. Temos conseguido obter parte desta informação através das instituições que nos visitam, mas, ainda existem casos, dos visitantes particulares que não são tão fáceis de obter, por necessitar de uma abordagem mais direta.”

Na categoria “**coerência política**” (ver Tabela 7), reconhece-se a relevância da interligação entre várias políticas sectoriais – como a política da educação, saúde ou migrações – objetivos que se pretende atingir em termos de sustentabilidade. Neste sentido, como ponto forte aponta-se que o município alinou cada desafio estratégico da ação local em coerência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, das Nações Unidas, com os Objetivos da Política Europeia (2021-2027), com os Objetivos de Portugal 2030 e implementa práticas sustentáveis no seu território para garantir que as políticas orientadas para o desenvolvimento sustentável sejam cumpridas. Esta coerência vai de encontro a algumas perceções: “Temos um Plano Estratégico que diz: “quem nós somos, o que queremos ser”. Queremos ser uma comunidade tecno-industrial conectada num território verde multifuncional. Esta é a nossa visão. Queremos ser uma comunidade que tem a indústria no seu *core*, mas também queremos ser uma indústria tecno-industrial. Colocar mais *know-how* sobre a indústria. Conectados numa rede porque assim é que faz sentido. Queremos um território que seja tendencialmente verde. E a somar a tudo isto, que seja multifuncional.” No entanto, a incoerência por parte de alguns cidadãos fragiliza este esforço, como por exemplo “é muito raro ver-se pessoas a circularem nas ciclovias dentro da cidade. Vamos ao supermercado e continuamos a ver as pessoas a utilizarem o saco de plástico não reciclado”.

Quanto à Rede de Museus apresenta como ponto forte o alinhamento do seu Projeto com as Diretrizes do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, das Nações Unidas. Porém, verificou-se que mais dificilmente a sua ação tinha alinhamento com o ODS 14.

Na categoria “**inclusividade**” (ver Tabela 7), os mecanismos de coordenação servem para apoiar as partes interessadas de modo a assegurar o acesso e a continuidade de uma boa implementação dos ODS. Como ponto forte verifica-se que o município tem vários mecanismos inclusivos como plataforma para o crescimento sustentável, rede quadrilátero urbano (mobilidade), rede *Smart Cities* e o pacto de autarcas. Tem ainda um instrumento simplificador de avaliação e monitorização voltado para a ação da Estratégia Familiar<sup>30</sup> onde o próprio cidadão poderá ter voz ativa. Este instrumento poderá, por um lado, apoiar a implementação da estratégia de desenvolvimento sustentável no

município, por outro, avaliar as estratégias implementadas a fim de as certificar e melhorar. Porém, como ponto fraco, aponta-se que ainda não está acessível ao público em geral.

A Rede de Museus, apresenta como ponto forte a criação de ferramentas de trabalho e de organização dos serviços que permite trabalhar em rede e de forma colaborativa, através de “um cronograma onde foram definidas as prioridades, objetivos, estratégias e ações para cada uma das fases deste projeto; a distribuição de tarefas e responsabilidades de cada elemento da equipa é feito de acordo com o descritivo de funções e o guia de polivalências existente para cada serviço”; e tem ainda um sistema de avaliação adaptado às ações que estão a ser implementadas nos museus. No entanto, em termos de articulação do trabalho colaborativo em Rede, apresenta como pontos fracos a diversidade da rede, visto ser constituída à luz da Lei-Quadro dos Museus portugueses por dez museus e duas coleções visitáveis. Ao nível da tutela e da gestão, a Rede é igualmente diversa: 4 unidades de tutela pública de gestão municipal; 3 unidades de tutela não pública de gestão partilhada; e 5 unidades de tutela não pública de gestão privada. Esta diversidade tem implicações ao nível da gestão, dos recursos humanos e financeiros e de autonomia o que, notoriamente, afeta a atuação de cada museu-membro nos projetos colaborativos, como o caso deste, como corroboram alguns entrevistados: “A rede tem 10 museus com tutelas diferentes e com gestões diferentes. Isto implica que quando se desenvolve um projeto como este, que é no âmbito da Rede, temos que ter em conta esta diversidade, visto termos que pedir autorizações.”; “A questão da cooperação implica aceitação e articulação harmoniosa e equilibrada entre as diferentes tutelas e a própria coordenação na rede, que é municipal.”

Na categoria “**capacidade de comunicação**” (Tabela 7), reconhece-se que tanto no município como na Rede de Museus existe uma boa comunicação interna intersectorial e interdepartamental, quer por parte dos funcionários do município, quer por parte dos funcionários da Rede de Museus. Foram vários os testemunhos relatados pelos entrevistados sobre a importância da troca de ideias entre os colaboradores quer do município, quer da Rede de Museus. Esses canais de comunicação interna são feitos, sobretudo, por e-mails e reuniões periódicas de acordo com o cronograma estipulado para verificação de conformidade do processo de implementação das ações definidas.

De acordo com a literatura, como nos diz Castells (2002) são vários os benefícios para a equipa, tais como: a credibilidade e transparência; a informação rápida e eficiente; o



conhecimento da organização; a pertença a uma equipa; a oportunidade de destaque profissional; a motivação; a troca de conhecimento; e a minimização dos efeitos de crise. Também existe uma boa comunicação externa quer por parte do município, quer por parte da Rede de Museus, através de documentos oficiais - Índice de Sustentabilidade Municipal, elaborado pela Academia da CESOP- Local em colaboração com os Autarcas e Técnicos dos Municípios; o Plano Estratégico 2022-2030; “Museus de Famalicão. O nosso compromisso com o território, do documento “Definir a missão... da necessidade ao desafio; e “Definir um caminho... onde estamos, para onde vamos”. Realizam ainda workshops presenciais e online, preocupando-se sempre por incluir um profissional de linguagem gestual para fazer chegar a mensagem a pessoas com problemas. No entanto, verificou-se que existe uma certa dificuldade em comunicar com a comunidade questões mais sensíveis.

Na categoria “**prestação de contas às partes interessadas**” (ver Tabela 7), verificou-se que o compromisso da Agenda 2030 é realizado, em parte, através de relatórios transparentes, proporcionando uma visão geral sobre as medidas tomadas, bem como os progressos realizados para alcançar as prioridades e os objetivos de desempenho a longo prazo. No caso do município de Famalicão, verifica-se que apresenta como ponto forte o seu Índice de Sustentabilidade Municipal (2022), apresentado numa parceria com o projeto CESOP Local, revelando que, entre 2019 e 2021, os resultados foram positivos face ao cumprimento dos ODS propostos pela ONU. Com 16 Objetivos, 66 metas e 130 indicadores Vila Nova de Famalicão teve em 2019, um grau de cumprimento de 67.8%; em 2020 de 69.1% e em 2021 de 69,5%. Este resultado supera o valor nacional que foi de 65,7%.

A Rede de Museus, apresenta como ponto forte um resumo do projeto e as ações a serem implementadas nos museus de acordo com a Agenda 2030. Mas como ainda se encontra na fase da implementação das ações e atividades definidas mediante as Diretrizes da Agenda 2030, ainda não foi feita a avaliação, nem a divulgação das metas, dos objetivos e dos resultados num relatório. Todos os entrevistados referiram que “só após a avaliação da implementação se poderá dizer com toda a certeza qual foi esse contributo.”

Na categoria “**orçamento compatível**” (ver Tabela 7), sublinha-se que a importância de se organizar um orçamento compatível sobre as despesas e receitas é uma tarefa complexa, mas essencial para a gestão económica e sustentável das finanças de uma

organização, uma empresa ou pessoal. Porém, verifica-se que, quer o município, quer a Rede de Museus não têm um orçamento específico para os ODS, mas sim, um financiamento espalhado por outros programas compatíveis, como corroborado pelos entrevistados: “Temos um histórico suficiente para definir os objetivos que requerem mais investimento e perceber a que fundos comunitários poderemos ter acesso a esse financiamento.”; “Hoje mesmo, dia internacional dos ODS, apresentamos um relatório detalhado onde apresenta como é possível ir buscar dinheiro para cumprir os ODS.”; “De facto, em Portugal, existem concursos abertos pela APA (Associação Portuguesa do Ambiente) que promovem a concretização dos ODS. No entanto, também existem programas que não tendo diretamente nada a referir os ODS podem contribuir para esse fim. Por isso, não temos um orçamento específico, mas um que está espalhado.”

Todavia, na prática verificou-se como ponto fraco um orçamento insuficiente, visto muitos dos entrevistados consideraram que um dos principais obstáculos à implementação das ações de desenvolvimento sustentável (e particularmente ao desempenho das funções intendentês) é a falta de verba e a falta de recursos humanos.

Ao analisar desta categoria, infelizmente, não deixa margem de dúvidas: a falta de verba torna inviável proceder a transições energéticas como mudar as lâmpadas para leds, colocar painéis solares, calafetar as janelas; ou então de remodelação do edifício como colocar um telhado novo e construir uma rampa para facilitar a mobilidade das pessoas com problemas físicos, tal como alegaram alguns dos entrevistados: “Há uma série de recursos que não temos.”; “as luzes como verificou estão desligadas, quando entram visitas é que as ligamos de forma à poupança porque ainda não temos verba para substituir as lâmpadas tradicionais pelas leds.”; “como vê a nossa entrada tem escadas, mas precisávamos de uma rampa para facilitar a mobilidade das pessoas com maior dificuldade de locomoção”; “Precisávamos de um colocar painéis solares, mas antes precisávamos de um telhado novo.”

Além disso, a escassez de recursos humanos para trabalhar na dinâmica diária de qualquer um dos serviços municipais, torna impraticável a materialização dos objetivos pretendidos. Foram vários os entrevistados que reportaram esta escassez: “Prioridades até existem muitas, mas neste momento fomos condicionados pela vertente económica e pela falta de recursos humanos.”; “os recursos humanos são escassos e, como tal, estão sobrecarregados com tarefas.”; “Estamos constantemente assoberbados de trabalho”;

“Como à falta de recursos, as pessoas que fazem parte das equipas dos diferentes museus, maioritariamente, não têm formação específica em museu, como por exemplo, no caso dos museus, o funcionário é do município, que, por sua vez, está lá por mobilidade.”; “Como as equipas são muito heterógenas e a falta de recursos humanos é uma realidade transversal às unidades museológicas que integram a Rede de Museus, por vezes é complicado”; “até porque com a pressão do nosso dia-a-dia é muito fácil sermos ou sentirmo-nos vencidos pelo cansaço”. Perante isto, e se este estudo fosse longitudinal poder-se-ia afirmar que a Rede Museus não conseguiria cumprir as metas dentro do tempo previsto.

### **Avaliação do papel da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão na territorialização dos ODS**

Feita a análise sobre as categorias elencadas por Fourie (2018), prossegue-se com a apresentação dos resultados relativos ao papel da Rede de Museus na territorialização dos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Relembra-se que nas entrevistas também foram abordadas questões relativas à coordenação do trabalho realizado em rede com o objetivo de perceber qual o papel que eles atribuíam à Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão no desenvolvimento das suas práticas enquanto impulsionadores de Desenvolvimento Sustentável.

Um primeiro aspeto a salientar é a questão da coordenação em rede e que todos os entrevistados consideram o trabalho da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão neste aspeto bom. No âmbito dos objetivos e metas a cumprir, os resultados revelam que a coordenação traça as prioridades e as tarefas num cronograma que, posteriormente são distribuídos para cada museu da instituição. Refira-se que o confronto dos resultados entre as prioridades e as tarefas cumpridas não foram reveladas.

Um segundo aspeto a salientar na questão dos desafios mais significativos sentidos na coordenação do projeto verificaram-se, como já mencionado, ao nível da diversidade da Rede, ao nível da escassez dos recursos humanos e ao nível de reconhecimento do trabalho no âmbito da implementação dos ODS.

Um terceiro aspeto a salientar é a questão da motivação e envolvimento dos trabalhadores em colaborar na implementação dos ODS. Neste aspeto, apesar de possuírem

uma escassez elevada de recursos humanos, a maioria dos entrevistados sentem-se envolvidos, motivados e colaboradores no processo da implementação dos ODS porque conhecem o projeto, acreditam no projeto e sentem que fazem parte de um projeto maior. Porém, como as equipas são muito heterógenas e têm excesso de trabalho, pode-se afirmar que os colaboradores revelam resistência a outras tarefas quando lhes é solicitado.

Numa análise mais profunda às respostas dos entrevistados permite avaliar que à medida que o tempo vai passando, é mais difícil cumprir os prazos estipulados. Por conseguinte, é hora de redobrar esforços e focar na efetividade das ações para que em 2030 estejam bem próximos das metas do que estão agora. Para que tal aconteça, é fundamental “...redefinirem prioridades para aligeirar outros processos que estejam em mãos destas pessoas, para que elas possam trabalhar ativamente no projeto, como por exemplo, ter em atenção o excesso de trabalho, os horários, nomeadamente, aqueles que trabalham ao fim-de-semana”; “Todas estas questões podem ser condicionantes para a cooperação ativa destas pessoas, destas equipas num projeto com esta dimensão.”; “É preciso humanizar relações para obter bons resultados”, como referido por alguns entrevistados.

### **Avaliação do contributo do Município de Vila Nova de Famalicão e da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão no processo da implementação dos ODS da Agenda 2030, a nível local**

Concluída a análise de conteúdo ao processo da implantação dos ODS no município de Vila Nova de Famalicão e da Rede de Museus verifica-se que ambos têm em execução medidas de transição – planos, projetos e estratégias - para a sustentabilidade económica, social, ambiental e cultural no terreno. E estas medidas resultam claramente num bom desempenho em termos de sustentabilidade municipal.

A elaboração do projeto: “Museus de Famalicão. Desenvolvimento Sustentável na prática” contribui para: sensibilizar o público sobre as questões ambientais, sociais e culturais relacionadas aos desenvolvimento sustentável, através da promoção de debates e conferências para aumentar a consciencialização e o conhecimento das populações; preservar a herança cultural e natural, que é o componente essencial do desenvolvimento sustentável; inspirar ações positivas para o público em geral; compartilhar recursos e

conhecimento entre museus e entre os museus e a comunidade; promover programas de capacitação e desenvolvimento de habilidades relacionadas à preservação do património; apoiar a economia criativa, elemento-chave do desenvolvimento sustentável; e é uma fonte de inspiração para que outros museus, também eles possam implementar os ODS no seu contexto local.

Estes factos revelam passos muito positivos no que toca à territorialização dos ODS a nível cultural, como preconiza a Agenda 2030. Por sua vez, esta sustentabilidade cultural local vai-se repercutir a nível nacional. Clarificando, a Rede de Museus ao melhorar a pegada ecológica do seu território – como comprova Moreno Pires (2020) na literatura - está a melhorar a pegada ecológica do mundo global.

Não obstante, também é perceptível que ainda há um caminho muito longo a percorrer em matéria de territorialização dos ODS, no contexto cultural local. Para tal é necessário que o município disponha de um orçamento financeiro compatível para os ODS, considerando que o município é um impulsionador dinâmico e proactivo no que diz respeito à implementação dos ODS, sugere-se melhorar os processos estratégicos associados às candidaturas de fontes de financiamento nacionais e comunitárias, incluindo o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

### Conclusões e Recomendações

Relembrando que os problemas de ordem ambiental, económica, social e cultural não podem ser tratados de forma separada parece claro que a cultura, e em particular os museus, contribuem para o desenvolvimento sustentável, a paz e a estabilidade como uma força de resiliência, inclusão social e coesão, proteção ambiental, crescimento sustentável inclusivo e um desenvolvimento centrado no ser humano no seu contexto.

Transformar a visão da Agenda 2030 numa realidade é uma responsabilidade dos governos locais aos seus diversos níveis. Neste alinhamento, e louvando o poder da cultura para renovar e ampliar a cooperação multilateral, ao mesmo tempo que reconhecem o espectro normativo da arquitetura normativa das Declarações, Recomendações e Convenções internacionais da UNESCO, a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão assume o papel de promotor e catalisador de Desenvolvimento Sustentável para fazer cumprir os 17 objetivos da Agenda 2030.

Com a recolha dos contributos literários e dos contributos dos entrevistados foi possível dar resposta aos objetivos inicialmente delineados, na perspetiva desenhada para compreender qual o papel da cultura na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Desta feita, segue, de acordo com a sequência proposta, os resultados:

1. Como as políticas locais da cultura contribuem para o Desenvolvimento Sustentável e de que forma se enquadram com os ODS. Perante o estudo realizado conclui-se que a sustentabilidade cultural forma vínculos fortes sobre a responsabilidade corporativa. Ambos os conceitos não são inseparáveis nem indivisíveis e, em conjunto, viabilizam a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio de propostas políticas concretas sobre o presente e o futuro. Para tanto, exige-se um conjunto de pressupostos que visam coordenar eficazmente a sua implementação nos municípios, sendo eles: compromisso político; coerência política; inclusividade; capacidade de comunicação; prestação de contas às partes interessadas; e um orçamento compatível.

2. Baseado nisso, importou perceber como é que o Município de Vila Nova de Famalicão prioriza os ODS da Agenda 2030 no seu território, mais concretamente a Rede

de Museus de Vila Nova de Famalicão, dando resposta ao segundo objetivo específico do estudo. Assim, efetuado o estudo, verificou-se que o Município de Famalicão e a sua Rede de Museus territorializa os ODS no seu território através de um vasto número de iniciativas, projetos e planos estratégicos, revelando um grande comprometimento político com a Agenda 2030, das Nações Unidas, em específico: o Plano Diretor Municipal; o Plano de Desenvolvimento Social; o Plano e Orçamento Municipal e o Relatório de Gestão do Município; O Plano Estratégico Educativo Municipal; a Estratégia Concelhia de Desenvolvimento Integrado; o Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social; o programa *B-Smart* Famalicão; os “Embaixadores ODS”; o Plano Estratégico do Município para 2022-2030; “Ser Museu”; e o Projeto “Museus de Famalicão. Desenvolvimento sustentável na prática”.

De salientar que estes projetos se encontram em coerência política com as Diretrizes do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, os Objetivos da Política Europeia (2021-2027) e os Objetivos de Portugal 2030. Existem mecanismos de coordenação inclusivos, sistemas de avaliação e monitorização de ações, iniciativas e estratégias adotadas, dando a possibilidade aos cidadãos de poderem participar ativamente. Percebe-se que existe uma boa comunicação interna, intersectorial e interdepartamental. Os meios de comunicação mais utilizados são os e-mails e as reuniões periódicas que são uma grande conexão à viabilidade de execução do projeto. No que toca à prestação de contas constata-se que o município apresenta um relatório detalhado, evidenciando os seus objetivos, metas e ações a cumprir, revelando valores positivos de cumprimento dos ODS (69,5%) face ao valor nacional (65,7%). No entanto, a sua Rede de Museus ainda não apresenta resultados, fruto da sua recente implementação e execução. Porém, estima-se que em 2024 já seja possível serem revelados. Em relação ao orçamento compatível, reconhece-se que existe um insuficiente orçamento para a prossecução dos ODS, quer no município, quer na Rede de Museus. Existem pontos que mostram um importante compromisso financeiro com a sua implementação, mas na prática deparam-se com vários problemas para a sua efetivação, fruto da falta de recursos financeiros e de recursos humanos para procederem as medidas de transição para a sustentabilidade no terreno.

3. De que forma a Rede de Museus discutiu e implementou os ODS na sua missão e atuação. A Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão redefiniu e alinou a missão de cada museu-membro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

4. Avaliar de que forma a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão tem contribuído para a territorialização dos ODS no contexto municipal. Na perspetiva da ação, pode-se concluir que o município de Vila Nova de Famalicão e a Rede de Museus têm dados passos na territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, no seu contexto local, principalmente pelas suas atividades de sensibilização e educação para a sustentabilidade, mormente contributos para a proteção, valorização e dinamização do património natural e cultural existente no território. No entanto, estes passos podem ainda ser alargados para outros espaços de atuação. Podem ainda ter um papel mais efetivo e eficiente no compromisso para com a Agenda 2030 caso possam ampliar o seu orçamento e caso encontrem soluções que aumentem a participação dos cidadãos para o desenvolvimento sustentável local.

5. Conjunto de recomendações que podem ser incluídas nas políticas locais, regionais ou nacionais com base na aprendizagem sobre o papel da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão. Certamente, com base na aprendizagem sobre o papel da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, é possível incluir algumas recomendações nas políticas locais, regionais e nacionais no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, dando resposta ao quinto objetivo específico desta investigação, entre as quais se evidencia: formar redes de cooperação entre instituições culturais para promover a colaboração e o compartilhamento de recursos; estimular a economia criativa, criando oportunidades económicas enquanto reproduz cultura e sustentabilidade; estimular a mobilidade cultural, promovendo intercâmbios culturais ao nível regional, nacional e internacional; incentivar os cidadãos na tomada de decisão referentes à cultura e o património, assegurando que as suas vozes sejam ouvidas; promover projetos de sustentabilidade por meio dos museus para garantir a transmissão de conhecimentos sobre o Desenvolvimento Sustentável; implementar sistemas de monitorização para avaliar o impacto das políticas culturais no Desenvolvimento Sustentável.

Relativamente às limitações do estudo de caso, em concreto, da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, refere-se que houve tentativa de contacto de mais responsáveis ou colaboradores da Rede, mas não foi possível obter resposta a tempo de finalizar o estudo. Também não foi possível analisar a monitorização e avaliação das ações que se encontram em curso porque ainda não foram totalmente implementadas para poderem ser avaliadas, estando previstas ainda para o próximo ano.



Neste sentido, como trabalho futuro, seria interessante medir o impacto de sustentabilidade das ações que estão a serem implementados, no momento. Reconhecer as sinergias entre os diversos pilares, bem como analisar e avaliar os resultados obtidos. E sugere-se averiguar a correlação existente entre o grau de desenvolvimento do projeto e as áreas abrangidas pelo mesmo para que seja possível identificar se existem objetivos de desenvolvimento sustentável que podem ser mais acessíveis e eficientes para implementar noutras iniciativas como esta. Por fim, sugeria-se explorar o impacto económico, social, ambiental e cultural deste projeto.

Ainda como nota final. O papel central do município de Vila Nova de Famalicão e da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão parece refletir, igualmente, nos dados recolhidos pelos testemunhos dos entrevistados valores muito positivos na territorialização dos ODS, já que este compromisso político lhes permite alcançar dimensões proficientes nos mais diversos quadrantes quotidianos, desde o ensino, saúde ou emprego.

Quanto ao contributo do projeto “Museus de Famalicão. Desenvolvimento Sustentável na prática” arrisca-se, contudo, conjeturar, com base no observado que se constitui por si só uma malha de garantia capaz de promover desenvolvimento sustentável. Por isso, divulgá-lo poderá representar uma mais-valia para que outros municípios possam seguir essa linha, reveladora de impactos políticos, económicos, ambientais, urbanísticos, sociais e culturais promissores para uma sociedade de curadores e gestores do uso da nossa Casa Comum.

## Referências Bibliográficas

- Abreu, J.; António, J. H. C., & Cerol, J. (2022). *Índice de Sustentabilidade Municipal 2022*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Albuquerque. (2011). Política cultural: conceitos e tipologias. Disponível em: [file:///C:/Users/HP/Downloads/Politica\\_cultural\\_conceitos\\_e\\_tipologias.pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/Politica_cultural_conceitos_e_tipologias.pdf)
- Almeida, F. (2022). The Contribution of Local Agents and Citizens to Sustainable Development: The Portuguese Experience. *Sustainability* 2022, 14, 12696. <https://doi.org/10.3390/su141912696>
- Amado, M.; Carvalho, P. (2013). Museus e desenvolvimento local – o exemplo do Museu do Pão (Seia). *Cadernos de Geografia nº 32 - 2013 Coimbra, FLUC* - pp. 247-260. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/2449-Article%20Text-8126-1-10-20150921.pdf>
- Anelli, D.; Tajani, F. (2022). Valorization of cultural heritage and land take reduction: an urban compensation model for the replacement of unsuitable buildings in an Italian UNESCO site. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.culher.2022.08.006>
- Barata, F. T., Capelo, S., & Mascarenhas, J. (2021). Património Cultural e Sustentabilidade. Uma relação nem sempre fácil. (F. T. Barata, S. Capelo, & J. M. Mascarenhas, Edits.) Évora: Cátedra UNESCO da Universidade de Évora em "Património Imaterial e Saber Fazer Tradicional".
- Bergman, M.; Bergman, Z.; Berger, L. (2017). An Empirical Exploration, Typology, and Definition of Corporate Sustainability. *Sustainability* 2017, 9, 753; doi:10.3390/su9050753
- Berr, E. (2015) Sustainable development in a post-Keynesian perspective: why eco-development is relevant to post Keynesian economics, *Journal of Post Keynesian Economics*, 37:3, 459-480, DOI: 10.1080/01603477.2015.1000173
- Bienzi, H.; Gelabert, E.; Jütte, W.; Kolyva, K.; Meyer, N.; Tilkin, G. (2007). The Art of Networking – European Networks in Education. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/Bienzleetal.-2007-TheArtofNetworking.pdf>
- Bilhim, J. A. (2016). Políticas públicas e agenda política. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/292141803\\_Politicas\\_publicas\\_e\\_agenda\\_politica](https://www.researchgate.net/publication/292141803_Politicas_publicas_e_agenda_politica)
- Bowen, K. J.; Cradock-Henry, N. A.; Koch, F.; Patterson, J.; Häyha, T.; Vogt, J.; Barbi, F. (2017). Implementing the “Sustainable Development Goals”: towards addressing three key governance challenges— collective action, trade-offs, and accountability. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cosust.2017.05.002>
- Bristol Green Capital Partnership. (2017). Bristol and the UN Sustainable Development Goals. University of Bristol. Disponível em: <https://bristolgreencapital.org/wp->
- Bucci, M. P. D. (2006). O conceito de política pública em direito. In: Bucci, M. P. D. (coord.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, p.1-51. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5066888/mod\\_resource/content/1/BUCCI\\_Maria\\_Paula\\_Dallari.\\_O\\_conceito\\_de\\_politica\\_publica\\_em\\_direito.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5066888/mod_resource/content/1/BUCCI_Maria_Paula_Dallari._O_conceito_de_politica_publica_em_direito.pdf)

- Calderón- Vargas, F. Asmat-Campos, D.; Chávez-Arroyo, P. (2021). Sustainable tourism policies in Peru and their link with renewable energy: analysis in the main museums of the Moche route. *Heliyon*. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2021.e08188>
- Calisto, P. S.; Prados, M. A. H. (2008). La evolución del concepto de sostenibilidad y su incidencia en la educación ambiental. *Teoría de la Educación*, 20, p. 179-204. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/279639150\\_La\\_evolucion\\_del\\_concepto\\_de\\_sostenibilidad\\_y\\_su\\_incidencia\\_en\\_la\\_educacion\\_ambiental](https://www.researchgate.net/publication/279639150_La_evolucion_del_concepto_de_sostenibilidad_y_su_incidencia_en_la_educacion_ambiental)
- Camacho, C. F. (2014). O modelo da Rede Portuguesa de Museus e algumas questões em torno das redes e museus. Disponível em: [https://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/clara\\_camacho.pdf](https://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/clara_camacho.pdf)
- Camacho, C. F. (2007). O modelo da Rede Portuguesa de Museus e algumas questões em torno das redes de museus. Disponível em: [https://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/clara\\_camacho.pdf](https://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/clara_camacho.pdf)
- Camphenoudt, L. V. (2003). *Introdução à análise dos fenómenos sociais*. Coleção Trajetos, Lisboa, Gradiva.
- Câmara Municipal Famalicão. (2020). Famalicão adere à Aliança PDS Portugal. Disponível em: <https://www.famalicao.pt/famalicao-adere-a-alianca-ods-portugal>
- Cardeira, P.; Dias, R. C.; Vidal, D. G.; Seixas, P. C. (2021). Vistos de Dentro: os ODS a partir de um estudo de caso de um departamento financeiro da administração pública. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/10256>
- Carranca, M. A. (2004). Uma Cultura para a Sociedade do Conhecimento: contributos da cultura para a promoção das cidades como *habitats* de inovação. Disponível em: <http://geoinova.fcsh.unl.pt/revistas/files/n10-4.pdf>
- Carvalho, T.; Bruckmann, S. (2014). *Reforming the Portuguese public sector: A route from health to higher education*. Springer. Editors: Musselin, C. & Teixeira P. (pp.83-102).
- Castells, M. (2002). *A Sociedade em Rede, A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Creswell, J. (2013). *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Method Approaches*. SAGE Publications.
- Dessein, J.; Soini, K.; Fairclough, G.; Horlings, L. (2015). Culture in, for and as Sustainable Development; Conclusions from the COST Action IS1007 Investigating Cultural Sustainability; University of Jyväskylä: Jyväskylä, Finland.
- Di Pietro, L.; Mugion, R. G.; Renzi, M. F.; Toni, M. (2014). An Audience-Centric Approach for Museums Sustainability. *Sustainability* 2014, 6, 5745-5762; doi:10.3390/su6095745
- Domingues, A. R.; Pires, S. M.; Caeiro, S.; Ramos, T. B. (2015). Defining criteria and indicators for a sustainability label of local public services. *Ecological Indicators* 57 (2015) 452–464. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolind.2015.05.016>
- Dorninger, C.; Hornborg, A.; Abson, D. J.; von Wehrden, H.; Schaffartzik, A.; Giljum, S.; Engler, J. O.; Feller, R. L.; Hubacek, K.; Wieland, H. (2020). Global patterns of ecologically unequal exchange: Implications for sustainability in the 21st century. *Ecological Economics*. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106824>
- Eccles, R. G.; Ioannou, I.; Serafeim, G. (2014). The Impact of Corporate Sustainability on Organizational Processes and Performance. Disponível em: [https://www.hbs.edu/ris/Publication%20Files/SSRN-id1964011\\_6791edac-7daa-4603-a220-4a0c6c7a3f7a.pdf](https://www.hbs.edu/ris/Publication%20Files/SSRN-id1964011_6791edac-7daa-4603-a220-4a0c6c7a3f7a.pdf)

- Escalona-Orcao, A. I.; Garcia, B. S. V.; Navarro-Perez, M. C.; Pinillos-Garcia, M.; Conejos-Sevillano, A. (2021). Cultural Dynamism and Business Vitality in Medium-Sized Cities— Evidence and Proposals for Sustainable Development. *Sustainability* 2021, 13, 7325. <https://doi.org/10.3390/su13137325>
- Espel Oliveira, M. (2023). *Museus de Famalicão. O nosso compromisso com o território*. Edição: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Eustachio, J. H. P. P.; Caldana, A. C. F.; Liboni, L. B.; Martinelli, D. P. (2019). Systemic indicator of sustainable development: Proposal and application of a framework. *Journal of Cleaner Production*. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.118383>
- Ferran Vila, S.; Miotto, G.; Rodriguez, J.R. (2022). The SDGs in the EU Cultural Policies: an institutional communication perspective. *Communication & Society*. Disponível em: <https://revistas.unav.edu/index.php/communication-and-society/article/view/41946>
- Ferreira, B.; Raposo, R. (2017). Evolução do(s) conceito(s) de desenvolvimento. Um roteiro crítico. *Cadernos de estudos africanos*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/2293>
- Ferreira, C.; Correia, A. B.; Abreu, P.; Damásio, S.; Correia, M. (2016). 5 sentidos: estudo sobre a rede de programação cultural. Relatório de estudo. Centro de estudos sociais. Faculdade de economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: [https://www.teatroviriato.com/fotos/editor2/5sentidos\\_relatorio\\_final\\_versaoonline.pdf](https://www.teatroviriato.com/fotos/editor2/5sentidos_relatorio_final_versaoonline.pdf)
- Filipe, G., Seôdio, C.; Borges, L. C.; Silva, A. M. (2021). Reflexão sobre políticas públicas e gestão de acervos em instituições de memória em Portugal. *Midas*. Open Edition Journals. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/98915>
- Filipe, G. (2011). O Poder dos Museus: refletindo sobre as missões e a sustentabilidade dos museus, em teoria e na prática. Disponível em: [https://icom-portugal.org/multimedia/Ficheiros/Filipe\\_%20G\\_%20O%20poder%20dos%20museus.pdf](https://icom-portugal.org/multimedia/Ficheiros/Filipe_%20G_%20O%20poder%20dos%20museus.pdf)
- Fidélis, T., & Pires, S. M. (2009). Surrender or resistance to the implementation of Local Agenda 21 in Portugal: The challenges of local governance for sustainable development. *Journal of Environmental Planning and Management*, 52(4), 497– 518. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09640560902868363>
- Firoiu, D.; Innescu, G. H.; Bandoi, A.; Florea, N. M.; Jianu, E. (2019). Achieving Sustainable Development Goals (SDG): Implementation of the 2030 Agenda in Romania. *Sustainability* 2019, 11, 2156; doi:10.3390/su11072156
- Folorunso, C. A. (2021). Globalization, Cultural Heritage Management and the Sustainable Development Goals in Sub-Saharan Africa: The Case of Nigeria. *Heritage* 2021, 4, 1703– 1715. <https://doi.org/10.3390/heritage4030094>
- Fortin, M.F. (2009). *O processo de investigação: da conceção à realização* (5ª ed.). Loures: Lusociência.
- Fourie, W. (2018). Features of effective SDG co-ordination mechanisms: emerging good practices. Pretoria: South African SDG Hub. Disponível em: <https://sdg.iisd.org/commentary/guest-articles/features-of-effective-sdg-co-ordination-mechanisms-emerging-good-practices/>
- Fox, S. & Macleod, A. (2023). Localizing the SDGs in cities: reflections from an action research project in Bristol, UK, *Urban Geography*, 44:3, 517-537, DOI: 10.1080/02723638.2021.1953286
- Gama, M. (2022). Definir um caminho... onde estamos, para onde vamos. Defining a path... where we are, where we are going. Edição Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

- Gama, M. (2020). *Cultura e Desenvolvimento: Projetos culturais e a Agenda 2030. Fase 1, Portugal, 1º quadrimestre de 2020*. Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho.
- Gaspar, P. L.; Brito, J. (2005). *A Multidimensionalidade do Desenvolvimento Sustentável Aplicada à Indústria da Construção*. ReserachGate. University of Lisbon. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/MDSAIC.pdf>
- Giannini, T., Bowen, J. P. (2023). *Global Cultural Conflict and Digital Identity: Transforming Museums Heritage 2023*, 6, 1986–2005. <https://doi.org/10.3390/heritage6020107>
- Global Taskforce of local and regional governments. (2022). *Towards the Localization of the SDGs - Local and regional governments breaking through for a sustainable and just recovery*. Disponível em: [https://www.global-taskforce.org/sites/default/files/2022-07/Towards%20the%20Localization%20of%20the%20SDGs\\_2022.pdf](https://www.global-taskforce.org/sites/default/files/2022-07/Towards%20the%20Localization%20of%20the%20SDGs_2022.pdf)
- Gomes, M.F.; Ferreira, L. J. (2018). *Políticas públicas e os objetivos de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: [file:///C:/Users/HP/Desktop/Territorializa%C3%A7%C3%A3o/Políticas\\_publicas\\_e\\_os\\_objetivos\\_do\\_desenvolvimen.pdf](file:///C:/Users/HP/Desktop/Territorializa%C3%A7%C3%A3o/Políticas_publicas_e_os_objetivos_do_desenvolvimen.pdf)
- Gramsci, A. (2006b). *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2.
- Gravagnuolo, A.; Micheletti, S.; Bosone, M. (2021). *A Participatory Approach for “Circular” Adaptive Reuse of Cultural Heritage. Building a Heritage Community in Salerno, Italy*. *Sustainability* 2021, 13, 4812. <https://doi.org/10.3390/su13094812>
- Grilli, G.; Tyllianakis, E.; Luisetti, T.; Ferrini, S. (2021). *Prospective tourist preferences for sustainable tourism development in Small Island Developing States*. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2020.104178>
- Guimarães, E. (2018). *Museus e património cultural imaterial: o Ecomuseu de Ribeira de Pena*. In P. M. Homem, A. Marques & M. Santos (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 07, pp. 16-31). Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16604.pdf>
- Guimarães, E. (2013). *O museu como fator de desenvolvimento sustentável regional: o impacto económico do museu*. *Ensaio e Práticas em Museologia*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, 2013, vol. 3, p. 40-53. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11616.pdf>
- Gustafsson, C.; Ijla, A. (2016). *Museums: An incubator for sustainable social development and environmental protection*. *International Journal of Development and Sustainability*. ol.5 No.9 (2016): 446-462. Disponível em: <https://isdsnet.com/ijds-v5n9-3.pdf>
- Gutwald, R.; Lebmann, O.; Massom, T.; Rauschmayer, F. (2014). *A Capability Approach to Intergenerational Justice? Examining the Potential of Amartya Sen's Ethics with Regard to Intergenerational Issues*, *Journal of Human Development and Capabilities*, 15:4, 355-368, DOI: 10.1080/19452829.2014.899563
- Haapanen, L.; Tapio, P. (2015). *Economic growth as phenomenon, institution and ideology: a qualitative content analysis of the 21st century growth critique*. *Journal of Cleaner Production*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.10.024>
- Hansson, P.; Öhman, J. (2021). *Museum education and sustainable development: A public pedagogy*. *European Educational Research Journal*. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Desktop/Museus/Hansson%20&%20Ohman,.pdf>
- Hardin, G. (1968). *The tragedy of the common*. *Science*, 162 (3859), 1243-1248. doi:10.1126/science.162.3859.1243

- Haro, F. A.; Serafim, J.; Cobra, J.; Faria, L.; Roque, M. I.; Ramos, M.; Carvalho, P.; Costa, R. (2018). *Investigação em Ciências Sociais- Guia Prático do Estudante*, (2º ed.) Lisboa: Factor – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Heinrichs, H.; Schuster, F. (2016). Still some way to go: institutionalisation of sustainability in German local governments, *Local Environment*, 22:5, 536-552, Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13549839.2016.1233951>
- Horlings, L. G. (2015). Values in place; A value-oriented approach toward sustainable place-shaping. *Regional Studies, Regional Science*, 2:1, 257-274. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/21681376.2015.1014062>
- Huhmarniemi, M.; Jokela, T. (2019). Arctic Arts with Pride: Discourses on Arctic Arts, Culture and Sustainability. *Sustainability* 2020, 12, 604; doi:10.3390/su12020604
- ICOM. (2022). ICOM approves a new museum definition. Disponível em: <https://icom.museum/en/news/icom-approves-a-new-museum-definition/>
- IFLA. (1994). *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 1994*. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>
- Jönsson, K.; Bexell. (2019). localizing the Sustainable Development Goals: The case of Tanzania. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/339131654\\_Localizing\\_the\\_Sustainable\\_Development\\_Goals\\_The\\_case\\_of\\_Tanzania](https://www.researchgate.net/publication/339131654_Localizing_the_Sustainable_Development_Goals_The_case_of_Tanzania)
- Junior, J. R. S.; Lima, K. (2019). O potencial das redes culturais: entrevista com Manuel Gama. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/339436892>
- Kallis, G.; Varvarousis, A.; Petridis, P. (2022). Southern thought, islandness and real existing degrowth in the Mediterranean. *World Development*. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2022.105957>
- Kagan, S. (2019a). *Cultural Sustainability: Perspectives from the humanities and social sciences*. Routledge Environmental Humanities. Edited by Torsten Meireis and Gabriele Rippl. London: Routledge.
- Kagan, S., Hauerwaas, A., Holz, V. & Wedler, P. (2017b). Culture in sustainable urban development: Practices and policies for spaces of possibility and institutional innovations. *City, Culture and Society*. Disponível em: <https://www.doi.org/10.1016/j.ccs.2017.09.005>
- Kwatraa, S., Kumarb, A., & Sharmaa, P. (2020). A critical review of studies related to construction and computation of Sustainable Development Indices. *Ecological Indicators*, 112, 106061. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1470160X1931057X?via%3Dihub>
- Keitsch, M. (2018). Structuring Ethical Interpretations of the Sustainable Development Goals— Concepts, Implications and Progress. *Sustainability* 2018, 10, 829; doi: 10.3390/su10030829
- Koroneos, C. J.; Rokos, D. (2012). Sustainable and Integrated Development—A Critical Analysis *Sustainability* 2012, 4, 141-153. doi: 10.3390/su4010141 / Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/4/1/141>
- Latouche, S. (2012). *La Sociedad de la Abundance Frugal. Contrasentido y controversias del Decrecimiento*. Barcelona, Icaria.
- Lazar, S.; Potoýcan, V.; Klimecka-Tatar, D.; Obrecht, M. (2022). Boosting Sustainable Operations with Sustainable Supply Chain Modeling a Case of Organizational Culture and Normative



- Commitmen. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2022, 19, 11131.  
<https://doi.org/10.3390/ijerph191711131>
- Lei nº 47º/2004, de 19 de agosto (Lei Quadro dos Museus Portugueses). Disponível em:  
<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/47-2004-480516>
- Lipovetsky, G. (2010). *O crepúsculo do dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Capítulo II, 4ª edição atualizada. Lisboa, Publicações D. Quixote, pp. 59-68.
- Liu, Y. (2019). Event and Sustainable Culture-Led Regeneration: Lessons from the 2008 European Capital of Culture, Liverpool. *Sustainability* 2019, 11, 1869; doi:10.3390/su11071869
- Luderer, C. (2021). A Agenda 2030 e suas potencialidades para a cultura. Repositório Universidade do Minho. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Disponível em:  
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/73729>
- Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J., Behrens III, W. W. (1972). *The Limits to Growth*. New York: Universe Books. Disponível em: <https://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>
- Meadows, D. (2004). *Limits to growth: The 30-year update*. London: Earthscan.
- MONDIACULT. (1982). Declaración de México sobre Las Políticas Culturales. Conferencia mundial sobre las políticas culturales. México D. F., 26 de julio – 6 de agosto de 1982. Disponível em: [https://culturalrights.net/descargas/drets\\_culturals400.pdf](https://culturalrights.net/descargas/drets_culturals400.pdf)
- MONDIACULT. (2022). UNESCO Word Conference on Cultural Policies and Sustainable Development – MONDIACULT 2022 (28-30 september 2022, Mexico City. Disponível em:  
[https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2022/09/6.MONDIACULT\\_EN\\_DRAFT%20FINAL%20DECLARATION\\_FINAL\\_1.pdf](https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2022/09/6.MONDIACULT_EN_DRAFT%20FINAL%20DECLARATION_FINAL_1.pdf)
- Montalto, V.; Moura, C. J. T.; Langedijk, S.; Saisana, M. (2019). Culture counts: An empirical approach to measure the cultural and creative vitality of European cities. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.01.014>
- Moreno Pires, M. S.; Polido, A.; Teles, F.; Silva, P.; Rodrigues, C. (2020) Territorial innovation models in less developed regions in Europe: the quest for a new research agenda?, *European Planning Studies*, 28:8, 1639-1666, Disponível em:  
<https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1697211>
- Moreno Pires, S.; Fidélis, T. (2012). A proposal to explore the role of sustainability indicators in local governance contexts: The case of Palmela, Portugal. *Ecological Indicators*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolind.2012.05.003>
- Moreno Pires, S. (2022). Definir um caminho... onde estamos, para onde vamos. *Defining a path... where we are, where we are going*. Edição Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão. (2022). Definir um caminho... onde estamos, para onde vamos. *Defining a path... where we are, where we are going*. Edição Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Mori, K., & Christodoulou, A. (2011). Review of sustainability indices and indicators: Towards a new City Sustainability Index (CSI). *Environmental impact assessment review*, 32(1), 94-106. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/1-s2.0-S0195925511000758-main.pdf>
- Morin, E. (2005). *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. Editora Sulina. Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7512435/mod\\_resource/content/1/LIVRO%20Edgar%20Morin%20-%20Introduc%CC%A7a%CC%83o%20ao%20Pensamento%20Complexo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7512435/mod_resource/content/1/LIVRO%20Edgar%20Morin%20-%20Introduc%CC%A7a%CC%83o%20ao%20Pensamento%20Complexo.pdf)

- Município de Vila Nova de Famalicão. (2022). Famalicão.30: Plano Estratégico 2022-2030.
- Nocca, F. (2017). The Role of Cultural Heritage in Sustainable Development: Multidimensional Indicators as Decision-Making Tool. *Sustainability* 2017, 9, 1882; doi:10.3390/su9101882
- Okado, G.H.C., Quinelli, L. (2016). Megatendências mundiais 2030 e os objetivos de desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “Nova Agenda” das Nações Unidas. *Goiânia*, v.2, p. 109-110. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5266>
- One City Economy Board. (2020a). A one city economic renewal statement of intent. Bristol One City. Disponível em: <https://www.bristolonecity.com/one-city-partners-agree-bold-economic-statement-of-intent-as-a-precursor-to-brisstols-full-economic-recovery-strategy/>
- One City Economy Board. (2020b). A one city economic recovery and renewal strategy. Bristol One City. Disponível em: <https://www.bristolonecity.com/wp-content/uploads/2020/10/One-City-Economic-Recovery-Plan-At-a-glance.pdf>
- One City Environment Board. (2020a). One city climate strategy: A strategy for a carbon neutral, climate resilient Bristol by 2030. Bristol One City. Disponível em: <https://www.bristolonecity.com/wp-content/uploads/2020/02/one-city-climate-strategy.pdf>
- One City Environment Board. (2020b). One city ecological emergency strategy: A strategy for an ecologically resilient, wildlife rich Bristol by 2030. Bristol One City. Disponível em: <https://www.bristolonecity.com/wp-content/uploads/2020/09/One-City-Ecological-Emergency-Strategy-28.09.20.pdf>
- Ostrom, A. (1990). *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Parameswara, A.; Saskara, I. A. N.; Utama, M., S.; Setyari, N. P. W. (2021). The Role of Place Identity, Local Genius, Orange Economy and Cultural Policies for Sustainability of Intangible Cultural Heritage in Bali. *International Journal of Sustainable Development and Planning* Vol. 16, No. 8, December 2021, pp. 1551-1561. Disponível: <https://doi.org/10.18280/ijmdp.160816>
- Pereira, R., Costa, A. E., Umbelino, T. R., Carneiro, M.R. (2021). A MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODS: uma revisão integrativa e agenda de pesquisa. ResearchGate. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Ricardo-Pereira-39/publication/357187491\\_A\\_MUNICIPALIZACAO\\_DOS\\_ODS\\_uma\\_revisao\\_integrativa\\_e\\_agenda\\_de\\_pesquisa/links/61c0f15c1d88475981055fc4/A-MUNICIPALIZACAO-DOS-ODS-uma-revisao-integrativa-e-agenda-de-pesquisa.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Ricardo-Pereira-39/publication/357187491_A_MUNICIPALIZACAO_DOS_ODS_uma_revisao_integrativa_e_agenda_de_pesquisa/links/61c0f15c1d88475981055fc4/A-MUNICIPALIZACAO-DOS-ODS-uma-revisao-integrativa-e-agenda-de-pesquisa.pdf)
- Petti, L.; Trillo, C.; Makore, B. N. (2020). Cultural Heritage and Sustainable Development Targets: A Possible Harmonisation? Insights from the European Perspective. *Sustainability* 2020, 12, 926; doi:10.3390/su12030926
- Pessoa, F. S. (2001). *Reflexões sobre Ecomuseologia*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pogge, T. (2007). Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um Dividendo dos Recursos Globais. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/28778503>
- Pop, I. L.; Borza, A.; Buiga, A.; Ighian, D.; Toader, R. (2019). Achieving Cultural Sustainability in Museums: A Step Toward Sustainable Development. *Sustainability* 2019, 11, 970; doi:10.3390/su11040970
- Portolés, J. B. & Dragičević Šešić, M. (2017) Cultural rights and their contribution to sustainable development: implications for cultural policy, *International Journal of Cultural Policy*, 23:2, 159-173, DOI: 10.1080/10286632.2017.1280787



- Quivy, R. Campenhoudt, L. V. (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais (2º ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramos, T., B.; Caeiro, S.; Pires, S. M.; Videira, N. (2018). How are new sustainable development approaches responding to societal challenges? Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/sd.1730>
- Rao, N. D.; Riahi, K.; Grubler, A. (2014). Climate impacts of poverty eradication. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265089325>
- Rede de Desenvolvimento. (2020). Rumo a 2030 – Os Municípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://ods.imvf.org/wp-content/uploads/2020/10/Recursos-estudo-rumo-a-2030-os-municipios-e-os-ods.pdf>
- Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão. (2022). Definir um caminho... onde estamos, para onde vamos. Defining a path... where we are, where we are going. Edição: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão. (2019). Definir a missão... da necessidade ao desafio. Defining the mission... from necessity to challenge. Edição: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Reis, R.; Mesquita, H.; Araújo, Silva, M.J.; Ribeiro, C.; Moreira, V. (2022). Seminário Inovação & Desenvolvimento Local 2022. Observatório Autárquico da Universidade Católica Portuguesa CESOP-Local. Disponível em: <https://cesop-local.ucp.pt/embaixadores-ods>
- Relatório Voluntário Nacional. (2017). Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – Portugal. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/Portugal2017.pdf>
- República Portuguesa. (s/d). Estratégia Portugal 2030. Documento de Enquadramento Estratégico. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDC3NAEAkB RcpAUAAAA%3D>
- Richiedi, A.; Pezzagno, M. (2022). Territorializing and Monitoring of Sustainable Development Goals in Italy: An Overview. *Sustainability* 2022, 14(5), 3056. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/5/3056>
- Sachs, (1980). Studies in political economy of development. Oxford: Pergamon.
- Saunders, M.; Lewis, P.; Thornhill, A.; Bristow, A. (2019). *Research Methods for Business Students*. Chapter 4: Understanding research philosophy and approaches to theory development.
- Schmidt, S.; Guerrero, P; Alberto, C. (2022). Advancing Sustainable Development Goals with localised nature-based solutions: Opportunity spaces in the Lahn river landscape, Germany. *Journal of Environmental Management*. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2022.114696>
- Schulz, C.; Bailey, I. (2014) the green economy and post-growth regimes: opportunities and challenges for economic geography, *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 96:3, 277-291, DOI: 10.1111/geob.12051
- Scutter, L.; Giljum, S.; Häyhä, T.; Bruckner, M.; Naqvi, I. O., Stagl, S. (2019). Bioeconomy Transitions through the Lens of Coupled Social-Ecological Systems: A Framework for Place-Based Responsibility in the Global Resource System. *Sustainability* 2019, 11, 5705; doi:10.3390/su11205705
- Secretaria-Geral Ibero-Americana (2022). Estratégia Ibero-Americana para a Cultura e o Desenvolvimento Sustentável. Madrid.

- Shi, L.; Han, L.; Yang, F.; Gao, L. (2019). The Evolution of Sustainable Development Theory: Types, Goals, and Research Prospects. *Sustainability* 2019, 11, 7158; doi:10.3390/su11247158
- Silva, M. C.; Lima, G. B. A.; Gomes, C. F. S.; Rangel, L. A. D.; Caiado, R. G. G. (2018). A SMARTS-Choquet's approach for multicriteria decision aid applied to the innovation indexes in sustainability dimensions. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00500-018-3353-0>
- Silva, A. S. (2007). Como abordar as políticas culturais autárquicas? uma hipótese de roteiro. *Open Edition Journals*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/1997>
- Silva, A. S. (2004). As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003, in AAVV, *Públicos da Cultura*, Lisboa, OAC, pp. 241-283.
- Soini, K.; Birkeland, I. (2013) Exploring the scientific discourse of cultural sustainability. *Geoforum* 2013, 51, 213–223. Disponível em: [file:///C:/Users/HP/Downloads/Soini\\_and\\_Birkeland\\_2013\\_Geoforum-libre.pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/Soini_and_Birkeland_2013_Geoforum-libre.pdf)
- Souza, C. (2018). *Coordenação de Políticas Públicas*. Brasília, Enap.
- Stylianou-Lambert, T.; Boukas, N.; Christodoulou-Yerali, M. (2014). Museums and cultural sustainability: stakeholders, forces, and cultural policies. *International Journal of Cultural Policy*. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10286632.2013.874420>
- Streimikiene, D.; Mikalauskiene, A.; Kiausiene, I. (2019). The Impact of Value Created by Culture on Approaching the Sustainable Development Goals: Case of the Baltic States. *Sustainability* 2019, 11, 6437; doi:10.3390/su11226437
- Stoker, G. (2011). Was local governance such a good idea? A global comparative perspective. University of Canberra. doi: 10.1111/j.1467-9299.2011.01900.x
- Szekely, E.; Mason, M. (2019) Complexity theory, the capability approach, and the sustainability of development initiatives in education, *Journal of Education Policy*, 34:5, 669-685, DOI: 10.1080/02680939.2018.1465999
- Tavares, A. F., Sousa, L. de, Cruz, N. F. da, Teles, F., Pires, S. M., Mota, L. F., Fernandes, D., & Macedo, A. (2018). *Qualidade da Governação Local em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Teles, F. (2021). *Descentralização e Poder local em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Throsby, D. (2017). Culturally sustainable development: theoretical concept or practical policy instrument? *International Journal of Cultural Policy*, 23:2, 133-147. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10286632.2017.1280788>
- Throsby, D. (2010). *The Economics of Cultural Policy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Throsby, D. (2011). "The contribution of culture to Europe 2020: Some Key issues". Expert Conference on the Contribution of Culture to the Implementation of the Europe 2020 Strategy. Hungarion Presidency of the Council of the European Union, Budapest, 28 february – 1 march 2011.
- Tyllianakis, E.; Grilli, G.; Gibson, D.; Ferrini, S.; Conejo-Watt, H. (2019). Policy options to achieve culturally-aware and environmentally-sustainable tourism in Fiji. *Marine Pollution Bulletin*, Volume 148, pages 107-115. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0025326X19305624?token=27E5C03CA003394EC5759B2FDB0C4EB843725738DE530DB65FFB773FEC9501E65C19D92F14AC4F3E36C1EDE3E933FE55&originRegion=eu-west-1&originCreation=20230309192357>

- UCLG. (2019). The Localization of the Global Agendas: How local action is transforming territories and communities. Disponível em: [https://www.uclg.org/sites/default/files/goldv\\_en.pdf](https://www.uclg.org/sites/default/files/goldv_en.pdf)
- UCLG. (2020). Towards the Localizations oh the ADGs – How to accelerate transformative actions in the aftermath of the COVID-19 outbreak. Disponível em: <https://www.global-taskforce.org/sites/default/files/2020-07/Towards%20the%20Localization%20of%20the%20SDGs.pdf>
- UNESCO. (2019). Culture | 2030 Indicators – Thematic Indicators for Culture in the 2030. Published in 2019 by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France. [http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/publication\\_culture\\_2020\\_indicators\\_en.pdf](http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/publication_culture_2020_indicators_en.pdf)
- UNESCO, (2018). Repensar as políticas culturais: criatividade para o desenvolvimento. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000266025>
- UNESCO. (2017). Desafios 2030: uma agenda para todos. Correio da UNESCO, (abril - junho 2017). Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000248106\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000248106_por)
- UNESCO. (2016). Nova Agenda Urbana. República Portuguesa. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese.pdf>
- UNESCO. (2015a). Guia sobre o Desenvolvimento Sustentável. 17 Objetivos para transformar o nosso mundo.
- UNESCO. (2015b). Recomendação Universal sobre a Diversidade Cultural. (UNESCO, Ed.). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247152>
- UNESCO. (2013). the Hangzhou Declaration. Placing Culture at the Heart of Sustainable Development Policies. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000221238>
- UNESCO. (2005). Convenção sobre a Proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Disponível em: [https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/Comunica%C3%A7%C3%A3o/convencao\\_sobre\\_a\\_protecao\\_e\\_a\\_promocao\\_da\\_diversidade\\_das\\_expressoes\\_culturais.pdf](https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/Comunica%C3%A7%C3%A3o/convencao_sobre_a_protecao_e_a_promocao_da_diversidade_das_expressoes_culturais.pdf)
- Wiktor-Mach. D. (2018). What role for culture in the age of sustainable development? UNESCO's advocacy in the 2030 Agenda negotiations. *INTERNATIONAL JOURNAL OF CULTURAL POLICY* 2020, VOL. 26, NO. 3, 312–327 <https://doi.org/10.1080/10286632.2018.1534841>
- Wróblewski, L.; Kasperk, A. (2019). Euroregion as an Entity Stimulating the Sustainable Development of the Cross-Border Market for Cultural Services in a City Divided by a Border. *Sustainability* 2019, 11, 2232; doi:10.3390/su11082232
- Yin, R. K. (2009). *Case Study Research: Design and Methods*. SAGE Publications: Thousand Oaks, California.
- Zang, D.; Xie, Y.; Barbero, S.; Pereno, A. (2023). How Does Systemic Design Facilitate the Sustainability Transition of Rural Communities? A Comparative Case Study between China and Italy. *Sustainability* 2023, 15, 10202. <https://doi.org/10.3390/su151310202>

## ANEXO 1 – Guiões de Entrevistas

<b>Categoria</b>	<b>Guião entrevistas</b>
<b>Compromisso político</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quão comprometidos estão os políticos locais em matéria da implementação da Agenda 2030 a nível local?</li> </ul>
<b>Coerência política</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais as principais estratégias ou projetos que foram ou estão a ser adotados pela Rede de Museus, no âmbito da implementação dos ODS, a nível externo (para fora da Rede)?</li> <li>• Como foram definidas as prioridades a serem desenvolvidas pelo município no âmbito do desenvolvimento sustentável?</li> </ul>
<b>Inclusividade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De que forma foi inserido o processo dos ODS a nível interno nos próprios Museus da Rede?</li> <li>• De que forma era feita a coordenação [do projeto] na RMVNF?</li> <li>• Que obstáculos sentiu na coordenação da Rede?</li> <li>• De que forma está a ser feita a monitorização dos ODS na Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão?</li> </ul>
<b>Capacidade de comunicação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De que forma é feita a coordenação na RMVNF?</li> <li>• De que forma se comunicam entre si?</li> </ul>
<b>Prestação de contas às partes interessadas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De que forma comunicam o processo da implementação dos ODS às partes interessadas?</li> <li>• De que forma comunicam com o público em geral?</li> </ul>
<b>Orçamento compatível</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Que recursos financeiros estão a ser mobilizados para a concretização dos ODS?</li> <li>• Estes recursos são suficientes?</li> </ul>
<b>Papel profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual foi o seu papel no Projeto da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão no âmbito do desenvolvimento sustentável?</li> <li>• Quais os principais obstáculos que enfrentou no seu trabalho com a Rede e quais as mais-valias?</li> </ul>
<b>Perceções sobre a noção do processo da implementação dos ODS no município e na Rede de Museus</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De quem partiu o interesse por avaliar a sustentabilidade dos Museus da Rede e que principais contributos (positivos e negativos) retira dessa experiência?</li> <li>• A governação implica um trabalho intersectorial e multidepartamental. Qual a sua visão acerca do envolvimento/motivação/colaboração dos colaboradores dos Museus da Rede?</li> <li>• De uma forma geral, como vê o contributo que a Rede tem dado para a concretizar os 17 ODS?</li> <li>• De que forma vê o trabalho da Rede de Museus para o DS no contexto nacional e internacional?</li> <li>• Conhecendo a Rede de Museus de VNF, como vê o papel desta Rede na promoção dos ODS?</li> <li>• Quais foram os principais obstáculos sentidos na transformação dos Museus para os ODS?</li> <li>• Como avalia o interesse/participação das autarquias locais (CMVNF e Juntas de Freguesia), das empresas, da sociedade civil e dos próprios cidadãos na colaboração com a Rede de Museus para a concretização da Agenda 2030 em Famalicão?</li> <li>• Que sugestões propunha para melhorar os processos e os resultados de avaliação e monitorização dos ODS, quer na própria Rede de Museus, e no município?</li> </ul>

## ANEXO 2 – Consentimento Informado

### Termo de Consentimento Informado

Eu, Raquel Maria Santos Ferreira Fins, encontro-me a desenvolver uma dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Pública na Universidade de Aveiro, intitulada “O papel da cultura na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: estudo de caso da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão”, sob a orientação da Professora Doutora Sara Moreno Pires.

Gostaríamos de a/o convidar a participar neste estudo. Este documento explica as razões pelas quais este estudo está a ser conduzido e o nível de envolvimento que lhe é pedido.

O principal objetivo desta investigação consiste em compreender, sob a égide das políticas culturais, de que forma está a ser feita a territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações no contexto municipal de Vila Nova de Famalicão, através da sua Rede de Museus. O objetivo geral irá ser operacionalizado em cinco objetivos específicos:

1. Compreender como as políticas locais de cultura contribuem para o Desenvolvimento Sustentável e de que forma se enquadram com os ODS.

2. Perceber como é que o Município de Vila Nova de Famalicão está a “territorializar” a Agenda 2030 e de que forma a política cultural local está a contribuir para esse desafio.

3. Perceber de que forma a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão tem discutido e implementado os ODS na sua missão e atuação.

4. Avaliar de que forma a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão tem contribuído para a territorialização dos ODS no contexto municipal.

5. Elaborar um conjunto de recomendações que possam ser incluídas em políticas locais, regionais ou nacionais com base na aprendizagem sobre o papel da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão.

A entrevista semiestruturada terá, aproximadamente, a duração de 45 minutos. A informação recolhida será usada única e exclusivamente para elaborar a dissertação. Será usado um gravador de voz, caso o permita. Apenas os investigadores envolvidos na pesquisa terão acesso aos arquivos e aos registos digitais ou de áudio, que serão destruídos logo após a conclusão do trabalho. Os registos deste estudo serão mantidos em confidencialidade, pelo que nenhuma identidade individual será usada em publicações resultantes do estudo, a não ser que seja concedida explicitamente autorização para tal.

Se desejar, poderá receber uma cópia dos documentos finais desta pesquisa.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária; pode recusar responder a quaisquer perguntas que não deseja responder e tem o direito de se retirar em qualquer momento da entrevista, por qualquer motivo e sem qualquer prejuízo.

Ademais, este estudo cumpre o normativo legal constante no RGPD, designadamente no que concerne à proteção e segurança dos dados, relativamente ao qual a Universidade de Aveiro se compromete e cujo Encarregado de Proteção de Dados (DPO) poderá ser contactado através do endereço [epd@ua.pt](mailto:epd@ua.pt).

Para questões adicionais, por favor, não hesite em contactar-me através do email [raquelfins@ua.pt](mailto:raquelfins@ua.pt).

Muito obrigada pela sua participação!

Assinatura do responsável pela investigação: \_\_\_\_\_  
Aveiro, 13/05/2023